

# FATOS E NOTAS

## AMERIGO VESPUCCI E... "O INTOCÁVEL HISTORIADOR" (\*).

### Discussão científica ou diatribe ?

Após um ano, pelo menos, de silêncio, o senhor Roberto Levillier deu sinais de vida, para, de algum modo, responder às críticas feitas por mim aos seus dois grossos volumes da *América la bién llamada* (1). Poderia dispensar-me de replicar, de tal modo é evidente, naquela resposta, a já notada "intemperança de uma linguagem que passa dos limites impostos pelo respeito sempre devido àquêles que não pensam como nós" e que, já empregada largamente para com o nosso saudoso Magnaghi (2), é retomada,

(\*) — Com êste artigo damos por encerraça a polémica entre o Autor e o Sr. Roberto Levillier. Não voltaremos a ela em virtude da disputa já ter ocupado um grande espaço da *Revista* e o assunto estar bastante esclarecido.

Êste artigo é publicado com atraso por ter falecido o tradutor que se encarregou da primeira parte, o nosso amigo sr. Ilydio Burgos Lopes (*Nota da Redação*).

(1). — Agradeço ao Prof. E. Simões de Paula, Director desta "Revista", por me ter enviado para leitura, antes de aparecer nas colunas de seu periódico, o artigo de R. LEVILLIER: *A propósito de Vespúcio. Crítica ou sabotagem?* As provas, mandadas de São Paulo em 14 de janeiro p. p., chegaram em Roma no dia 27 successivo.

Disse que o senhor Levillier esperou mais de um ano para responder, na hipótese dêle ter conhecido minhas críticas somente pelo artigo por mim publicado nesta mesma "Revista", III (1952), pp. 311-351, isto é, no número de outubro-dezembro daquele ano. Todavia aquelas críticas foram feitas em outubro de 1950, isto é, assim que pude ter em mãos os dois grossos volumes da *América la bién llamada*, circunstância que o próprio Levillier conhece (e nesse caso o tempo que êle esperou para responder-me é de três anos!).

Para economia de espaço e de tempo aviso uma vez por tôdas que citarei com abreviações as obras mais frequentemente lembradas nas páginas seguintes, isto é: FA = A. E. NORDENSKJÖLD — *Fascimile Atlas* — Estocolmo 1889; P = id. — *Periplus* — Estocolmo, 1897; AV = A. MAGNAGHI, *Amerigo Vespucci*, Roma, 1926; CT = id. — *Il planisfero del 1523 etc.* Florença, 1929; TA = id. — *Fra terre e archivi...* — Palermo, 1927; id. *Amerigo Vespucci primo scopritore del Brasile* — Torino, 1941 (Memorie R. Acc. Scienze); PE = R. ALMAGIA — *I primi esploratori dell'America* — Roma, 1937; AB = R. LEVILLIER — *América la bién llamada* — Buenos Aires, 1948; NM = id. — *El Nuevo Mundo* — Buenos Aires, 1951; SC = *Studi Colombiani* — Gênova, 1951; RGI = *Rivista Geografica Italiana* (periódica).

(2). — Já dei as provas dessa intemperância nas notas 24 e 25 da tradução portuguesa de meu artigo sobre Levillier. Em verdade, porém, os dois grossos volumes não regateiam expressões injuriosas também em outros casos: leia-se, por exemplo, a longa nota em AB, II, 338-341 dedicada a Frederico Pohl, de quem — e sempre para limitar-nos a um exemplo pequeno — começa dizendo que "repete os mesmos erros del Magnaghi, con frívola elegancia, cierta egolatria de dialectante, afición a relieves sensacionales y el vicio de tratar la historia como desporte y cancha de lucimiento propio", e assim, por diante.

com as habituais tiradas oratórias e até novelísticas, com relação a mim. Quanto um sistema tal convenha à crítica e às discussões, não é necessário dizê-lo: o leitor inteligente sabe muito bem que expressões desrespeitosas e violências verbais, repetidas até à saciedade por um escritor que, evidentemente, se julga um grande homem e não admite que outros o contradigam, são, no fundo, uma apresentação de todo em todo contraproducente, da qual de bom grado deixo o privilégio ao senhor Levillier. A êle, pois, retorna, por via reflexa, tudo quanto não hesitou em dirigir-me neste tom: julgando ofender-me — a mim, como aliás a todos os demais — não conseguiu senão tornar mais evidente a sua falta de objetividade.

Poderia, portanto, deixar de replicar, mas como isto deixaria o senhor Levillier na ingênua convicção de me haver constrangido, como êle diz, “a sair pela tangente” (lamentável ilusão!), responderei o mais brevemente possível, e só ao que tem real importância para o problema vespuciano, na crença de que pelo menos algumas das observações críticas, por mim feitas na ocasião em que apareceu a *América la bién llamada*, sejam retomadas e meditadas, espero, para sempre assim exatas e frutíferas pesquisas sôbre aquêle problema.

Antes de entrar no assunto, todavia, não posso deixar de assegurar ao senhor Levillier que sua resposta me confirma na convicção de haver enxergado direito, de tal maneira esta sua verbosa defesa está cheia de arabescos oratórios e de divagações, e tão pobre de fatos e de argumentos. E' supérfluo, acrescentar que tudo quanto o senhor Levillier escreveu no parágrafo *Inspiração e antecedentes da diatribe*, com relação ao interêsse que me teria levado, segundo êle, a julgar, como julguei — e continuo a julgar — os seus dois volumes, é puro fruto de fantasia. Até o título *granquignolesco* tem apenas o intuito de impressionar o grande público. Mas, como veremos, uma vez escoimadas as páginas desta resposta do seu copioso sedimento retórico, tudo se reduz ao desabafo incontrolado de alguém que perdeu a serenidade, e por êste motivo é ainda menos capaz de entender o significado das críticas que lhe foram feitas.

De qualque modo, é evidente que, segundo o nosso *historiador*, quem ousa manifesta reservas quanto aos seus dois alentados volumes comete um crime, o crime de “sabotagem”. Tôda a sua resposta é, de fato, dirigida no sentido de fazer crer que o juízo negativo, por mim feito, de *América la bién llamada*, não cuidava de exprimir um dissentimento de caráter científico e sobretudo — devo repêti-lo — de caráter metódico, mas visava a desvalorizar friamente, com deliberado e malvado intento, a obra que o nosso

*historiador* quisera classificar como a mais perfeita, mais imparcial, mais metódica, mais genial, de tôdas as obras até agora escritas sobre o assunto.

Não me importa o que pensa o senhor Levillier, mas sinto poder afirmar, em boa consciência, que quando se tem servido, e ainda se serve à Ciência, como tenho procurado fazer há pelo menos quarenta anos, não se pode deixar de sorrir diante de semelhante insinuação, que por respeito a mim mesmo abstenho-me de definir.

Não posso, igualmente, deixar de sorrir da pueril presunção de que se diria possuído o senhor Levillier: a de ter conseguido “reduzir-me à expressão mais simples”, antes mesmo de responder às suas críticas, apresentando-me como um “improvisador”, com um balanço *ad usum delphini* da minha produção científica. Essa presunção basta, por si só, para definir o nosso *historiador*. Mas, mesmo tomando-o a sério, se os conhecimentos bibliográficos que êle possui sobre a história de que se ocupa são semelhantes aos que revela, ao falar da minha atividade de estudioso, podemos concluir que êle é o maior de todos os improvisadores!

Seja como fôr, uma coisa é certa: o senhor Levillier deve convencer-se, de bom ou de mau grado, de que os seus 44 e mais volumes, ou volumões, dos quais tanto se orgulha — e que lamentamente não conhecer, nem tê-los à mão — não lhe dão, de forma alguma, o direito de considerar-se “intocável”, não importa que seja por um especialista ou por um improvisador. Não há necessidade de reivindicar para todos — de qualquer nacionalidade ou escola, de qualquer idade e profissão — o direito de crítica na forma mais livre e mais ampla possível, mesmo e sobretudo, naturalmente, se severa ou negativa.

Quanto ao mais, seria deveras original o critério de impor aos críticos a obrigação de se apresentarem diante do criticado com tanto papel impresso quanto o que êste pôs no prelo, mesmo... empastelado! Não menos arbitrário e infantil deve parecer o distinguir o livro, e mesmo um grosso calhamaço, do ensaio e do artigo crítico, como se existisse uma “técnica” diferente para cada escrito de pêso diferente, embora, naturalmente, de caráter científico.

Quanto ao fato de que o senhor Levillier encheu, a propósito de Vespucci, várias centenas de páginas, ao passo que aquêle que as submeteu a exame e as criticou teve que se contentar com espaço menor, limitando-se, por necessidade, a poucos temas essenciais, não vejo com que direito se possa especular sobre isso. Pretendia talvez o nosso *historiador* que, para legitimar o meu desacôrdo, eu escrevesse dois cartapácios como os seus? Aliás, mesmo

nesta réplica, ser-me-á necessário restringir-me a uma pequeníssima parte do que poderia dizer. Mas esteja tranqüilo o senhor Levillier, porque não só me reservo o direito de submeter a contróle — e haverá muito que dizer! — a sua produção (pelo menos a que puder ter sob meus olhos), mas sempre que me vierem às mãos livros como os seus, não hesitarei em tomar a pena para pôr em relêvo aquilo que julgar errôneo ou inaceitável, sem a mínima preocupação com a aluvião de más palavras que êle ou outros lançarem sôbre mim.

O senhor Levillier pode estar certo de que seguirei direito pelo meu caminho. O cardeal Richelieu que impunha temor a todos, tendo um dia assistido o sermão de um famoso pregador, ficou contrariado por êste não se intimidar com a sua presença, o que lhe fêz sentir. “Em verdade, respondeu-lhe o pregador, pareceu-me ter visto uma couve vermelha no meio de um grande número de couves brancas. Mas não faço caso às côres: brancas ou vermelhas, são sempre couves”.

Agora, vamos ao que importa.

Em minha resenha crítica, que tanto exasperou o senhor Levillier (vê-se que as *saladas mistas* se lhe tornam indigestas; talvez lhe baste um pouco de bicarbonato de soda), pus sobretudo em evidência: 1.º, a errada apreciação crítica da aceitabilidade das fontes; 2.º, a inadequada avaliação dos únicos documentos de que faz uso o nosso *historiador*; 3.º, o caráter de vazia generalidade e de exterior abstração com que *julga e manda* os seus predecessores, especialmente Magnaghi; 4.º, o evidente equilíbrio entre a pouca conta em que o senhor Levillier tem os outros estudiosos e a excessiva confiança nas suas próprias fôrças. Entre os exemplos que podem comprovar êstes assertos escolhi os seguintes: 1.º, o trato superficial e errôneo da suposta primeira viagem de Vespucci; 2.º, a inaceitabilidade da reconstrução geral da primitiva cartografia argentina, com relação à hipotética expedição Nuño Manuel-Cristobal de Haro-Juan de Lisboa, fundada em errônea maneira de datar o *Esmeraldo de situ orbis* de Pacheco.

Como responde o senhor Levillier a estas críticas? Em grande parte, pode-se dizer, fugindo às conclusões, e quanto ao resto, resumindo *sic et simpliciter* as conclusões dos dois volumões, com referência a problemas que certamente não têm importância fundamental — não obstante o alarido que sôbre êles fêz o nosso *historiador* — pela história das navegações vespuccianas.

Em compensação, o senhor Levillier não perde ocasião de elogiar-se a si mesmo e à sua obra, opondo àquelas críticas, não a prova de que são injustas, mas afirmações genéricas e circunlóquios

escolásticos que, no seu modo de entender, deveriam pô-lo a coberto de qualquer reserva, e, com frequência, deslocando os termos da questão. Assim, por exemplo, empenha-se em declarar que nos dois volumes as cartas náuticas encontram oportunamente a sua natural integração nos textos das cartas vespucianas, e quase poderíamos considerar correto o procedimento oposto. Ora, se se tem a paciência de ler todo o passo do qual o senhor Levillier extraiu e inseriu na sua resposta as seis linhas que o fazem concluir que “esta picardia não é exceção; é um exemplo nada mais, do método de desfocalização adotado ao largo da crítica”, ver-se-á que o destaque por mim feito se refere, ao contrário, ao mui diverso pêso dado pelo nosso *historiador* às fontes cartográficas com relação às fontes literárias, e à necessidade de que “entre as duas espécies de documentos exista, não oposição, mas complementaridade”.

Desta falha de método já havia dado, e logo darei outras, mais de uma prova. No entanto, é significativo que tudo quanto o nosso *historiador* sabe dizer, em resposta às objeções que lhe forem feitas em tôrno da suposta primeira viagem vespuciana, é que “seus relatos das expedições de 1497 e 1499 estão concordes às linhas de costas perceptíveis nos primeiros mapas de 1500 e 1502”. Depois disso, qualquer questão (e os estudiosos se têm afadigado sôbre elas por três séculos!) é eliminada, e tudo está certo.

Não me resta, pois, senão mostrar como a suposta confirmação cartográfica desta suposta primeira viagem vespuciana ofuscou em Levillier — como em outros antes dêle — a exata avaliação dos dois tipos de fontes; isto é, documentar, sem qualquer palavrório, qual a diferença entre a enunciação dos métodos críticos ora feita pelo nosso *historiador* e a sua aplicação concreta.

Mas, antes de iniciar o exame dêste argumento particular, é oportuno repetir (e não será demais) algumas observações de índole geral. Doi-se o senhor Levillier de que seu “estilo” tenha sido por mim definido como “oratório e enfático, asseverativo e peremptório”; mas a sua resposta é uma clara confirmação disso. Em vez de insistir, com imutável acrimônia, na sua incompreensão do ponto de vista de que Magnaghi parte, e da importância da obra por êle realizada, o senhor Levillier deveria demonstrar — *digo demonstrar* — que nos seus dois volumes é apresentada uma solução mais lógica, mais satisfatória, mais de acôrdo com os documentos, dos principais problemas vespucianos.

Ao invés disso, embora o nosso *historiador* faça menção de “refutações” da tese de Magnaghi, não se acham nos dois volumes, nem nesta resposta, senão, como disse, “divagações e vacuidades genéricas”, que naturalmente deixam a questão no mesmo ponto. O próprio senhor Levillier afirma, logo depois, na sua resposta, que de

tais “refutações” não havia motivo para a *América la bien llamada*. Temos, assim, razão sempre maior para crer que, exatamente como escrevi em minha crítica, o nosso *historiador* nem sequer leu e meditou a obra de Magnaghi, ou se a meditou e leu, deve ter achado mais oportuno poupar-se a fadiga de rebater-lhe as argumentações (3).

O que para mim é urgente, é mostrar a plena luz, porque de primordial importância para *todo* o problema vespucciano, que o senhor Levillier tem uma idéia fixa e preconcebida: que a tese de Magnaghi não nasce de uma reconsideração original e de uma nova avaliação crítica do material documentário relativo ao viajante florentino, mas é apenas um *meio*, que diríamos extrínseco (4), para libertá-lo dos juízos antes malévolos que dêle têm feito diversos estudiosos, e também para comprazer um desarrazoado orgulho nacional, ou melhor nacionalístico (em sentido pejorativo). A tese de Magnaghi, em outros termos, teria nascido da simples demolição da posição *tradicional*. Enquanto antes os estudiosos, tendo à frente Varnhagen, julgavam autênticas apenas as relações impressas (o *Mundus Novus* e a *Lettera al Soderini*) e apócrifas as car-

- (3). — A leitura do que escreveram sobre Vespucci, não somente Levillier, mas também os outros que aceitaram seu ponto de vista (por exemplo Davies) leva naturalmente a supor que, com toda a probabilidade, bem poucos entre eles têm um conhecimento completo da obra de Magnaghi, porque ou não entendem bem o italiano, ou não quiseram dar-se ao trabalho de ler com atenção. E que Levillier não tenha conhecimento — ou o demonstre apenas, o que é muito pior — das argumentações de Magnaghi, foi demonstrado de maneira irrefutável, segundo quanto diremos mais adiante a propósito de Cananéia.

Não deve também ser esquecido que tanto o senhor Levillier, quanto o prof. Davies e outros referem-se sempre à primeira edição da obra de Magnaghi (1924), ignorando que existe uma segunda (1926), revista e ampliada: Além disso, nem Levillier nem Davies conhecem — ou o demonstram — o que Magnaghi escreveu sobre Vespúcio depois da publicação de sua obra maior.

- (4). — A palavra *mezzo* é, de fato, transcrita, em itálico, na sua forma italiana nas duas conversas inúteis com que o senhor Levillier se ilude de ter demonstrado a inaceitabilidade da tese de Magnaghi, em AB, II, 290-294 e NM, 20-24 (esta última é praticamente uma repetição da primeira).

A palavra, que se torna “medios dialécticos” ou “medios diplomáticos”! (MN, 20-21), impressionou tanto a imaginação do senhor Levillier, que não hesitou em escrever: “El respecto a la historia exige algo mas que el *arbitrio* de la *voluntad* para resolver si ciertos documentos son o no apócrifos, maxime cuando fueron publicados hace siglos y se extraviaron los originales” (AB, II, 292). E em MN encontramos: “Es decir que él [Magnaghi] no seguirá el método histórico milenarío (!) de defender hechos alegados o personas acusadas con puebras terminantes o presunciones favorables: no, él retira de la historia algunos de los hechos incriminados, negando que hayan tenido lugar, o sosteniendo la falsedad de las cartas que los reflejan” (MN, 21).

Pois bem, essas e somente essas são as “pruebas” com que o nosso *historiador* pensa poder “liquidar” a tese que não lhe agrada. Único acréscimo, sugerido pelo *sábio* Ravelli, é que Vespúcio, ou quem por êle, deveria ter protestado contra os autores do *Mundus Novus* e da *Lettera al Soderini*, publicados quando êle ainda vivia, se os tivesse considerado falsos. Objeção já respondida por Magnaghi várias vezes, cfr. AV, 108-109 e TA, 15-16, mas que Levillier insiste em apresentar em MN, 22 e o *sábio* Ravelli na *Nota* que mais adiante lembraremos.

Nem mencionamos as divagações que a palavra *mezzi* sugere ao senhor Levillier com relação a Machiavelli: é claro que o grande *historiador*, relativamente a isso, tem idéias... de uma “candidez” ainda maior da suposta nos leitores de Magnaghi (AB, II, 292).

tas florentinas de 1500, 1501 e 1502, impressas apenas nos séculos XVIII e XIX — para citar só uma tese extrema (5) — Magnaghi teria feito, *a priori*, a inversão dos termos da questão, sem se preocupar em saber se esta inversão era realmente necessária, isto é, imposta pelos documentos. De tal modo êle teria desenvolvido, em tôrno dessa tese, que não podia deixar de ser julgada revolucionária e irreverente (Magnaghi o havia previsto), uma argumentação mais dialética que persuasiva e em contradição com a ética (?) da História, exatamente porque subordinada ao que se havia, *a priori*, tomado por verdadeiro.

Tais idéias peregrinas, repetiu-as o senhor Levillier até a saciedade, com variações por vêzes ingênuas. . . , mesmo na sua obra mais recente, *El nuevo mundo*, ou seja, na coleção das Cartas do Florentino, à qual voltaremos mais adiante.

Está bem. No entanto, nem esta *convicção preconcebida* pode exonerar um crítico da obrigação de examinar com o máximo cuidado e objetividade a tese que repele. Em segundo lugar, antes e em vez de entregar-se a contínuas e vazias tiradas oratórias contra um adversário que não pode responder, porque já passou para o além, devia ao menos certificar-se se os problemas que êste adversário coloca no centro da sua tese tinham tido, ou não, um tratamento adequado, original e coerente, diferente de tudo quanto nos tem sido transmitido pela chamada *tradição*. Falando verdade, depois do muito que se tem escrito sôbre isso, não seria sequer o caso de voltar ao assunto, se êste da autenticidade das fontes não fôsse o *problema fundamental* — no sentido etimológico da palavra — *de toda pesquisa sôbre Vespúcio, como aliás, sôbre Colombo*. Até que a êsse problema seja dada uma solução satisfatória, é inútil a ilusão de poder enfrentar, como Levillier tentou fazer, a reconstituição das viagens vespucianas e a identificação dos reflexos que delas conserva a cartografia contemporânea.

Mesmo um “improvisador”, como pode ser considerado pelo senhor Levillier quem não tenha alinhado quarenta e quatro e mais

(5). — Com relação a isso é preciso dizer que o senhor Levillier apresenta Magnaghi como um escritor que “descuidó la cartografía y elaboró a la rastra de Napione una solución artificial, reñida por su índole con la ética de la historia (?)”. Também outros autores se equivocaram sôbre a gênese da “tese” do nosso escritor; cfr. RGI, 1951, 344-345. Houve quem apresentasse dúvidas e considerasse apócrifas essa ou aquela carta, e que chegasse, como Force (1879) e Gay (1884) a considerá-las tôdas falsificadas, escritas sem o Florentino tomar conhecimento. Mas ninguém, antes de Magnaghi, demonstrou não ser possível conciliar as duas cartas impressas e as duas que permaneceram manuscritas até 1745 e que, ao passo que estas últimas eram evidentemente autênticas, as primeiras revelavam-se, ob um exame atento e minucioso. Quanto a Napione, é sabido que êle se limitou a declarar que a carta a Soderini foi publicada sem o conhecimento de Vespúcio, com evidentes iterações e datas erradas.

Por outro lado a hipótese do senhor Levillier de que tôdas as cartas que nos chegaram sob o nome de Vespúcio, e *in primis* as impressas, devam ser aceitas como autênticas, já foi aventada por outros, e pelo nosso Rambaldi por último, em ordem cronológica (1898).

volumes, ou volumações, de papel impresso, não ignora que as questões vespucianas surgiram, cresceram e se complicaram, exatamente pela impossibilidade de conciliar entre si as fontes referentes àquelas expedições, e que a velha tese das quatro viagens é, no fundo, confiada a documentos suspeitos, há tempo discutidos, cheios de contradições, de erros, de estranhezas, de verdadeiros ardis, que nos apresentam um Vespúcio charlatão, ignorante e presunçoso, justificando assim, muitas vêzes, as acusações que de muitas partes lhe foram feitas.

Pois bem, tudo isto nem sequer existe para o nosso *historiador* (6), o qual, após haver afirmado, de palavra, os mais ortodoxos cânones críticos, foge a êles, na prática, dizendo que “nosso conceito de história originaria, não de receituários teóricos, mas sim do próprio trabalho, não poderia tolerar a eliminação de duas cartas e de duas viagens de Vespúcio, com pouco mais que suspeitas e inferências duvidosas e uma abundante dialética destituída de testemunhos convincentes”.

Veremos mais adiante quais são as provas com que o senhor Levillier legitima seus “achados”, e com que direito pode chamar “fantasias”, *incertezas* e até *loucuras*, as conclusões do nosso Magnaghi. Que sentido pode ter, falar de um “nosso conceito de história originaria, não de receituários teóricos, mas sim do próprio trabalho”? Pode-se reconstruir a história, qualquer história, assim como procede ao “próprio trabalho”, ou seja empiricamente, a par e passo que os materiais se acumulam, sem uma teoria e um método que os ordenem, os classifiquem e os avaliem? E seguindo-se um método — até o empírico, mesmo sem ter consciência disso, o segue e respeita — que pode querer significar a recusa de um historiador de examinar uma por uma, pacientemente, as provas de fato e os argumentos que outro historiador, que não pensa como êle, aduz em apóio da sua tese?

Ninguém pretende — é preciso repetí-lo, porque o senhor Levillier não o quer compreender — que o volume de Magnaghi seja

---

(6). — Ele não se cansa de repetir de ter dado provas da autenticidade das seis cartas (acrescentemos também a sétima, encontrada por Ridolfi): “de las correlaciones y de la estrecha coherencia de las seis cartas, se desprende su autenticidad de origen, ratificada por los hechos”; AB, II, 294. Veremos mais adiante o que o nosso *historiador* entende por “coherencia”; em todo caso, poder-se-ia também objetar que — mesmo admitindo uma concordância geral de conteúdo entre dois documentos (que, no entanto, em nosso caso não se verifica) — não somente por isso ambos os documentos devem ser considerados autênticos.

Em geral resulta tanto de AB como de MN que Levillier não tem a mínima idéia do que seja um problema filológico.

Finalmente, se a tão propalada “coherencia” entre as fontes vespucianas existisse, como se explicariam as opiniões tão diversas e contrastantes sobre Vespúcio, dadas pela tradição?

autoridade e deva ser aceito como a Bíblia (7). Mas, por isto mesmo, quem veio depois dêle não pode subtrair-se ao dever de tornar a percorrer o mesmo caminho, aceitando ou repelindo, depois de atento exame, tudo quanto deve servir à nova construção que êle prepara (8).

Como o senhor Levillier jamais o quis fazer, tôda a sua construção fica sem base, como um castelo no ar. A “congruência” do *Mundus Novus* e da *Lettera al Soderini* com as três cartas familiares de 1500, 1501 e 1502 é afirmada de maneira axiomática e apodictica, como um dado de fato e, como de costume, afogada em oceanos de palavras, nenhuma das quais visando a desmontar uma objeção, a eliminar um elemento aduzido em contrário, a fornecer uma única prova de algum pêso. Quando muito, liquidam-se as questões lançando a êste ou àquêle autor juízos destinados a trunçar qualquer possibilidade de discussão (9).

Exemplos? No entanto, não foi certamente um “improvisador” ou um “enciclopédico” que dirigiu ao fecundíssimo *historiador* observações dêste gênero: “E’ necessário dizer logo que Levillier não só deixou de dar o lugar adequão ao exame do estudo de Magnaghi — com referência ao qual usa expressões desrespeitosas, *que realmente causam uma penosa impressão* —, mas também não parece ter-se dado conta do imponente e agudíssimo labor crítico realizado pelo nosso saudoso erudito, e em todo caso *nem sequer tentou um princípio de refutação das poderosas argumentações* que, embora algumas vêzes discutíveis, mereciam outra consideração”. Pois bem, quem fazia tais críticas era — são juízos do próprio senhor Levillier — “o primeiro a compreender a essência da obra (a *América la bién llamada*) e a sua finalidade”, uma “autoridade mundial em cartografia histórica”: o prof. Roberto Almagià (10), que Levillier me opõe, com ares de triunfo, como meu adversário, na sua resposta. Naturalmente o nosso *historiador* guarda-se bem de mencionar as não poucas nem leves reservas que Almagià faz

---

(7). — E muito menos o pranteado Magnaghi. Deixou escrito (TA, 8): “Não podia deixar de admitir que com meu trabalho [isto é, AV] todos os problemas vespucianos estavam bem longe da solução: bastava-me chamar a atenção sôbre o problema fundamental, o das fontes; e para os outros problemas, que se podem considerar acessórios, também eu me limitava a propor hipóteses”.

Esta — tome nota o senhor Levillier — é a linguagem dos estudiosos de raça, que em primeiro lugar possuem o sentido dos próprios limites.

(8). — Muito mais quando, para demolir o próprio adversário, defini-se a sua obra “monumento de tela pintada” (AB, II, 324). Se alguém tivesse julgado dessa maneira os dois grossos volumes da AB, o que teria dito o senhor Levillier? Mais, muito mais do que “sabotagem”! E, por outro lado, como a “tela pintada” despedaçasse ao primeiro esbarrão, por que nosso *historiador* não derrubou, em um instante, tão frágil “monumento”?

(9). — Devo informar ao nosso *historiador* que o “paranóico”, “insensato” (AB, II, 293) Magnaghi, cujas “extravagâncias” não podem esconder uma “brilhante exhibição de ignorancia” (ibid., 339, 341), é elevado em MN, 54 a pessoa “inteligente”. Antes tarde do que nunca! Pena que o mesmo não se possa dizer de muitos *historiadores!*

(10). — RGI, 1950, pág. 184.

aos dois famosos volumes, e muito menos a posição assumida pelo mesmo estudioso quanto aos problemas das fontes e das viagens vespucianas (disto falaremos depois).

Com isto poderia bastar por ora — voltaremos a isto mais adiante — quanto ao realce que fiz do escasso conhecimento ou da deliberada incompreensão da tese de Magnaghi. Fique bem claro que não os lamentamos em nome daquele “nacionalismo” que o senhor Levillier acha tão cômodo invocar, mas apenas e só porque achamos inquinadas de êrro, se não tôdas, mas certamente a maior parte das conclusões que o nosso *historiador* julga poder extrair da sua não leve tarefa.

Voltamos agora à primeira viagem vespuciana. Entendamo-nos: nossas reservas se referem, como já dissemos, à reconstrução que o senhor Levillier tenta, não só das duas viagens que Vespúcio nunca realizou (a primeira e a quarta da chamada *tradição*), mas ainda das duas que aceitamos como indubitavelmente autênticas. Se nos detivermos na suposta primeira viagem, a razão está no fato de que a isso somos constringidos pela resposta do senhor Levillier. Mas, mesmo independentemente desta, a demora servirá para mostrar mais uma vez o embaraço daqueles que, depois de admitirem a autenticidade da *Lettera*, devem procurar, de qualquer maneira, traduzi-la cartograficamente.

Como as três cartas genuínas de 1500, 1501 e 1502 não mencionam tal viagem, pareceria que neste caso não se deveria colocar o problema da “congruência” das próprias cartas com a carta impressa que corre com o nome de Soderini.

Mas não é assim. O conteúdo da *Lettera*, de fato, relaciona-se tão manifestamente com os dados que se acham no *Mundus Novus* e nas cartas autênticas de que se falou, que já há tempo eram reconhecidas as estreitas conexões existentes, quanto ao conteúdo, entre a primeira e a segunda viagens da *tradição*. Isto deveria ter tornado evidente a necessidade de um exame preliminar das fontes, mas, como não me cansarei de repetir, nosso *historiador* se fixa, dêste ponto de vista, em simples afirmações genéricas.

Pois bem, no volume de Magnaghi as contestações relativas a esta viagem ocupam três capítulos inteiros (de IX a XI) e parte de um quarto (VII), para mais de cinquenta páginas, cheias de documentos e de argumentos, com os quais o problema daquela viagem é dissecado, seja em suas fontes, seja no seu conteúdo, seja no suposto itinerário, seja, enfim, nos seus supostos reflexos cartográficos. É de notar que a discussão é retomada no ponto em que a deixou Vignaud, mesmo tendo-se em conta tudo quanto se havia escrito antes. Magnaghi faz justamente realçar (AV, 152, 154) que para aquêles que querem seguir ao mesmo tempo a *Lettera* al

*Soderini* e a autêntica dirigida ao Medici em 28 de julho de 1500, não é certamente possível libertar Vespúcio da acusação de ter sido mentiroso com um ou outro dos dois personagens, e que não se podem fazer senão duas suposições: ou Vespúcio, na *Lettera al Soderini*, narrou duas viagens servindo-se de uma só; ou êle reuniu na carta ao Medici, numa só viagem, os resultados de duas navegações diferentes.

E' verdade que ler um trabalho de crítica, forçosamente minucioso, custa esforço, mas Levillier, que se propunha tratar da mesma matéria, procede como se o volume de Magnaghi sôbre Vespúcio nem sequer existisse. Tudo que diz, de fato, a propósito da contestadíssima e suposta primeira viagem, se reduz ao seguinte passo:

“Mas tarde (isto é, depois de Vignaud), el Professor Alberto Magnaghi, cuya obra sobre las cartas de Vespucio consideraremos en lugar oportuno, creyó ventajoso para la fama del Florentino sustraerle al rencor de quienes le acusan de haber inventado al periplo de 1497, o alterado la fecha para ganar en él, prioridad sobre Colón; y propuso, al efecto, con más dialéctica que sentido crítico, la exclusión de las cartas llamadas *Mundus Novus* y la *Lettera*, las mismas que en 1503 y 1504 dieron justa fama a su autor por la sorpresa que causaron sus revelaciones, sobre la continentalidad de las tierras descubiertas. Esta manera de tratar documentos históricos, autenticados desde su origen por su resonancia universal, y en época en que vivía su autor, resulta a pesar de la buena intención de Magnaghi, inadmisibile, anticientífica y por tanto repudiable” (11).

Desta maneira desenvolta e genérica pensa o senhor Levillier ter eliminado os argumentos que o aborrecem: “quem os escreveu não podia ter sentido crítico”, mas apenas uma “dialética” exterior, e por isso não vale a pena ocupar-se déles.

Mas o mais bonito vem depois:

“Tanto el inventor de esta estrategia como el conocido filólogo G. T. Northup, algunos años antes, cometieron el error de supeditar su juicio sobre esos textos, a *detalles de su forma externa*, en vez de valorar su contenido por medio de un cotejo cuidadoso con la enseñanza derivada de la cartografía primitiva, pues este les habria demostrado que existian numerosas concordancias entre formas presentes en los mapas desde 1500, y de la *Lettera*, al punto que *resulta inevitable* atribuir las lineas de costa del hemisferio norte, perceptibles en Canerio, Cantino,

---

(11). — AB, 97-98; o conteúdo do trecho é repetido em MN, 20 e segts.

Waldseemüller, Ruysch, etcétera, al viaje de 1497-1498 referido por Vespuccio (12).

Para que o leitor não especializado possa orientar-se, é necessário observar que Northup é lembrado pela única tentativa séria feita até agora de dar-nos um texto crítico da *Lettera al Soderini*; tentativa que o levou a afirmar, como aliás Humboldt o havia crido antes dêle, que o original dêste documento havia sido escrito em espanhol. Não importa agora examinar se esta tentativa foi bem sucedida ou não; o que importa é que, ficando no “sentido crítico” de um autor a quem se deve a publicação de uma quarentena de volumes de documentos, o trabalho filológico destinado a apurar o texto original de um documento é... um *érro*, que deve ser evitado porque as cartas náuticas do tempo comprovam o conteúdo do mesmo documento! Antes, não só o comprovam, mas tornam *inevitável* dar, dêste mesmo documento, uma interpretação que está, em mais lugares, em contradição com o seu texto.

Basta êste exemplo — e creio que não se pretenderá que eu comente página por página o conteúdo dos dois volumões! — para demonstrar quão justa foi a observação por mim feita, de que a cartografia do século XVI, como foi utilizada por Levillier, constitui, na sua obra, “um elemento de juízo tão exclusivo e peremptório, a ponto de fazê-lo, com evasivas ritóricas ou com genéricos lugares comuns, passar por cima de tudo quanto se atém ao remanescente material documentário”. Mas para que nem o senhor Levillier, ou outros, nos venham dizer que esta é simplesmente a opinião interessada de um “sabotador”, leiam-se as observações feitas, numa das mais acreditadas revistas científicas de geografia, por um crítico que não conheço (será êle também um “sabotador”?) a propósito do recente volume *El nuevo mundo*, que repete e confirma o ponto de vista de *América la bién llamada*. Realça o senhor C. C. Griffin que a tese do nosso *historiador* é

“based almost entirely on the evidence of the maps. Important though that kind of evidence is, and convincing as it seems to be in some instances (as in the determination of Vespuccius' most southerly landfall), it would seem desirable, eventually, to see whether a new analysis combining navigational, cartographical and ethnographical evidence could not go still further toward a definitive solution of the Vespuccian controversy. In view of the recent considerable advances in our knowledge of the culture of native American peoples at the time of the discoveries, the data on Indian in the Vespuccius letters might

(12). — Cfr. AB, I, 98. Como se pode constatar, confundem-se aqui, falando de “particulares exteriores”, a obra de Northup, que trata de um problema filológico especial e a obra de Magnaghi, em que, no complexo problema das fontes, os elementos filológicos têm a tarefa de confirmar ou refutar, as possíveis deduções em base a outros elementos (históricos, geográficos, etnográficos, etc.).

throw further light on the geographical limits of the voyages" (13).

Que êstes elementos cartográficos — já conhecidos há tempo, examinados, estudados, discutidos, reproduzidos e utilizados, também, e sobretudo, entende-se, a propósito da suposta primeira viagem vespuciana — demonstrem aquilo que pretende o nosso *historiador*, é outra das ilusões que seria vão esperar libertá-lo. Mas, uma vez que o senhor Levillier faz tão grande conta, como vimos, da opinião do prof. Roberto Almagià — meu eminente colega na Universidade de Roma — ei-la, tal como foi expressa há quase quatro anos:

"Levillier... julga ter descoberto a prova (da suposta viagem vespuciana ao longo da costa atlântica do 10° ao 38° de lat. N.) nos conhecidos mapas de Cavério e de Cantino, no que êstes representariam as costas tocadas nesta viagem, de conformidade com a narração feita por Vespúcio na *Lettera al Soderini*. Mas a prova não parece, de fato, atingida: a *Lettera al Soderini* não contém senão um só nome de lugar, *Lariab*, que falta nos dois mapas referidos. O exame da toponímia, que poderia ser conclusivo, daria, quando muito, motivo para supor que perto daquele espaço de tempo tenha tido lugar uma expedição espanhola nas costas atlânticas dos atuais Estados Unidos, mas não traz nenhum apóio à hipótese de que dela tenha participado Vespúcio! Por outro lado, Magnaghi demonstrou que Vespúcio, da metade de abril de 1497 até fim de maio de 1498, estava na Espanha, ocupado, entre outras coisas, em preparar a terceira expedição de Colombo. Ora, desta objeção intransponível, Levillier não parece tomar o mínimo conhecimento" (14).

Acorre-me o dever de esclarecer que êste juízo é aqui mencionado, não porque nos agrade apoiar-nos em opiniões alheias, como faz Levillier, mas apenas porque quem o emitiu goza da estima... específica do nosso *historiador*. Mas contra a admissibilidade da suposta primeira viagem, é diferente. E', antes de tudo, a maneira absolutamente empírica com que os dados das cartas são usados por Levillier para a reconstituição do itinerário. Depois de admitir que a *Lettera* está cheia de "inexatidões", e que

"la vaguedad de los términos de Vespucio, la discordancia de algunas de sus coordenadas con la realidad, y otros indiscutibles yerros que la cartografía no puede aclarar" (AB, 91)

- (13). — In "Geogr. Review" XLIII (1953), 139-140. Aliás, a mesma observação tinha sido feita pelo prof. R. Almagià no trecho (RGI, 1950, 183) que Levillier cita em sua resposta.
- (14). — Cfr. RGI, 1950, 183. Para dizer a verdade não aparece no mapa não um nome só de lugar, mas três: *Lariab*, *Iti* (ou *Uti*) e *Antiglia*, formas, çiz justamente Magnaghi (AV, 95) "escritas de maneira que nem todos podiam compreender que correspondiam a nomes já conhecidos, *Parias*, *Haiti*; e que os dois últimos são a mesma coisa".

desembaraça-se em menos de uma paginazinha, corrigindo à sua moda — ou melhor, como já haviam sugerido outros antes dêle — tudo aquilo que o embarça ou o importuna, fazendo Vespúcio viajar da Costa Rica à Baía de Chesapeake e às Bermudas. Nenhum exame a fundo das múltiplas questões que uma reconstituição como essa levanta; nenhuma argumentação que não seja infantil e inútil; nenhuma pesquisa que reponha em termos persuasivos tudo quanto já foi demonstrado insustentável ou inteiramente hipotético.

Posto que o senhor Levillier exige, evidentemente, provas disso, eis mais uma, que se vai juntar às observações feitas na crítica precedente.

Nosso *historiador* encontra escrito na *Lettera* que “esta terra (isto é, a terra dos Caraíbas e da *povoação fundada na água como Veneza*) está dentro da zona tórrida juntamente e abaixo do paralelo que o trópico de Câncer descreve, donde se eleva ao polo do horizonte 23 graus no fim do segundo clima”, e sem perder tempo conclui:

“Esa provincia, tan concretamente puntualizada (?). declara Vespucio que se llamaba Lariab. Mirando un mapa de Mexico, nos hallamos en Taumalipas” (AB, 97).

Depois do que, excluindo com Vernhagen que Lariab corresponda à região de Párias, faz Vespúcio costear o México, a Luisiana e a Flórida, para atingir um pôrto compreendido entre o Cabo Canhaveral e a Baía de Chesapeake, e daqui a uma ilha chamada Iti, que, pela reconstituição gráfica do itinerário, deveria ser uma das Bahamas.

Pois bem: Magnaghi, de quem o senhor Levillier não se cansa de redicularizar a falta de “sentido crítico”, fêz no devido tempo uma observação — da qual nem 44 *historiadores* dos mais variados tipos tinham, evidentemente, sido capazes! — que ilumina em cheio a gênese da *Lettera*. Como vimos, o autor dêste documento quis de qualquer maneira indicar a latitude da terra de Lariab, recorrendo ao passo do qual há pouco mencionamos o texto italiano. Sôbre êste passo Canovai, Varnhagen e outros se apoiaram para sustentar que Vespúcio se havia lançado tão para o N. no hemisfério setentrional.

“Mas, como já observou D’Avezac — escreve Magnaghi — dêste passo não se deve inferir que a região esteja na latitude de 23° N.: aí se diz apenas que a região está dentro da zona tórrida, a qual zona tórrida está ao S. do Trópico, o qual é um círculo a 23° de latitude N.

O autor da *Lettera* é abundante, como de costume, em elucidações desnecessárias. Mas até aqui nos tem esca-

pado, confirmando esta interpretação, o significado da frase “no fim do segundo clima”. E’ notório que Ptolomeu havia dividido a terra em 21 climas, referindo-se ao conceito da duração máxima e mínima do dia, nos vários paralelos. O primeiro clima era limitado pelo paralelo 4° 30’, onde a diferença é de um quarto de hora; o segundo termina a 8° 25’, onde a diferença é de meia hora. Assim, pois, o segundo clima, em o nosso caso, vem a corresponder, no seu término setentrional, às costas situadas cêrca de 2° S. da terra de Pária, ou diretamente — tendo em conta o êrro que podia ser ocasionado pelos mapas — à latitude da terra de Pária. E’ êste o êrro em que se enraizam todos os outros sucessivos de Varnhagen e companhia. Assim, como Vespúcio diz ter seguido deste ponto, considerado erroneamente sob o Trópico, por 870 léguas no rumo nordeste, parecerá depois pouca coisa fazê-lo chegar à baía de Chesapeake”. (AV, 134, 135).

Em nossa opinião — mas nós não somos sequer *historiadores* — esta prova, contra a qual não conseguimos imaginar possíveis objeções, constitui um gonzo dos mais fortes para pôr fora de discussão aquilo que Magnaghi demonstra com outras provas numerosas e com numerosos argumentos, isto é, que o autor da *Lettera* fez uso dos elementos que se acham nas cartas autênticas relativas às duas viagens realizadas por Vespúcio na América meridional. Por isso a reconstituição do itinerário da suposta primeira viagem, como foi proposta por Varnhagen, Fiske e Vignaud, não pode ser considerada válida, pelo menos até que aquela prova essencial e tôdas as outras, que lhe estão conjugadas, não sejam — uma por uma, repito — demonstradas, por sua vez, insustentáveis.

Segue-se daí — sempre segundo os nossos cânones críticos — que é inadmissível que um escritor — mesmo sendo o mais famoso entre os famosíssimos *historiadores* de todo o mundo — decidindo-se a tratar do mesmo assunto, ignore, ou finga ignorar, o que sobre êsse assunto se escreveu de mais recente e mais documentado, mesmo, e sobretudo, se êle tenha chegado, por sua conta, a conclusões diferentes, ou mesmo opostas. Se podia ser agradável, até cômodo, reportar-se às soluções propostas por Varnhagen e Vignaud, ainda maior interêsse deveriam ter despertado — em que tem a modéstia própria do verdadeiro estudioso — as teses contrárias, que, exatamente por serem contrárias, impõem às vêzes uma revisão *ab imis* das posições próprias, com grande vantagem da ciência.

Podemos, penso eu, limitar-nos a êste exemplo, dada, como previmos, a impossibilidade material de submeter à análise apenas a parte que nos dois volumões do senhor Levillier se refere a Vespúcio. Mas, como nada é mais provável que o nosso *historiador* nos venha a repetir que êstes exemplos são apenas “discussões

subalternas e chicanas mesquinhas” (mas também disto teremos ocasião de tratar mais adiante), deter-nos-emos, para documentar o “método inexorável” do nosso *historiador*, nos desenvolvimentos que êle deu a esta primeira suposta viagem vespuciana.

O senhor Levillier houve por bem fazer saber aos leitores desta “Revista” que “para difundir os antecedentes mais persuasivos da veracidade das viagens de Vespúcio, dedicamos-lhes um estudo especial, e apresentâmo-las, com intenção de aumentar o número de seus leitores, em italiano, castelhano e inglês. Esse livro é conhecido pelo crítico, etc.”. Trata-se, como é fácil de compreender, da coletânea das *Cartas vespucianas* que o escritor conhece bem (mas que não podia conhecer quando seu precedente artigo, publicado nesta “Revista”, foi escrito), que há pouco mencionou (*El nuevo mundo*), e que também já apresentei ao público italiano, documentando suas graves falhas filológicas, históricas, críticas, etc. (15). Mas era claro que do autor dos dois volumes de que nos ocupamos não se podia esperar outra coisa. A êste propósito, e antes de retomar o fio do trabalho, sou constrangido a dissipar outra ilusão do nosso *historiador*. Dêste livro ninguém tratou na Convenção Colombiana de Gênova, em 1951, da qual tive ocasião de participar. E’ verdade que nas atas das sessões figura, na da tarde de 15 de março, uma declaração do prof. Revelli, relativa à *América la bién llamada*, com a reserva de publicar, a propósito, uma nota nas *Atas* da Convenção “após ter recebido as notícias que lhe foram anunciadas como iminentes pelo estudioso argentino”, isto é, do senhor Levillier. Mas nem Revelli se manifestou, naquela ou em outras sessões, para falar dêstes ou de assuntos semelhantes, nem alguém fêz objeções a propósito da comunicação feita por mim em tórno da recente historiografia vespuciana, que é exatamente o escrito contra o qual se dirigem os dardos do nosso *historiador*. As últimas sete linhas que se lêem nas *Atas* daquela Convenção (I, p. 95), são, portanto, uma falsidade. Quanto à nota do prof. Revelli, depois inserida nas *Atas* da Convenção, tinha sido preparada e já estava pronta antes de 15 de março, mas o seu autor mandou-me comunicar, pelo Secretário da Convenção, prof. Rosso, que renunciava à sua leitura. Porque depois o prof. Revelli, valendo-se da sua qualidade de Presidente da Convenção, fêz inserir nas *Atas* uma comunicação que nunca foi lida e, o que é mais grave, figurar nas atas das sessões uma intervenção que não existiu, é uma questão que tratei à par-

---

(15). — Cfr. *Le Lettere di Amerigo Vespucci*, in “Nuova Rivista Storica”, XXXVII (1953), 393-438.

te, e que o senhor Levillier poderá conhecer se tiver a paciência de ler-me (16).

Lamento muito ter de mencionar “truques” desta espécie (mas, esteja certo o senhor Levillier, no tempo de Vespúcio também êles se faziam!); mas não posso deixar de fazê-lo, seja em homenagem à verdade, seja para esclarecer ao nosso *historiador*, que evidentemente não me conhece, quem são os “sábios” que êle se compraz em incensar. E uma vez que êste *historiador* fala em sabotagem, dir-lhe-ei que o que estou afirmando teve uma testemunha, felizmente bem vizinha dêle, o Sen. Diego Luis Molinari, de Buenos Aires, que presidiu à sessão de 15 de março de 1951.

Depois disto, retomemos o fio do nosso trabalho.

No recente volume *El nuevo mundo* lê-se o seguinte:

“En la carta del 18 de julio de 1500 (a primeira das três cartas autênticas de Vespúcio) el primer periplo entremezclado con el segundo se confunden, solo pueden servir detalles. En la *Lettera (a Soderini)* estan ambos perfectamente deslindados. El primero es de 1497-1498, el segundo de 1499-1500. Acaso, haya recibido Vespucio del rey, en esa época en que navegar al occidente era un monopolio concedido a Colón, la orden de envaguecer en su relato los hechos, callar la primera fecha y reducir los dos viajes a uno. Obedeció el mandato al escribir al Médicis. En la *Lettera*, em 1504, no existian ya iguales escrúpulos y dió a cada viaje su justa fecha. Es una conjetura, sin más, pero lo cierto es que allí se leen las descripciones de dos y asimismo en las cartas de 1501, 1502, 1503, posteriores a la de 1500, y anteriores a la de 1504, alude siempre Vespucio a sus dos viajes para Castilla. *Mis quatro jornadas*, tal habia de ser el título de sus proyectadas memorias. ¿Qué interés podrá tener en disminuir o aumentar el número de expediciones tan públicas y notorias?” (NM, 79, 80).

Não foi à-toa que o nosso *historiador* perdeu tanto tempo em comentar o seu próprio método e exaltar a perfeição estrutural dos seus dois calhamaços! Se os seus 44 tomos, por êle publicados e trombeteados, foram construídos com êste “método inexorável”, então, boa sorte... ao Congresso Argentino!

Entretanto, deve-se repetir que a declaração preconcebida — tão genérica quanto inconsistente — mais vêzes expressa por Levillier, que

---

(16). — Para sermos exatos, as *Atas* do Congresso Colombiano têm o título de *Studi Colombiani*, e compreendem três volumes. Encontramos em I, 92-95 o que se refere à sessão vespertina de 15 de março; em III, 649-671 a *Nota* do prof. Revelli intitulada *Nuovo contributo di Roberto Levillier allo studio delle fonti più antiche sui viaggi del Vespucci*.

“todas las cartas (vespucianas) forman un conjunto cohesivo y se encuadren entre 1500 y 1504, aportando siempre elementos informativos primigenios, que a menudo han recibido la confirmación de otras fuentes” (AB, II, 174).

revela-se destituída de qualquer significado concreto. O próprio *historiador* é constrangido a admitir que a *Lettera al Soderini* não está de acordo com a de 28 de julho de 1500, e reconhece

“que existen contradicciones... y son tan considerables como inexplicables”,

o que não o impede de acrescentar que

“pero esa circunstancia no autoriza a negar uno de los viajes o a descalificar a una u otra carta. Esa no es una solución. Solo nos cabe aguardar con paciencia hasta poseer lo que espera todo buen juez antes de librar sentencias: pruebas. Y si fuera preciso ofrecer sugerencias, nos parece mucho más plausible que la carta del 18 julio, por razones privadas de Vespucio, reuniese dos viajes en uno, y no la *Lettera* cuatro años después, un viaje en dos, de los cuales uno inventado” (17).

Raciocínio perfeito: primeiro se exigem “pruebas”, e depois se oferecem... “sugerencias”; antes, declara-se inaceitável uma solução, em favor da qual existem documentos e argumentos que não se quer discutir, e depois dá-se como certa a solução... aliçada nas “sugerencias”!

Pois bem: mesmo no recente volume *El nuevo mundo*, a que nos referimos, a conciliação entre a *Lettera* a Soderini e aquela, autêntica, de 18 de julho de 1500 — que nos dois volumes é... tranquilamente elidida — é confiada a hipóteses inteiramente gratuitas, ou melhor, absolutamente fantásticas.

O passo pouco antes citado demonstra, no entanto, e sem sombra de dúvida, que mesmo o senhor Léveillier se propõe a alternativa de que falamos: ou a *Lettera al Soderini* fez de uma só viagem duas viagens diferentes, ou a carta de 18 de julho reuniu, pelo contrário, duas em uma. O senhor Levillier parte do pressuposto que esta segunda é a solução certa. Está bem. Mas quais são as “pruebas”, mesmo as “pruebas manifiestas”? Tudo, como vimos, se resolve com a afirmação “y si fuera preciso ofrecer sugerencias”; depois do que o problema é arquivado, e o que se viu se viu. Pois bem: as variantes que o passo da

“*America la bien llamada* sofre, passando para *El nuevo mundo*, especificam as “razões privadas” que teriam induzido Vespúcio a “entremezclar el primer periplo con el

(17). — Cfr. AB, II, 276. O trecho é repetido, com variações, em NM, 56 e 79.

segundo”: “por ejemplo esconder su salida de Sevilla en 1497”,

e, mais adiante, a ordem real, relacionada com o acôrdo para enganar a Colombo. E também neste caso, todos contentes, e não se fala mais disso (18).

Ora bem: o “paranóico” Magnaghi tinha-se dado o trabalho de rebater, uma por uma, tôdas as argumentações aduzidas pelos sustentadores da autenticidade da primeira suposta viagem e do seu itinerário — retomadas por Levillier — e de renovar, entre outras coisas, com argumentos que não é lícito ignorar, o famoso álubi de Humboldt, a propósito do qual o senhor Levillier se contenta com retomar pura e simplesmente a posição de HARRISSE (1897). E’ que o nosso *historiador* não tem tempo a perder (se assim não fôsse, como poderia enfileirar outros... volumaços?); por isso, basta-lhe com recorrer a hipóteses, para com elas construir apenas outras hipóteses, e assim, neste passo, reconstruir... a história segundo o “milenário conceito originário”. Aliás, a tarefa lhe é facilitada por outro dos seus esquisitos cânones críticos: “la imposibilidad momentanea de explicar contradicciones” não autoriza o crítico a considerar suspeito e eliminar um documento (NM, 54). Desta maneira, se até a consumação dos séculos houver contradições entre duas fontes, uma das quais está manifestamente inquinada de falsidade, a crítica deverá resignar-se a considerar autênticas uma e outra.

Vejamos as “sugestiones” e as “conjecturas”, diante das quais, devo confessar, só nos resta, a nós pobres “improvisadores”, ficar de boca aberta. Vespúcio deveria ter mentido, escrevendo ao Medici, para que não se soubesse que em 1497 se havia afastado de Sevilha? Mas, em primeiro lugar, o Florentino tinha, naquela época, a responsabilidade do “banco” pertencente aos filhos de Pier Francesco dé Medici, em Sevilha, tendo falecido em 1495 (dezembro) Giannetto Berardi, que antes o dirigia. Se, pois, alguém devia ser informado da atividade de Vespúcio na Espanha, êsse alguém devia ser logicamente *in primis* Lorenzo di Pier Francesco dé Medici. Em segundo lugar, de que aproveitaria a Vespúcio semelhante e estupidiíssima mentira, sabendo que em Sevilha viviam outros numerosos florentinos, por meio dos quais o Medici teria podido saber fâcilmente a verdade? Em terceiro lugar, por que razão teria sido Vespúcio forçado a mentir? Não teria sido mais natural que na suposta expedição tivesse participado com o con-

---

(18). — Em NM, 79, porém, o próprio Levillier percebe que são meras afirmações e não documentações (“Es una conjectura, sin más”, e procura apoiá-la no fato de que em tôdas as cartas de Vespucci mencionam-se sempre duas viagens feitas a serviço da Espanha. Mas, como veremos mais adiante, isto é, como cêria nosso autor, uma “rotunda inexactitud”).

sentimento dos Médicis? Entre outros motivos, e como é sabido, o “banco” de Berardi estava encarregado de aprovisionar as naves destinadas à terceira viagem de Colombo. Não é só isto. Uma vez que desta suposta primeira expedição de Vespúcio nenhum traço ficou nos documentos, é forçoso pensar que teria sido uma empresa clandestina, e, como tal, sem nenhuma intervenção do Rei nem do “banco” dos Médicis; razão a mais para que um e outro dela tivessem conhecimento e buscassem por-lhe obstáculos.

Maior consistência não tem a outra “sugestión” que põe em causa o Rei Fernando de Espanha. Por que motivo o Rei deveria ter imposto a Vespúcio o silêncio sobre esta misteriosa expedição? Porque — supõe Levillier; supõe, digo, e nada mais; portanto, uma hipótese para explicar outra hipótese! — não devia chegar ao conhecimento de Colombo. Mas então por que, desde 23 de abril de 1497 o mesmo Rei teria renovado ao Descobridor os privilégios que punham fora da lei as viagens clandestinas? Bela prova de honestidade da parte do Soberano, não é verdade? Mas, em qualquer caso, Colombo viria a saber dessa viagem, pelo simples fato de que, de acôrdo com a *Lettera*, a suposta primeira viagem vespuciana teria começado em Cadiz, pôrto muito conhecido pelas expedições transoceânicas. Por outro lado, por que razão os “escrúpulos” teriam sido necessários em 1497-1498, e não mais em 1504? Em 1504 vivia ainda Colombo, e devia ainda iniciar a famosa lide com o Fisco. Além disso, êstes “escrúpulos” ter-se-iam manifestado numa carta particular que ia para a Itália, e não teria tido nenhuma consequência legal em favor de Colombo, e não, ao contrário, numa publicação impressa, destinada, como de fato aconteceu, a uma difusão maior.

De qualquer lado que os examinemos, pois, êstes geniais “achados” do nosso *historiador* não conseguem manter-se em pé, e, em todo caso, não trazem nenhuma contribuição para resolver o problema que o senhor Levillier deveria ter enfrentado em primeiro lugar — se quisesse ser coerente consigo mesmo — isto é, a conciliação das duas *Lettere* relativas à primeira suposta viagem vespuciana. Como é que se pode, com bases tão inconsistentes, afirmar que da carta de 18 de julho de 1500 se podem extrair “detalhes”, é outro dos tantos mistérios — entende-se para nós, “alheios à êsses estudos” — do “sentido crítico” do nosso *historiador*. A nós deve bastar a declaração que êle nos faz do seu método de trabalho, a propósito dos títulos de glória de Vespúcio: um método que faz uso só de provas: “provas, repetimos, não conjecturas, inferências, suspeitas ou utopias”!

Mais um ponto. O recente volume *El nuevo mundo* (é forçoso falar dêle, visto que o autor lhe atribuiu realmente a missão

de difundir o conhecimento de Vespúcio!) diz-nos, como vimos, que, seja qual fôr a sorte das “sugestiones” destinadas a pôr de acôrdo a *Lettera al Soderini* e a carta de 18 de julho, “es cierto” que em tôdas as cartas de 1501 (Cabo Verde), 1502 (Lisboa) e 1503 (é a publicada por Ridolfi, mas a data é mais tardia, e de qualquer modo a carta é apócrifa)

“alude siempre Vespucio a sus *dos* viajes por Castilla (o número *dos* foi sublinhado pelo senhor Levillier)” (NM, 80).

Bravo! Muito bem! Ou antes, como exclama o senhor Levillier, “bravo pela mensura”! Eis uma nova prova de quanto “o trabalho de discriminação foi constante e minucioso”: não só, realmente, não é verdade que nas cartas autênticas de 1501 e 1502 se faça alusão alguma a duas viagens feitas por Vespúcio por conta de Espanha, mas o contrário é que é verdade. Na carta de 1501, de Cabo Verde, o Florentino só diz a êste respeito:

“e eu tenho esperança nesta minha navegação de rever, e correr grande parte do supradito, e descobrir muito mais, e na minha volta darei de tudo boa e veraz relação” (NM, 136),

ao passo que na carta de Lisboa, de 1502, declara:

“...de tôdas as coisas mais notáveis que nesta viagem me ocorreram, reuni-as numa pequena obra minha, para que quando estiver em repouso me possa ocupar disso, a fim de deixar de mim, após a morte, alguma fama. Esta-va no propósito de mandar um extracto dela, mas está com êste S(erenissimo Rei; quando ma devolver, far-se-á” (NM, 144).

Só na *Lettera al Soderini* (— apócrifa —) êstes indícios são reelaborados e transformados, como segue:

“Saberá V. M. como em cada uma das minhas viagens anotei as coisas mais maravilhosas; e tudo reduzi a um volume em estilo de geografia e o intitulei as quatro jornadas; em cuja obra se contêm as coisas por miúdo e por enquanto não se tirou cópia, porque me é necessário conferi-la” (NM, 122).

E’ evidente que o anônimo autor da *Lettera* tinha à mão, entre outras, cópia da carta de 1502, segundo a qual a “obrazinha” de Vespúcio estava, sim, pronta, mas em mãos do Rei de Portugal, e que preferiu eliminar do seu texto êste último pormenor, inventando um título que se adaptasse ao conteúdo da falsificação. De fato, citando exatamente o passo autêntico de Vespúcio, podia e devia parecer estranho que o Rei não houvesse restituído ao proprietário a “obrazinha”, depois de cêrca de dois anos de

tê-la em seu poder, e ainda mais estranho que se não falasse nem de quatro viagens, nem das duas supostas viagens a serviço da Espanha. Daí a outra invenção, que o “volume em estilo de geografia” precisava ainda ser revisto: o falsário sabia muito bem que êste volume devia ter ficado em Portugal, e que não era possível, provavelmente, haver cópia dêle em Florença; por isso a razão que impedia de conhecê-lo, natural e persuasiva na carta autêntica de 1501, tornava-se um pretexto qualquer no texto falsificado. Entre 1502 e 1504, não teria tido Vespúcio realmente tempo para rever a sua relação de viagem?

Pode-se, enfim, inferir que das duas supostas expedições a serviço da Espanha não se faz menção nem sequer onde primeiramente e mais naturalmente se poderia esperar, isto é, na carta autêntica de 18 de julho de 1500, escrita depois da primeira viagem verdadeira realizada por Vespúcio. Lê-se de fato nesta carta:

“Depois que vim, tenho duas quartãs e espero em Deus sarar logo, porque duram pouco e sem frio. Salto muitas coisas dignas de memória para não ser prolixo, as quais tôdas se reservam para a pena e na memória. Aqui me arma êste Rei três naus para que vá novamente a descobrir, e creio que estarão prontas a 1/2 de setembro: praza a nosso Senhor dar-me saúde e boa viagem, etc., etc.” (NM, 120).

Parece-me claro que, se Vespúcio tivesse já dois anos antes participado de uma expedição a serviço da Espanha, esta teria sido exatamente a ocasião apropriada para lembrá-la, nem que fôsse apenas para mencionar os resultados alcançados.

De qualquer modo, está demonstrado que êste particular — o único de caráter documentário — com o qual o nosso *historiador* quereria confirmar que, portanto, as viagens feitas por Vespúcio foram quatro e não duas, e duas certamente a serviço da Espanha, se fôr examinado na base do que as cartas dizem, prova precisamente o contrário do que afirma o senhor Levillier. E confirma-se também que entre as três cartas florentinas de 1500, 1501 e 1502 de um lado, e a *Lettera al Soderini* do outro, existe, não já “congruência”, mas “incongruência” em tôrno de um elemento essencial aos fins da reconstituição das viagens vespucianas.

Claro? Nem por sonho! O senhor Levillier nos dirá que exijo “da prova garantias exorbitantes” e que sou eu mesmo que dou ênfase ao fato de que “não são poucos os que em uma controvérsia abusam dos leitores que não têm à mão os livros necessários, para verificar o que foi dito”!

Podemos dar-nos por satisfeitos, parece-me, de ter confirmado, a propósito de uma das questões basilares para a atividade marítima do Florentino, aquela “carência de exatidão” que havia-

mos pôsto em relêvo, na crítica precedente, como uma das características dos dois volumes. E' verdade que o nosso *historiador* define o minucioso e preciso contrôlo de todo os pormenores como "discussões subalternas e chicanas mesquinhas", quando é feito por outrém, e consequência do "hábito de rever o julgado e perscrutar os mínimos detalhes", quando se trata de escritos dêle mesmo. Nós, porém, com a devida vênia desta nova "congruência" do senhor Levillier, persistimos em crer que, sem êste preliminar, metódico e paciente contrôlo dos documentos de que nos devemos servir e dos quais queremos poder fiar-nos, não se constrói nem história, nem crônica. Quando muito, fazem-se cantorias, discursos, "palavrórios", exercícios oratórios, enchendo páginas e páginas inútilmente, e ainda mais inútilmente alinhando grossos volumes.

Quanto ao mais, a prevalência de idéias preconcebidas sôbre as conclusões documentadas é um aspecto que certamente não falta nos processos do senhor Levillier, com mais freqüência do que julgam os pseudo-críticos. Nesta divisão se encaixa, por exemplo, o estranho sub-entendido de que Vespúcio não pudesse ser o comandante, diria eu o responsável, de uma expedição marítima, nem sequer daquela a que deve sua maior glória. Esta expedição é, na obra de Levillier, recordada mais de uma vez, ora sob o nome de Coelho, ora sob o de Coelho-Vespúcio (A B, I, 80, 153, 155, 198, 207; II, 20, 50, 53, 74, 232, 246, 249, 337), naturalmente sem dar, não diremos uma única prova, mas nem sequer as costumeiras "sugestiones". Só um lugar (A B, II, 325) se diz: "Las tres naos, que se cree fueron capitaneadas por Gonzalo Coelho", e, como sempre, a notícia torna-se um "hecho" (fato) que não se discute mais.

Todavia, depois de tudo quanto havia sido escrito vários anos antes do aparecimento de A. B. e do N. M., não deveria ser permitido continuar no sistema, caro aos escritores ibéricos, de reduzir ao mínimo, mais uma vez, a contirbuição de Vespúcio. O nome de Coelho não entra de forma alguma na grande viagem de 1501-1502, que certamente foi idealizada, organizada e dirigida por Vespúcio. O nome de Coelho foi pela primeira vez mencionado por Damião de Goes (1501-1567) na sua *Chronica* (publicada, note-se, em 1566!), mas a propósito de uma expedição enviada pelo Rei de Portugal à Terra de Santa Cruz; expedição que, sempre segundo a mesma fonte, teria partido de Lisboa a 10 de julho de 1503. Pois bem: como alguns pormenores, tais os dados relativos ao número das naus que teriam tomado parte nesta expedição e ao número de naus perdidas, concordam com os que se acham na *Lettera* a propósito da quarta viagem, pretendeu-se, de Southey (1810-1819) em diante, que esta foi comandada por Coelho. Mas

o fato é que Góes não menciona para nada o nome do Florentino, enquanto a única fonte escrita que refere os acontecimentos desta viagem... é a *Lettera al Soderini* (19).

Das duas uma: ou o nosso *historiador* conhecia estas notícias, e então por que não as teve em conta, aceitando-as, se verdadeiras, ou rejeitando-as, se assim devia ser, dada a documentação que lhes foi oferecida? Ou se não as conhecia, e neste caso devia ser algo mais modesto, e não acusar a Magnaghi de fazer... uma "brillante exhibición de ignorancia", nem o crítico de recorrer a uma "sabotagem" malvada (20).

E já que estamos a falar da segunda e mais importante viagem vespuciana, não podemos deixar de pôr em relêvo a inconsistência da "congruência" que a carta autêntica de 1502 mostra com *Mundus Novus* e a *Lettera al Soderini*. No segundo volume de A. B. a reconstituição da segunda viagem — terceira para o nosso *historiador* — não faz a menor menção à carta de Lisboa, ao passo que em *El nuevo mundo* esta carta, julgada "tan insignificante que si no existiese, no importaria pues nada aporta que no está en las demás en abundancia y mejor", é definida por Levillier como "una mera corroboración veraz de parte de ella" (o sublinhado é do autor).

Não deveria ser necessário dizer, ao invés, que entre o documento autêntico e a *Lettera al Soderini* há uma inconciliabilidade absoluta, enquanto que o *Mundus Novus* não é senão uma pouco hábil restauração da carta Bartolozzi, repleta de enchimentos banais, e talvez com o propósito de alterar deliberadamente o original, de modo a fazer crer que se seguia uma fonte independente (A V, 20 e seg.). Uma vez que disto já se deu uma demonstração que ninguém até agora pôde refutar, e o senhor Levillier se contenta — *more solito* — com simples afirmações, não voltaremos ao assunto, a não ser para documentar o método de que faz uso

(19). — O "ignorante" Magnaghi deu uma brilhante demonstração em AS, 133 e segts. Mas não o digam ao senhor Levillier, porque êle responderá que Magnaghi nos deu somente "alegações engenhosas", "filhas da sua imaginação e da sua vontade", e que, portanto, nem era necessário tomar em consideração o que tinha escrito.

(20). — Limite-me a êsse exemplo, mas há muitos outros para documentar as prevenções acríticas que o nosso *historiador* põe na sua obra. Uma das questões, sobre as quais é necessário voltar, mas que evidentemente não pode ser discutido aqui, é a relativa à cultura específica, cosmográfica e náutica, de Vespúcio, sobre a qual Levillier defende idéias (cfr. NM, 15) que não podem ser justificadas nem pelos documentos, nem pelas argumentações que êles sugerem.

Entre outras coisas êle nos diz que o rei Fernando teria preferido Vespúcio a Juan de la Cosa, aos Pinzón e a Solís e "a muitos outros pilotos bem melhores do que êle no manêjo da vela, em julgar o tempo, em prever temporais e escoíher direções", unicamente por uma geral "superioridad espiritual". Também aqui trata-se de uma "congruência" inexistente: a de uma opinião tão obscura com as claras, inequívocas, peremptórias expressões da cédula real que nomeia Vespúcio, em 1508, *piloto mayor da Casa de Contratación*. Ora, entre o palavreado do senhor Levillier e a pontual documentação daquele ato, parece-me que não há dificuldade de escoíha.

o nosso *historiador*. Já ao reconstituir a primeira suposta viagem (33 linhas), os 16 graus de latitude N. e os 75 de longitude (W.) das Canárias, atingidos na primeira arribada ao Novo Mundo, segundo a *Lettera* — e iguais em todos os textos desta — tornam-se, por um golpe de varinha mágica, 10° e 83° respectivamente, para o senhor Levillier (como para HARRISSE; N. M., 18). Mas depois, seguindo a viagem, deveremos voltar ao segundo clima, e por isto a 8° 25' N., enquanto o nosso crítico faz tranqüilamente Vespúcio subir até 36° ou 38° N.! Isto ainda é nada em confrônto com o que concerne à viagem de 1501-1502. Aqui os textos de *Mundus Novus* e da carta de Lisboa são deixados de lado, e se toma por base a *Lettera al Soderini*. E a “congruência” de tôdas as cartas, que para nosso *historiador* é artigo de fé?

“Todas las cartas forman un conyunto cohesivo y se encadran entre 1500 y 1504, aportando siempre elementos informativos primigenios, que a menudo han recibido la confirmación de otras fuentes”.

Assim nos vem repetido no mais recente volume do senhor Levillier (NM, 54), mas basta percorrer a reconstituição apresentada para esta “terceira” viagem para termos uma idéia da simplicidade, diria da candura com que as diferenças entre os textos são eliminados pelo nosso *historiador*!

No que tange ao dia da partida, não há um texto que esteja de acôrdo com o outro: 13 de maio de 1501 segundo a carta de Cabo Verde; 14, segundo o *Mundus Novus*; 10 e 20 (pelas diversas cópias) segundo a chamada *Lettera al Soderini*. O senhor Levillier diz que se trata de “divergencias como de costumbre” (N M. 82). e, para não ficar aquém dos textos, afirma primeiro (A B, II, 325) que a expedição zarçou a 10 ou a 15 de maio, e depois (N M, 38) a 10 ou 14 de maio. A razão das duas “opiniões” diferentes não nos é esclarecida (claro é só que se trata de mero arbítrio do senhor Levillier), e por isso não insistimos.

Vejamos de preferência como a expedição procede, de conformidade com *Mundus Novus* que, no dizer de Levillier, “supera a las demás en transcendencia” (N M, 75). A carta autêntica de 1502 atesta, corretamente, que, partidas de Cabo Verde, as caravelas, dirigidas por Vespúcio, navegaram “com o vento entre oeste-sudoeste e meio-dia”, (*fra libeccio e mezo di*), o que, em substância, é repetido na *Lettera al Soderini*. Mas em *Mundus Novus* lê-se, em vez disso, que *viginti mensibus continenter navigavimus ad meridiem*, o que não só não corresponde à duração da viagem — princípios de maio de 1501 a 22 de julho de 1502 — mas, tomado ao pé da letra, quereria referir-se só à viagem de ida” (A V, 30). Como de costume, o senhor Levillier corrige sem hesitação: dias,

em vez de meses (N M, 173), mas é claro, pelo contrário, que aquêlê dado, colocado no princípio da relação, não pode deixar de referir-se ao conjunto da viagem, da qual nem sequer se especifica a época do regresso (21).

De qualquer modo, das Canárias se dirigem *versus Antarcticum paraumper per occidentem infleximus per ventum qui Volturnus dicitur*: mas êste é um vento de E.S.E., ao passo que a direção da viagem é O.S.O. No fêcho do *Mundus Novus* se diz que as naus preparadas para Vespúcio para a quarta viagem se destinam às novas regiões *versus meridiem a latere orientis per ventum qui Africus dicitur*, mas o Áfrico é vento O.S.O., portanto da parte de Ocidente. Assim, para mostrar fácil erudição, comete-se o erro de dizer que o Cabo Verde é o *Promuntorium Ethiopicum sic a Ptolomaeo dictum*, ao passo que era a Ponta do Ocidente. De mais, aprofados ao Cabo São Roque, diz ainda *Mundus Novus*, Vespúcio e a tripulação decidiram navegar ao longo da costa em direção do Oriente, até que chegaram, depois de 300 léguas, a um ângulo *ubi litus faciebat versuram* (= dobrava) *ad meridiem*, isto é, ao Cabo Santo Agostinho. Mas do Cabo São Roque ao Santo Agostinho a costa corre já nitidamente para o S., e do Cabo Santo Agostinho, quando muito, se inicia a direção para S. O. (A V, 30-31).

E a *Lettera*? E' ainda mais difícil de entender. Nesta, a arribada a 5° 30' (Cabo de São Roque) aconteceu a 17 de agosto de 1501, e a expedição se deteve ali por 9 dias, após os quais, seguindo a direção entre leste e sul, depois de muitas paradas dobra um cabo, a que foi posto o nome de Santo Agostinho. Daqui começa a navegar para oeste-sudoeste. A relação continua, afirmando que "êste cabo da terra mencionada", onde os navegantes viram matar alguns dos seus que haviam desembarcado, dista do Cabo São Roque 150 léguas para leste e está a 8° S. "Mas, antes de tudo, o Cabo, cujo nome foi, naturalmente, tirado do calendário, não pode mais ter sido descoberto no dia de Santo Agostinho (28 de agosto).

(21). — Essa interpretação como sendo a dada ao texto do *Mundus Novus* pelos contemporâneos, resulta do fato de que na edição de Nüremberg de 1503 Rigmann achou que devia acrescentar, para justificar de uma maneira qualquer êsse lapso de tempo: "abeundo, terras perlustrando et redeundo". E nem é o caso de pensar em uma possível troca do 1 pelo 2, porque o número é dado em letras (AV, 30).

Por outro lado, se o texto latino dá claramente *mensibus*, o texto vêncto citado por Levilier em seu *El nuevo mundo*, dá também *XX meses*; pág. 171. Finalmente, que os 20 meses dizem respeito à inteira viagem, e que não se trata de 20 dias para o percurso de Lisboa ao Cabo Verde, resulta — sempre conforme o texto do *Mundus Novus* — do fato que depois das Canárias a expedição procedeu com um vento de WSW, que a teria levado... até o deserto do Saara.

Torna-se assim claro que com a expressão "navigamus ad meridiem" o autor do *Mundus Novus* quis fazer uma referência geral ao fato que a expedição tinha-se dirigido para o S., isto é no hemisfério austral, do mesmo modo que podemos ler na *Lettera*, depois de ter falado dos acontecimentos essenciais da expedição: "E tanto fummo verso l'austro"; mas na realidade sabiam que estavam se dirigindo, mais exatamente para "libeccio".

porque não se percorrem 150 léguas, *fazendo muitas escalas*, em dois dias; depois, os três graus entre o Cabo São Roque e o Cabo Santo Agostinho, calculando o grau de 16 1/2 léguas, corresponderiam não a 150, mas apenas a 50. Há ainda erros grosseiros e contradições acêrca das direções: do Cabo São Roque ao de Santo Agostinho a costa corre não entre leste e sul, e menos ainda a leste, mas quase de N. a S. Depois de ter dito que a costa, desde o Cabo Santo Agostinho, corre a oeste-sudoeste, pouco abaixo diz que esta, sempre a partir daquele Cabo, tem, por 150 léguas, uma direção de poente. Enfim, ao passo que na terceira viagem, de Bezechicce, perto do Cabo Verde, ao Cabo São Roque contam-se 700 léguas, na quarta, das costas da Serra Leoa à Ilha de Fernando de Noronha, distância bem pouco menor, as léguas são apenas 300 (A V, 86-87). Ora, não é preciso recordar que nenhum destes erros — sôbre os quais se deteve, por séculos, a argúcia de grandes estudiosos — nenhum destes erros se encontra na carta autêntica de 1502, de Lisboa.

Compreende-se que, corrigindo-se nos textos as direções, as distâncias e os tempos, ao sabor da nossa comodidade, é possível levar Vespúcio aonde nos parece e apraz, e colocar de acôrdo tôdas as “divergências” que os textos nos apresentam. Mas, mesmo sem ser um grande *historiador*, sabe-se que estas correções devem ser tôdas justificadas, para que, pelo menos, pareçam prováveis, e sobretudo não tornem depois evidentes outras “incongruências”.

Mas, continuemos. Na *Lettera* faz-se Vespúcio dizer que

“tanto fomos em direção sul que já estávamos fora do trópico de Capricórnio andando para o polo meridional e erguia sôbre o horizonte XXII (22) graus, que já havíamos perdido a Ursa menor e a maior nos estava muito baixa, quase se nos mostrava no fim do horizonte”.

O texto palatino da *Lettera*, bem como a edição reproduzida por Levillier (N M, 254), têm, em lugar de XXII, 32, mas esta cifra deu muito que fazer aos críticos, pela menção que a acompanha sôbre as condições de visibilidade das duas Ursas. Levillier não tem escrúpulo em corrigir 32 para 23, e, ainda mais, de entender 25° 33' em vez de 23 (A B, II, 330). Mas o texto diz que o Trópico já havia sido ultrapassado em direção do Polo meridional, e a referência às duas Ursas serve só para justificar o que se diz depois:

*ci regevamo per le stelle dell'altro polo del meridionale,*

com tudo o que segue sôbre as observações que Vespúcio teria feito destas estrelas. E' por isso pouco provável que se deva acei-

(22). — Assim no Coç. Vaglianti.

tar a interpretação proposta por Navarrete e Humboldt, que aqui se alude a uma altura de 25° ou 26° S., mesmo porque, se Vespúcio a 26 de janeiro de 1502 estava em São Vicente (24° 52') não pode deixar de parecer estranho que houvesse empregado 24 dias para cobrir uma distância de pouco mais de trinta milhas (até 25° 35', aceito por Levillier).

De todos os modos — e aqui vem o melhor — chegados ao 23°, ou a 25° 36', ou a 32° S., “la oficialidad de la armada” decidiu confiar a Vespúcio o comando e a direção da expedição. Por que? A *Lettera* o diz claramente:

“tendo estado na viagem cêrca de X meses, e visto que nesta terra não achamos coisa alguma útil (23), concordamos de separar-nos dela e ir a buscar o mar por outra parte” (texto Vaglianti; para o texto de Levillier cfr. NM, 156).

Isto coincide exatamente com o que a *Lettera* faz Vespúcio dizer no princípio:

“estando depois em Sevilha repousando de todos os meus trabalhos que nestas duas viagens temos passado e com vontade de voltar à terra das pérolas” (texto Vaglianti, cfr. NM, 248).

Em outras palavras: a carta atribui a esta expedição um escopo puramente, ou essencialmente comercial. Mas o nosso *historiador* não o entende assim e então... lembra-se de que, ao lado de *Mundus Novus* e da *Lettera al Soderini* existem, para esta viagem, ainda duas cartas florentinas que alguns se obstinam em considerar as únicas autênticas. Ora, o desastre está em que ambas estas cartas declaram que a finalidade da viagem é bem diferente. Escreve Vespúcio, ainda em caminho (Cabo Verde, 4 de junho de 1501):

“esta viagem, que agora faço, vejo que é perigosa quanto à fragilidade (24) dêste nosso viver humano. Não obstante, faço-a com ânimo afoito, para servir a Deus e ao mundo. E se Deus se tem servido de mim, dar-me-á virtude, conquanto que eu esteja preparado para tôda a sua

(23). — No texto publicado por Levillier (NM, 256), lemos: “non trouauamo cosa de minero alcuno”, que no mesmo volume está traduzido por: “no encontráramos nenhuma mina” (NM, 257) e “and seeing that in this land we found no mineral wealth whatever” (NM, 333). Mas, como Magnaghi demonstrou (AB, II, 59-60) o sentido da palavra *minero* é o de *útil, valor*, e outros sinônimos; o acréscimo dessa palavra na *Lettera*, relaciona-se provavelmente com Giovanni da Empoli, cujas frases e expressões, que não se encontram nas cartas autênticas de Vespúcio, o falsário copiou.

(24). — O texto de Baldelli-Boni dá “franchezza” e assim adota também Levillier (NM, 140) — conforme Varnhagen e Vignaud. A tradução espanhola: “Es peligroso en cuanto a la seguridad de este nuestro humano vivir” (NM, 141) e a inglesa: “I consider dangerous as regards human life” não correspondem ao italiano “franchezza”, que não dá sentido. O original devia dar, certamente “frazezza”, isto é, “fragilidade”.

vontade, para que dê eterno repouso a minha alma” (cfr. NM, 140).

E com inequívoca precisão, após o seu regresso a Lisboa:

“Porque fomos com o intuito de descobrir, e com tal comissão nos partimos de Lisboa, e não para buscar algum proveito, não nos embarçamos de procurar a terra, nem nela buscar algum proveito, de modo que nela não ouvimos coisa que fôsse útil a ninguém... Por agora estou em Lisboa, esperando o que o Rei determinar. Praza a Deus que de mim se faça aquilo que seja para seu santo serviço e salvação da minha alma” (ibid; NM, 152).

Pois bem, se a “congruência” é tão evidente, por que o senhor Levillier não nos diz — e não o disse em lugar algum — como é que estes dois passos se conciliam com o da *Lettera al Soderini*, pouco antes citado?

Isto ainda não é nada. Sem o querer mencionar, o nosso historiador põe de lado, de repente, a carta “transcendente” e aquela que deveria ser

“el conjunto documental más amplio y más informativo de la colección vespuciana”, NM, 77)

e se inspira na humilde carta autêntica de 1502, de Lisboa, aquela, como vimos,

“tan insignificante que si no existiese, no importaria nada”

e nos assegura que a viagem de Vespúcio estava

“dispuesta por el interés de la ciencia, el único que lo movía”, (AB, II, 332).

E aqui a cabeça vos começa a girar, porque o senhor Levillier, evidentemente não satisfeito com a narrativa que está na *Lettera*, quer dar sua opinião sobre os verdadeiros motivos que levaram à mudança do comando. Pois bem, sabeis como jamais o comandante e a “oficialidade” portuguesa se decidem a ceder o governo das naus a Vespúcio, deixando ao seu arbítrio dirigí-las para onde lhe parecesse mais oportuno? Todavia, diz o senhor Levillier, não sabemos bem (e erradamente se tem dado muito pouco peso a este episódio). Mas é sempre possível fazer conjecturas, e eis a que faz ao caso: porque, tendo reconhecido que estavam fora da zona pertencente a Portugal, comandante e “oficialidade” pensaram em descarregar toda a responsabilidade nos ombros de Vespúcio — que propugnava a continuação da viagem

“por interés de la ciencia, aun metiendo para ello la expedición en aguas ajenas” (AB, II, 332)!

Que engenhosa “sugestión”! Nota-se, todavia, que é inteiramente gratuita, porque a *Lettera*, a que o nosso *historiador* empresta fé — como vimos pouco acima — explica claramente os motivos do episódio. A expedição, que deveria tentar realizar algo de útil, teria percebido, em dado momento, que não havia conseguido nada em dez meses de navegação, e *por isso* ter-se-ia confiado a Vespúcio. Cessando de bordejar a terra até aí reconhecida, o Florentino deveria conduzir seus companheiros, *per mare*, a outra zona. Sôbre esta interpretação não podem caber dúvidas; as dúvidas começam com os “geniais” achados do nosso *historiador*. Não bastava um Vespúcio ignorante de náutica e destituído de experiência marítima; era necessário ainda um Vespúcio ingênuo e tolo, que se deixasse enganar, pronto a empenhar sua própria pessoa, sem esperança de prestar um serviço aos seus companheiros. E’ de fato pueril supor que, no caso de encôntro com uma eventual frota espanhola, o presumido Coelho e sua lusitana “oficialidade” — representados, é preciso dizê-lo, em atitude nada heróica — pudessem fugir ao próprio destino, sacrificando o estrangeiro que havia tentado salvá-los. Sem dizer que o sobredito Coelho e sua “oficialidade” não faziam uma bela figura como... profissionais, se no momento de apuro, tinham que recorrer ao auxílio de Vespúcio, o qual — como assegura o senhor Levillier — era um marinheiro que estava fazendo suas primeiras armas.

Mas ainda não basta. O mais surpreendente dêste “achado” é que teria permitido prestar ao mundo um assinalado serviço, sem nenhum prejuízo para os interêsses de Portugal ou de Espanha. A expedição, de fato, — diz sempre o nosso *historiador* — devia limitar-se a bordejar a costa, ainda aqui em contradicção com os dizeres do texto, sem dela tomar posse, e sem perdê-la de vista! O que não impede depois o senhor Levillier de sustentar que, com estas premissas, Vespúcio penetrou no estuário do Prata, explorando ao menos uma parte dêle!!

Não é tudo. Partido a 15 de fevereiro de 25° 35’ ou de 32° S., Vespúcio e seus companheiros retomam a navegação — sempre, entende-se, segundo a *Lettera* — “pelo vento sul”, e chegam até o 52° S., após um percurso de 500 léguas, a 3 de abril seguinte. Aqui uma tempestade obriga-os a amainar as velas e a correr “em árvore sêca”, empurrando-os depois de quatro dias de oeste-sudoeste para uma terra gelada e inóspita, que costeiam por vinte léguas, depois do que decidem-se a voltar, e num mês percorrem as 1300 léguas que os separavam da Serra Leoa.

São conhecidas as discussões a que deu lugar o conteúdo da *Lettera*, especialmente o itinerário assinalado para a terceira viagem. Não temos a intenção de voltar a elas; basta-nos pôr em

relêvo que êste brusco desvio para S.E. da rota seguida por Vespúcio, com a consequente arribada a uma terra *que não podia de certo ser a Argentina ou a Patagônia*, não encontra comprovação nem na carta Bartolozzi, nem na *Mundus Novus*, mas está em absoluto contraste com tudo o que se tira destas fontes e de tôda a cartografia contemporânea. De fato, tanto a carta (autêntica) de 1502, de Lisboa, quanto a *Mundus Novus*, levam Vespúcio, *com navegação costeira*, até 50° S., o que é confirmado por outras fontes.

E a “congruência”? Não haja receio. O desvio para o sul não existe, segundo o nosso *historiador*, porque vento ao sul (*scirocco*) é... êrro de um copista em lugar de oeste-sudoeste (*libeccio*), e, quanto à navegação, foi, como consequência, costeira, mas não se adiantou além de 46° ou 47° S., porque assim o atestam os mapas.

O, o “inexorável método” desta “história originária”, que não tolera “receituários teóricos”! No entanto, o texto da *Lettera* tem duas vêzes, e não uma, *scirocco* em vez de *libeccio*; além disso, do conteúdo da passagem resulta claro que se trata de uma direção diversa do precedente *libeccio*. A *Lettera* diz que a um certo momento a equipagem decidiu-se a *cercare el mare per altra parte*, isto é, numa direção diversa da precedente, que era a de oeste-sudoeste; e depois de se dirigirem ao sul, com grandes tempestades em alto mar, os navegantes tiveram a 7 de abril, cêrca de dois meses de curso para o sul, *vista di nuovo terra*. O que não teria sentido se, ao invés, tivessem — como pretende o nosso *historiador* — bordejado as costas por oeste-sudoeste. Das duas uma: ou se aceita a versão da *Lettera*, e então devem-se repelir por inadmissíveis os dados das outras fontes, e Vespúcio não fêz senão afastar-se das costas sul-americanas, depois de 23° ou mesmo 32°; ou se adere às outras fontes, e não se pode tomar em conta a *Lettera*. Segue-se que a proclamada “congruência” do senhor Levillier se reduz a um arbitrário jôgo de correção dos textos, sem nenhuma necessidade concreta e evidente.

Depois disto, parece-nos legítimo repetir que:

1.º) nada é menos inconsistente que a “congruência” proclamada pelo senhor Levillier à maneira retórica e genérica que vimos;

2.º) consequentemente, o procedimento do nosso *historiador* ao usar as fontes escritas, revela-se meramente eclético (ou, para sermos exatos, simplesmente compilatório), porquanto êle não procura, nem demonstra, a conciliabilidade dos elementos que nas fontes manifestamente se contradizem, mas — aceitando tudo como bom — nos apresenta, como de caso pensado, as modificações que lhe são cômodas;

3.º) é um fato que, querendo considerar genuínas tôdas as cartas, não se consegue — como não se conseguiu em séculos — dar das viagens de Vespúcio uma versão narrativa que se mantenha por si, isto é, devida sòmente a êste tipo de fontes. O que seria mal pequeno se, dessa maneira, a crítica não sofresse, inevitavelmente, a influência, ou melhor, a sugestão de outras fontes que aliás são, por si mesmas, incapazes de fornecer uma reconstituição satisfatória das atividades de Vespúcio;

4.º) depois de realizar tôdas as mais estranhas e arbitrárias operações que imaginar se possa sôbre os textos (e seria interessante examinar o que se refere ao conteúdo descritivo das supostas quatro viagens) (25) o nosso *historiador* termina concluindo que... é preciso confiar nos mapas do tempo (veremos como)!

Pôsto isto, não resta senão confiar no bom senso do leitor, para que julgue se não eram mais do que justificadas as reservas que fizemos ao método e à exatidão do nosso intocável supercrítico.

Passemos agora ao que se refere, no segundo dos dois volumes, à cartografia da América meridional, a que o senhor Levillier dedica dois parágrafos da sua resposta. E' claro que nossa tarefa não pode e não deve estender-se a uma revisão crítica de tôdas as mais de 270 páginas que o valoroso *historiador* destina ao assunto, na sua obra. O que vamos expor a seguir, à maneira de exemplo, provará que não bastaria um volume inteiro desta "Revista", mesmo tendo em conta a limitação imposta pelo senhor Levillier à sua pesquisa: "nosso assunto não é o desenvolvimento da cartografia brasileiro-argentina, mas a prova de que em sua viagem de 1501-1502, Vespúcio passou ao longo da costa, desde o Cabo São Roque", batizou os últimos três toponímicos que aparecem em vários mapas de 1502 "na jurisdição castelhana" (Rio Jordão, Santo Antônio, Rio Cananor), e avançou até 46º S.

Na verdade, seria o caso de perguntar se tal indagação é de-veras necessária e, em todo caso, apta a assegurar-nos resultados convincentes. Quando se tem uma afirmação peremptória numa carta autêntica de Vespúcio, que atesta por duas vêzes ter êle na-

(25). — Vimos como Ch. C. Griffin requer a contribuição dos estudos etnográficos para a solução do problema das fontes vespucianas. Ora, êsse lado do problema — desprezado nas duas obras de Levillier, como aliás tudo o que se refere ao conteúdo das cartas do florentino — é analisado por Magnaghi quando fala da suposta primeira viagem de 1497-1498. Entre outras coisas Magnaghi nota que, embora a descrição dessa viagem (na *Lettera*) diga provavelmente respeito à costa venezuelana, atribui-se também aos habitantes dessas regiões o costume de enfeitar os lábios e o rosto com pedras, o que é próprio dos Botocudos do Brasil (AV, 91). E também "os canibais estão bem na costa do Brasil; mas quem escreveu a *Lettera* não levou em consideração que onde Vespúcio possivelmente desembarcou (e a descrição dos habitantes começa logo), isto é, em 16º de latitude N — aproximadamente nas costas do Golfo de Honduras — não era admissível um encontro desses, porque aí havia povoações semi-civilizadas afins aos Maias" (AV, 92, n.º 1). Nos dois grossos volumes e em NM não encontramos nada disso (do que podemos ler em NM, 82-84, falaremos mais adiante).

vegado até 50° S. e esta declaração, sôbre a qual não há motivo de dúvida, é comprovada por outras fontes coevas, que necessidade há de ir buscar na cartografia contemporânea uma confirmação ulterior, *que esta cartografia não pode dar?* Conquanto as duas viagens vespucianas se reflitam, evidentemente, nos mapas coevos, nenhum dêstes mapas traz o nome do viajante florentino, e todos os que possuímos diferem entre si, por um dado ou outro, sem que se possa discriminá-los de modo seguro, a ponto de tirar dêles, como veremos, conclusões probantes sôbre estas duas viagens, pelos infinitos motivos que cartógrafos e desenhistas tinham para alterar positivamente a verdade, visando a fins políticos.

Nosso *historiador* desejaria que parecesse uma ação de “sabotagem” a crítica que lhe fizemos, e que aqui renovamos, de que nos dois volumes a suposta reconstituição das navegações de Vespúcio procura muito mais apóio na cartografia contemporânea do que nas fontes escritas, e em primeiro lugar nas cartas autênticas do Florentino. Mesmo na resposta a essa nossa crítica, o senhor Levillier, pretenderia passar por boa esta conclusão, para êle fundamental: “a evidência de que Cananor a 46° foi o término (em terra) da navegação de 1502, derruba a suposição já citada de que o Florentino chegou a uma baía a 50°, e denominou-a São Julião!”. Mas não “derruba” coisíssima nenhuma, porque esta segunda latitude é atestada por documentos, ao passo que a pretensão de que deva ser substituída pelo 46°, que resultaria dos cálculos do senhor Levillier, não é legitimada pela argumentação com que êle procura sustentá-la.

Repito que — à parte o diferente valor documentário dos mapas examinados pelo nosso *historiador*, mesmo como é posto em evidência pelas referências que êle faz ao material de que se serve — é pacífico que os portugueses, tendo fins opostos aos dos espanhóis, teriam interêsse em alterar os dados dos mapas que resultavam da relação e dos mapas de Vespúcio. Sobretudo, como é natural, deve-se pensar que, após a grande viagem vespuciana de 1501-1502, seria premente para os portugueses não “deixar que se soubesse que, prossequindo a costa sul-americana para S. O. estendia-se a O. uma terra firme que podia ser reivindicada pela Espanha”; e o conseguiram tão bem que só depois do regresso de Vespúcio a Espanha retomou o reconhecimento das extremas regiões austrais exploradas por Vespúcio (A V, 189) (26).

(26). — E' oportuno notar que Magnaghi, ao considerar a interrupção intencional do périplo e da toponímia dos primeiros mapas que representavam os resultados da viagem de 1501-1502, acrescenta que, além de 32°-34° S. “alguma coisa, também se não eram notícias exatas, transpirou pois os mapas e os globos de Waldseemüller, Glareano, Ruysch, Roselli, Schöner oferecerem já o desenho da costa até 45° ou 48° de latitude S. Mas os portugueses não queriam fornecer oficialmente dados, pelos quais se podia concluir que êles tinham passado ao W. a linha de marcação” (AV, 197).

Por outro lado, êste refugiar-se nas possíveis, mas as mais das vèzes supostas provas cartográficas, é para o senhor Levillier, como para outros antes dêles, uma inevitável conseqüência de não ter, não diremos resolvido, mas ao menos colocado o problema fundamental: o da autenticidade das fontes.

Não queremos com isto dizer, naturalmente, que o estudo da cartografia contemporânea é supérfluo. Queremos apenas precisar, como é necessário, os limites do problema que com êsse está entrosado. E' pacífico que aquêle estudo não é inútil para outros problemas vespucianos. Porque as duas cartas autênticas relativas à grande viagem de 1501-1502 — como, aliás, o *Mundu Novus* e a *Lettera al Soderini* — não nos conservaram registro dos nomes impostos por Vespúcio às simples “escalas” (o que não é de admirar, sendo, propositadamente, simples cartas familiares, e não verdadeiras e próprias relações oficiais), não resta, evidentemente, se não o exame daquela cartografia, quando se quer, através da toponímia que aparece nos mais antigos mapas da América, reconhecer, até onde é possível, a parte que pertence, sob êste aspecto, a Vespúcio (27).

Pesquisa, aliás, iniciada muito antes que viessem à luz os dois volumões, mas à qual o senhor Levillier deu um desenvolvimento incomparavelmente maior, fornecendo-nos reproduções de mapas e listas de nomes (28) que certamente aproveitam ao estudo da toponímia de origem vespuciana. Todavia, para que tal pesquisa possa atingir um resultado concreto, é indispensável que se apoie em bases seguras, sobretudo quando tem em vista preencher as lacunas das outras fontes. Foi por isso que escrevi — e repito — que é preciso guardar-se de utilizar indiferentemente as mais diferentes fontes, e sobretudo de usar sem extrema cautela os mapas sem data (como fêz o senhor Levillier); mapas sôbre os quais, por uma ou outra razão, sempre se levantaram dúvidas. Do

(27). — Isto tudo é pacífico; portanto a resposta do senhor Levillier não atinge o alvo. O que a minha crítica contestava — e continua contestando — é de um lado o excessivo pêso que êle deu às provas cartográficas (que, normalmente têm limites) e, do outro, o mau uso dessas provas cartográficas. E' inútil repetir, agora, grifando-se, estas palavras: “em seus [de Vespúcio] relatos das expedições de 1497 e 1499 estão concordes as linhas de costas perceptíveis nos primeiros mapas de 1500 e 1502”, porque a questão é, justamente, provar também aqui a “congruência” entre os textos e os mapas, depois de ter eliminado dos primeiros os textos que foram demonstrados apócrifos, e estabelecido, nos segundos, o significado dos périplos e da toponímia. Mas o nosso *historiador* limitou-se a dar como já demonstrado que tôdas as cartas são autênticas e a adotar, quanto aos mapas, a posição de Vignaud, como se nada tivesse sido dito depois dêle. Única novidade: as legendas fixadas nas reproduções dos mapas, parecendo querer impedir qualquer outra interpretação.

(28). — Nem uma nem outros, porém, sistemáticos e completos. Quanto às reproduções, Almagià (RGI, 1950, 182) tinha-as definido “em verdade, nem sempre ótimas”; pode-se acrescentar que normalmente eram rabiscadas por legendas com as quais Levillier propõe as suas identificações, pelas supostas retificações da linha de marcação e pelo acréscimo das armas das duas potências rivais.

Quanto às listas toponímicas, estamos bem longe de possuí-las para todos os mapas; cfr. o exemplo de HARRISSE em seu volume sôbre Terranova.

contrário, e eu o adverti ao mesmo tempo, cai-se num círculo vicioso: a data de um mapa se deduz de sua toponímia, e da toponímia do mapa se serve para determinar a data do mapa.

E' inútil dizer que repito com certo desagrado estas observações muito simples, bem sabendo que, se "trivialíssimas" em si e de per si, tornam-se "maliciosamente tendenciosas" apenas são aplicadas ao "intocável *historiador*". Não é para mim premente "pontificar sôbre normas e regras"; basta-me verificar o fato de que o senhor Levillier, enquanto se esfalfa em repetir em todos os tons, de palavra, que os seus dois volumes são realmente um modêlo de método, esquece-se depois, com excessiva freqüência, de pôr em prática . . . seus bons propósitos.

Demos logo outros exemplos.

Na minha crítica precedente tornei claro que o planisfério chamado Kunstmann III não é atribuído a Pilestrina, e que deveria ter sido composto provavelmente não depois de 1506, contra a opinião do senhor Levillier, que mantém aquela atribuição — como se já não tivesse sido provada errônea — com a data de 1515 (A B, II, 81) (29). Posso considerar-me dispensado da obrigação de fornecer as provas das datas geralmente aceitas (1502-1504), porque, em sua resposta, nosso *historiador* insere uma tabela com o concorde — ou quase — juízo de nove estudiosos, que evidentemente merecem sua confiança, mas sobretudo porque posso, como veremos, demonstrar infundadas as bases da cerebrina datação proposta pelo senhor Levillier.

Neste ponto deveria ser permitido a um "*historiador* escrupuloso" declarar que, não obstante as opiniões de tão competentes estudiosos, é sempre necessário verificar com os próprios olhos (e Levillier nos dá uma prova, não aceitando, por sua conta, as datas propostas para Kunstmann III). Segue-se que, a rigor de lógica e pela mesma experiência feita pelo senhor Levillier, a tabela que êle exhibe para demonstrar que "todos consideram Kunstmann II anterior a Kunstmann III" não prova nada para o problema que aqui interessa. Não se vê, de fato, como a "congruência" das datas propostas possa servir para destruir, contra o que afirma o senhor Levillier, "a suposição que Cananor pudesse ser Cananea mal escrito, pois pertencia a uma cartografia anterior" (o cursivo é de Levillier).

Não serve, antes de tudo, pela cronologia. Mesmo admitindo que, como sete daqueles nove estudiosos sustentam, Kunstmann III seja dotado o mais tardar de 1504, e mesmo, como pretendem Duar-

(29). — O senhor Levillier nem se refere às objeções por mim feitas a êsse respeito na nota 38 da crítica precedente, não obstante se releve que nas legendas de Kunstmann III podem-se reconhecer duas letras diversas. Tôdas tolas, para o nosso *historiador*, ao qual bastam "indícios" para resolver as questões.

te Leite e A. Cortesão, de 1506, ou pouco depois, não se segue que *Cananea* não possa ser de origem vespuciana. Antes se deveria concluir exatamente o contrário. Nenhuma expedição se notou, depois da de 1501-1502, nas costas brasileiras, ao redor de 25° S., antes de 1504 ou de 1506, nem é caso de pôr em discussão a expedição de J. D. de Solis, muito mais tarde (1515-1516), sobre cujos resultados, aliás, pelo menos no que toca à toponímia, é preciso ter cautela.

Não serve, em segundo lugar, nem mesmo partindo da suposição abstratamente lógica, mas historicamente inadmissível, que um mapa mais tardio não possa conservar elementos mais antigos (também não deveria ser preciso voltar a esta "trivialíssima" regra de método!). A confusão entre *cananea* e *cananor* podia bem ter-se verificado pouco depois da imposição do primeiro nome, sem que por isso se possa pretender que mapas não derivados do "filão" de Kunstmann II-Canério (Caveri) devessem necessariamente registrar *cananor* em vez de *cananea*.

Baseando-nos, pois, na própria tabela exibida pelo senhor Levillier, não há nenhum motivo para inserir *Cananea* no "segundo período" (1515-1522), que este autor estabelece na sua classificação dos mais antigos mapas da América meridional. O *terminus a quo* que legitimaria, segundo o senhor Levillier, o início daquele período é de fato posterior a 1514, ou seja, à misteriosa viagem de Nuno Manuel-Cristobal de Haro e João de Lisboa.

Sobre que elementos, então, se apóia a data de 1515 fixada para Kunstmann III pelo nosso *historiador*? Únicamente sobre a hipótese que este mapa entra num "filão" do qual relaciona outros cinco representantes: F. Rodriguez [2], o globo de Windsor, atribuído a Leonardo da Vinci [3], Kunstmann IV, atribuído a Jorge Reinel [4], Maggiolo 1519 [5] e Miller, atribuído a Pedro Reinel [6] (30). Dêstes cinco mapas, um, o de n.º 2, não traz sequer um nome de lugar. Dos outros quatro, um apenas é datado. Sobre os três restantes existem discrepâncias profundas entre os estudiosos, seja quanto à data, seja quanto à autoria. A hipótese de que Kunstmann III não vá além de 1515 é apoiada, por sua vez, sobre uma outra hipótese, a de que os quatro topônimos seguintes: *Cabo Santo Agostinho*, *Rio das Ostras*, *Cabo Frio*, e *Cananea* comparecem pela primeira vez depois daquela data, porque são registrados por estes mapas, todos êles supostos posteriores ao "filão" Kunstmann II-Canério, ou seja ao "primeiro período" fixado pelo Senhor Levillier.

---

(30). — Tinha tratado em minha precedente crítica também da falsidade de tais atribuições. O senhor Levillier não sabe o que dizer. Ou dirá, quando muito que o argumento não o interessa.

Levillier não hesita depois em afirmar (A B, II, 53 e seg.), que cinco dêstes seis mapas — exclusive o n.º 4 — não ultrapassariam — não se diz se no desenho, ou só com a toponímia — o Rio da Prata, colocando Cananéia aos 25º S., ao passo que os do período precedente atingem, com Cananor, os 45º S. (A B, II, 82). Dessa maneira ter-se-ia a demonstração de que *Cananor* não podia ser uma corrupção de *Cananéia*, mas que se tratava de uma localidade diferente.

E conclui que entre o primeiro e o segundo “período” deve ter havido uma nova expedição “descobridora”, que seria, “provavelmente” — eis mais uma hipótese — aquela que poderíamos chamar a de “três chefes”, e à qual se fêz menção, remontando a essa expedição, além dêstes quatro toponímicos, também o batismo do Cabo Santa Maria (A B, II, 66).

Antes de retomar o exame dêste argumento, é preciso observar que, quando o nosso *historiador* está às voltas com objeções que o constroem a determinar as bases das suas teses, êle se consola sonhando que são os outros que se sentem consternados pela força irresistível das suas argumentações (*chacun tourne aux réalités, autant qu'il peut, ses propres songes!*) (31).

Por isso as observações que lhe foram feitas, quanto ao teimoso *leit-motiv* de Cananor-Cananéia não passam, para o senhor Levillier, de expressões de um “exibicionismo dialético tendente a desviar a atenção de Cananor, cuja prova sente [o crítico] irrefutável!” E todos os argumentos e demonstrações contrários aos dêle, nada são sendo perda de tempo. Perda de tempo, apurar se Kunstmann III seja datado de 1515 ou de 1505, problema em que êle gasta, em substância, um capítulo inteiro (AB, II, 52-82). Perda de tempo, precisar se o *Esmeraldo de situ orbis* de Pacheco remonta a 1505-1508 ou a 1505-1518; data, esta última, com a qual, todavia, pretende demonstrar que Cabo Frio e Cabo Santo Agostinho não podiam aparecer em mapas anteriores a 1515 (AB, II, 56-57), e, em consequência, não remontam a Vespúcio (32). Perda de tempo, documentar que êste ou aquêle topônimo incluído no “segundo período” não seja, atribuído ao “primeiro” (mas então, como fundar deduções ao primeiro aparecimento dêste ou daquele topônimo na cartografia sul-americana?)

Quanto possa ser considerada legítima esta posição do nosso *historiador*, mostra-o o exemplo que damos a seguir.

Analisando, um por um, os quatro topônimos que recordamos, nossa crítica precedente havia demonstrado que êles podem ser muito bem, antes não podem deixar de ser, de origem vespuciana. Tan-

(31). — Motivo repetido exaustivamente na resposta do senhor Levillier. Inútil procurar persuadir o pobre homem. “Contento lui, contenti tutti!”

(32). — Veremos mais adiante que fundamento tem essa pretensão do nosso *historiador*.

to o Cabo Frio quanto o Cabo Santo Agostinho são registrados num passo do *Esmeraldo de situ orbis*, de Pacheco, que podemos datar com absoluta certeza, e que indubitavelmente não vai além de 1505 (33). Como o senhor Levillier havia procurado provar, ao invés, que o *terminus ad quem* que deve ser fixado para aquêlê livro devia deslocar-se para 1518, e disso tirava deduções sôbre a origem dos cinco topônimos, julguei necessário, da minha parte, examinar as argumentações apresentadas pelo nosso *historiador*, concluindo que não resistiam a um atento exame crítico. Ninguém mais convicto do que eu de que uma pesquisa dêste gênero não se pode comparar à descoberta da América (que, dir-se-ia, o senhor Levillier julga ainda pouca coisa em confrônto com os “achados” dos seus dois volumões!), mas o mal é que êle mesmo se havia empenhado em pôr em evidência a importância do pequeno problema relativo ao livro de Pacheco, escrevendo textualmente:

“a data extrema do livro não tem sido bem fixada, e o fato tem seu valor, pois se relaciona com a antigüidade dos nomes de lugares situados no Brasil, ao sul do Equador, indicados pelo autor na sua lista” (AB, I, 200).

Compreendo que lhe deva ter desagrado ver desabar, depois, as suas conclusões, mas é verdadeiramente significativo que aquela pesquisa, que antes lhe parecia não necessária, e à qual tinha destinado uma longa nota no primeiro dos seus volumes (AB, I, 200-201), seja agora classificada, na sua resposta, entre “êsses pormenores sem gravitações”, que “não merecem a perda de tempo que ocasionaram; mas são caminhos de atalho para afastar o leitor das conclusões”!!

O menos que se pode dizer é que o hábito de ver “congruência” entre coisas que brigam umas com as outras acabou por fazer com que o nosso “intocável” perdesse até o senso da “congruência” naquilo que escreve. Como é claro, não foi por nada que adverti, no processo pseudo-crítico do nosso autor, a deficiência daquele exato contrôlê dos dados em que apoiava suas próprias conclusões, que é uma das características de quem não conhece, ou não aplica — as consequências são as mesmas — um sadio método histórico. Deixo ao leitor o julgar se tinha razão: em vez de opor prova a prova, e argumento a argumento, o senhor Levillier contenta-se com dizer:

(33). — Diz o senhor Levillier que a minha argumentação repete a de Duarte Leite, que, pelo contrário, infelizmente não conhecia e que não tentei (*mea culpa!*) procurar. Em toço caso, se minhas críticas coincidem com as de outro, não é esta uma boa razão para não aceitá-las com a costumeira “suficiência” de *hidalgo* de outros tempos, que o nosso *historiador* ostenta para com os seus contraditores. A questão é saber se a argumentação é válida ou não. A isto — e a nada mais — deveria ter respondido o nosso *historiador*. Eis quem “lança pois uma cortina de fumaça para garantir sua fuga”!

“Sugerimos por certos indícios (1), que esta obra [a de Pacheco] sem assinatura nem data, fôsse considerada escrita entre 1505 e 1518, em vez de 1505 e 1508, data suposta, geralmente aceita desde algum tempo para cá. Da data aproximada de 1514 poderia ter sido (!) o Cabo Frio”.

E está liquidado o problema!

Mas procedamos com ordem.

Na fim do “primeiro período” o senhor Levillier coloca uma tabela (AB, II, 50), na qual, antes de tirar suas conclusões, recolhe dos mapas utilizados, comparando-os, os dados relativos ao desenho e à toponímia do périplo referente à segunda viagem de Vespúcio; tabela precedida de uma lista de nomes de lugares que aparecem em alguns daqueles mapas. Dêles nos ocuparemos mais adiante. Aqui importa ressaltar que, para o “segundo período”, a tabela correspondente (AB, II, 81) é algo diferente. Faltam-lhe alguns dos elementos essenciais (34) que por isso acrescentaremos, depois de haver substituído os dados do senhor Levillier pelos que nós examinamos.

Mapas	Datas propostas		Limite meridional		Último topônimo	Latitude de	
	por Levillier	por outros	do desenho	da toponímia		Cananéia	C. S. Maria
1. Kunstmann III	1515	1502-6	22°	22°	Cananéia	22°	—
2. F. Rodrigues	1515	1515-30	28°20'	—	—	—	—
3. Globo Windsor	1515	1515-19	43°	40°	Cananéia	40°	—
4. Kunstmann IV	1518	(± 1520)	37°	37°	C. S. Maria	—	37°
5. Maggiolo	dat. o 1519	—	28°	27°	C. S. Maria	20°	26°
6. Miller	1519-22	1517-32	40°	37°	C. S. Maria	23°30'	37°

Quanto aos topônimos em discussão, eis como são distribuídos nos cinco mapas que têm nomenclatura:

	1	3	4	5	6
Cabo Santo Agostinho	+	÷	+	+	
Rio das Ostras			+		+
Cabo Frio	+	÷	+	+	+
Cananéia	+	÷		+	+
Cabo Santa Maria			+	+	+

(34). — Na tabela do “primeiro período” as duas últimas colunas têm como título: “término de la costa según graduación de la carta” e “término de la costa según nomenclatura y otros indícios”. Poderíamos esperar que as latitudes da penúltima coluna fôsem mais elevadas que as da última, pois normalmente, depois do topônimo colocado no fim, para o S., a linha da costa continua ainda por um certo número de graus sem nomenclatura. Mas, acontece o oposto, porque com tantos “indícios” podemos fazer chegar o valor “intencional” das latitudes... onde quisermos.

Na tabela relativa ao “segundo período”, porém, falta qualquer indicação de latitude, pelo que, se fôssemos... o senhor Levillier, diríamos que foi feito para esconder como se encontram as coisas!

No fim do “segundo período” (AB, II, 82), o senhor Levillier julga poder concluir, entre outras coisas: a) ter demonstrado que Kunstmann III se acha aqui no seu devido lugar, ao passo que não o estaria entre os mapas do “primeiro período”; b) que é pormenor “curioso” destes seis mapas não ultrapassar o Rio da Prata; c) que a sua toponímia se enriqueceu em consequência das viagens da expedição “de três chefes” e das de Solis e Cristóvão Jacques.

Os dados acima expostos provam, ao contrário, em nosso modesto juízo, que: a) a latitude de Cananéia, nos únicos quatro mapas que a registram (dos quais só um é datado), não se afasta muito da assinalada para Cananor nos mapas do “primeiro período”, como se esclarecerá mais adiante; b) não corresponde à verdade que os seis mapas do “segundo período” não ultrapassam a latitude do estuário do Prata, como o provam os n.ºs 3 e 6; c) a presunção que os nomes “novos” (em confrônto com os dos mapas do “primeiro período”) se derivem de viagens posteriores à viagem vespuciana é puramente hiptética e os documentos a contradizem, mesmo se não bastasse a demonstração, já feita, da nenhuma necessidade de pôr em causa expedições diferentes da de Vespúcio, para explicar os quatro nomes de Kunstmann III.

As duas tabelas acima provam, mais, que nos seis mapas do “segundo período” se reconhecem dois “filões” diferentes: 1-3 e 4-6, este último caracterizado pela presença do Cabo de Santa Maria. Mas que este nome tenha sido dado pela expedição “de três chefes”, afirma-o o senhor Levillier, sem apresentar — *more solito* — a mais fraca prova (35).

De qualquer modo, se os quatro nomes do primeiro “filão” e o Cabo Santa Maria do segundo devessem formar um único complexo, característico, como o é no pensamento do nosso *historiador*, de uma fase cartográfica diferente e distinta daquela que dá início à viagem vespuciana de 1501-1502, e se a presença dos nomes “reveladores” devesse conduzir-nos forçosamente à misteriosa expedição Nuno Manuel-Cristóvão de Haro-João de Lisboa, os próprios mapas utilizados pelo senhor Levillier nos... desmentiriam.

(35). — Também este particular confirma a facilidade das afirmações do senhor Levillier. Quando muito, era preciso lembrar que, segundo Herrera, durante a expedição de Magalhães, quando se costeava o Brasil, o piloto português Carvalho disse, em um certo ponto, que se achavam perto do Cabo de Santa Maria, no ingresso do estuário do Prata: “y que lo sabia por relación de Juan de Lisboa, piloto português, que habia estado en él”. Mas Herrera, que escrevia mais de setenta anos depois da viagem de Magalhães, e não era português, não diz quando João de Lisboa teria chegado à região do Prata, nem, muito menos, afirma que o nome Santa Maria tenha sido dado por elle. Além disso é muito estranho que dele não falem os historiadores portugueses” (AV, 187, n.º 1). Deve-se considerar também que Las Casas (II, 270) afirma, pelo contrário, que foi Solis que deu o nome de Santa Maria ao Prata.

Por outro lado, se a suposta expedição “com três chefes” alcançou Madeira em 12 de outubro de 1514 (AB, II, 65), como terá feito João de Lisboa para compor o *Tratado de Marinharia* que se diz aparecido em Lisboa com a data de 1514! Tinha-o, talvez, preparado... no Brasil?

Daremos disso, daqui a pouco, uma demonstração de tal clareza solar, que até o nosso *historiador* deverá curvar-se e reconhecê-la, sob pena de desvalorizar definitivamente o seu proclamado respeito pela verdade.

Entretanto, nem ao menos a conclusão que o senhor Levillier pretende tirar do exame dos mapas atribuídos ao “primeiro período”, isto é, que “o rio Cananor... em todos os mapas dêste período aparece numa latitude que oscila entre 45°, 46° e 47°”, é confirmada pelos elementos que êle nos oferece.

De fato, dos 13 mapas compreendidos na lista relativa ao “primeiro período”, apenas 6 inserem Cananor no périplo, mas com os seguintes valores de latitude (depois de exame e retificação dos correspondentes dados de Levillier):

Mapas	Datas	Latitude de Cananor	C. S. (36)
1. Kunstmann II	1502 (?)	30° ?	33° ?
2. Canério (Caveri)	1502 (?)	36°	38°30'
3. Waldseemüller	1507	42°	42°
4. Ruysch	1508	30°	37°
5. Waldseemüller	1513	34°	35°
6. Waldseemüller	1516	35°	36°30'

Quanto aos outros seis mapas, dos quais três (8, 11, 13) desprovidos de toponímia e 3 sem data (11, 12, e 13), as latitudes mais elevadas ali encontradas são as seguintes:

Mapas	Datas	Latitude máxima
7. Cantino	1502	?
8. Silvano da Eboli	1511	36°
9. Piri Reis	1513	25° ?
10. Reisch	1515	50°
11. Hamy-King	1502 (?)	33°
12. Pesaro	1507 (?)	45° ?
13. Ptolomeo Waldseemüller	1506 (?)	40°

A primeira verificação que se impõe a quem examine objetivamente estas duas tabelas, é que há grandes diferenças entre mapa e mapa; a rigor, há um desacôrdo geral quanto à latitude atribuída a Cananor, e à que deveria indicar o término extremo atingido por Vespúcio em 1501-1502 (que aliás, segundo o senhor Levillier, seria a mesma coisa). Por isso, antes de chegar às conclusões apresentadas pelo nosso *historiador*, seria necessário demonstrar que *todos êstes mapas* cometem erros, ou antes, que cada um os come-

(36). — Indicamos com esta sigla a latitude mais alta alcançada por cada um dos desenhos costeiros.

te na medida, pelo menos aproximativa, que baste para restabelecer as cifras bases do senhor Levillier.

Naturalmente, o senhor Levillier está perfeitamente ciente disto; por isso industria-se, mapa por mapa, em submetê-lo a um exame que lhe permita extrair o máximo em apóio da sua tese. Assim, da mesma maneira por que não tem escrúpulos em modificar, corrigir, alterar os dados das fontes documentárias para fazer aparecer aquela “congruência” que vimos, passa com desenvoltura por cima de tôda dificuldade que surge do exame objetivo de cada mapa, e não hesita sequer em recorrer a “ardis”, visando atingir rapidamente a meta. E’ necessário, portanto, seguí-lo passo a passo, bem de perto, neste seu “método”, para verificar o grau de legitimidade das conclusões.

O espaço não nos permite analisar a fundo, uma por uma, nem as cinquenta páginas dedicadas, no segundo dos dois volumes, àquilo que Levillier chama “primeiro período”, compreendido entre 1502 e 1516. Não podemos, porém, deixar de deter-nos, antes de passar em revista os mapas utilizados pelo nosso *historiador*, em algumas pressuposições fundamentais nas quais êle edifica o seu tratado.

Tendo verificado que

“en las cartas de 1502, las mas antiguas que conozcamos, no existem elementos que los cartógrafos no hayan trasladado, así latitudes como longitudes”,

o senhor Levillier concluiu que é preferível, para identificar

“los lugares imprecisos o innominados”,

ter em conta

“a coincidência de la altura de esos lugares con la de otros puntos de latitud conocida, aunque sea en otro continente, y la reiteración de esa coincidência a través de la cartografía en el tiempo” (AB, II, 7; cfr. também, *ibid.* 23).

Dito isto, e afirmado que a latitude extrema da África austral era em 1502 “um ponto fixo de confrontos geográficos”, toma a altura do Cabo Agulhas, 35° S., como base dos cálculos para os mapas que dão lugar ao contôrno das costas exploradas por Vespúcio, tanto mais que aos 35° S. corresponde a embocadura do Rio da Prata.

De nada valeu ter-lhe recordado... aquilo que êle mesmo afirma, isto é, que

“erraban los cartógrafos en materia de alturas y longitudes” (AB, II, 8),

com o exemplo deveras clamoroso do que se encontra no planisfério de Juan de la Cosa (37). Nosso *historiador* não discute, melhor, discute até demais, mas... só com palavras; não apresenta razões. Sentencia:

“quando uma linha traçada num mapa, sob o Cabo da Boa Esperança, coincide na margem oposta com um rio, chame-se este Jordão, Solis, S. Cristóvão ou Uruay, é fatalmente o Rio da Prata. Nenhuma objeção, nenhuma chicana nem o erro inexplicável de Juan de la Cosa... pode afetar esta verdade eterna”.

“E de fato ... se alguns planisférios assinalam o C. Agulhas a 35°, o mesmo cabo é colocado a cerca de 29° no planisfério de Juan de la Cosa; a 30°, 40 no de Hamy-King (38) e no anônimo que Levillier atribui a Jorge Reinel; a 32 no Ptolomeu de 1513; em 32°, 45' no de Cantino; em 33°, 40' no Tolomeu de 1513; em 36° no de Bartolomeu Velho, Gaspar Viegas, etc ...”. Antônio Furlani; a 39° pela narração da *Newen Zeitung*, referida pelo próprio Levillier (AB, II, 65); a 40°, ou quase, por L. Frisius; a mais de 40° por Apiano (1520); a 46° por L. Boulanger e por G. Stobnicza (1512); a cerca de 50° por Glareano (1510), e assim por diante

O mais interessante é que o próprio Vespúcio na carta autêntica escrita a 4 de junho de 1501 (note-se a data) de Cabo Verde, relato de fonte portuguesa — porque foram os marinheiros de Cabral que o informaram! — diz “que o cabo da Boa Esperança que figura na costa da Etiópia, está fora do Trópico de Capricórnio 10° da parte do meridiano”, especificando de modo claro: “que está na altura da linha equinocial para o sul 33°” (NM, 130)”. Sem dizer que em alguns planisférios as coordenadas geográficas relativas à Ásia meridional, à África e ao Novo Mundo são independentes umas das outras, e disso veremos mais adiante um claro exemplo, exatamente num destes mapas que interessam à segunda viagem vespuciana. Nada mais eloqüente do que o que se encontra nos próprios mapas de Waldseemüller: o Cabo Agulhas é colocado nada menos que em 48° S. no célebre mapa-mundi de 1507. para saltar a cerca de 32° no de 1516. Por semelhante modo no binômio Cabo de Boa Esperança-Rio da Prata; sempre no mapa-mundi de Waldseemüller de 1507, o *rio jordam* está pelo menos 6° ao norte da extremidade austral africana (e note-se que toda contestação é vã, em se tratando de mapas graduados). Se, enfim, se desejar um exemplo ainda mais probante, confronte-se o mapa de Ro-

(37). — Também aqui outra “cortina de fumaça”. A objeção que no mapa de Juan de la Cosa — como, aliás, em outros do primeiro quinquênio do século XVI — as latitudes da costa setentrional da América do Sul resultam propositalmente alteradas, o nosso *historiador* responde somente que esse fato é um erro inexplicável”. Assim, todos felizes!

(38). — Como será demonstrado mais adiante.

berto Thorne de 1527, reproduzido por Nordenskjöld, e ver-se-á que a distância entre os dois pontos é ainda maior.

E' fácil prever que estas observações serão julgadas ineptas pelo nosso *historiador*, senão meios falazes “para desfigurar a verdade e desviar dela o leitor”; aliás... as contradições confirmam a regra, especialmente quando, como vimos, esta é... eterna. Mas, para que o leitor possa julgar, continuemos a examinar sempre mais de perto o modo pelo qual o senhor Levillier exerce o seu “sentido crítico”, em matéria de cartografia.

Colocado em primeiro lugar no “primeiro período” — como já outros, inclusive nosso Magnaghi, fizeram — está o planisfério anônimo e sem data, já possuído e descrito por Hamy. Esse conteria os “perfis originais trazidos a Lisboa, de volta da viagem... 1501-1502”, mas o senhor Levillier não se propõe, não diremos o problema do seu provável autor, mas nem sequer o da nacionalidade de quem o compôs ou desenhou. Igualmente em vão se procuraria uma menção ao duplo equador, que o mapa desenha exatamente em correspondência da África e do Novo Mundo.

Todavia, mesmo prescindindo destes problemas (mas não se dirá, como veremos, que não interessem a Vespúcio, e que visam a “extraviar o leitor e criar atoleiros”!) não julgamos permitido a ninguém, nem ao autor de mais de 44 volumes, alterar, seja por desenfreado empirismo, seja por deliberado propósito, até as reproduções dos mapas que depois apresenta ao leitor como confirmação das suas próprias fantasmagorias!

Para orientação do leitor faz-se necessário uma breve premissa. Dos dois Equadores que vemos em Hamy-King, o primeiro, que parece começar “na extremidade oriental do Golfo de Biafra, é ptolemaico; o outro — o certo — esboçado cêrca de 4° mais ao Sul, estende-se de um ponto da costa oriental da África, passando pela ilha de São Tomás, até a extremidade ocidental da fôlha” (AV, 215). Não pode haver dúvidas quanto à validade desse segundo Equador: no original do mapa, e nas suas várias reproduções, é bem visível que a gradação da latitude — colocada, parece até de propósito, exatamente em correspondência com os dois trechos de costa sul-americana reconhecidos por Vespúcio — começa precisamente no Equador mais ao Sul, enquanto o Equador ptolemaico encaixa-se no sistema de linhas direcionais que terminam nas rosas dos ventos, conforme o método da cartografia medieval.

Que faz, então, o nosso *historiador*? Nas reproduções de tôda a parte ocidental do mapa (AB, II, 8) e daquele trecho da costa ampliado — relativo à viagem de Vespúcio de 1501-1502 (AB, II, 9), — as *cifras da gradação da latitude foram alteradas a mão*,

evidentemente sôbre o mapa positivo que serviu para a reprodução de Levillier; positivo que era, por sua vez, uma reprodução! Dessa maneira, o leitor não se encontra — como era de se esperar — diante da fotografia boa ou má de um documento pelo qual seja possível controlar, com plena segurança, as deduções e argumentações dêste ou daquele estudioso; encontra-se diante de uma *cópia falsificada* de acôrdo com a imaginação do nosso *historiador*. Em outras palavras, o senhor Levillier substituiu-se ao cartógrafo, alterando a graduação da latitude que se encontra no mapa, isto é, valendo-se de um verdadeiro “truque”. Em lugar de partir do Equador certo, como está no original, a numeração que podemos ler (e ler mal) em suas reproduções (em que se baseia o texto da *América la bién llamada*) parte do Equador ptolemaico, aumentando assim de 5° as cifras da latitude que no mapa vão de 5° N a 35° S. Alguém... sem escrúpulos não apagou, mas alterou essas cifras, sobrepondo outras, e — o que é importante — limitando-se ao setor que interessava ao nosso *historiador*! Eis, em verdade, o caso de usar o estribilho preferido do nosso *historiador*: *preciso ser esperto!* (mas nem todos são tolos!).

Sempre por amor à exatidão, devemos também notar que no texto da volumosa obra não se fala uma palavra sequer sôbre essa arbitrariedade quase inacreditável, que todavia não causa estranheza, desde que se recordem as acrobacias do senhor Levillier para procurar acreditar, como vimos, na “congruência” das fontes epistolares. Acrescentamos — entre parênteses — que não pretendemos certamente negar com isto a legitimidade, para um estudioso, de controlar e — se possível — corrigir êsse ou aquêle pormenor das fontes por êle seguidas, mas em todo caso é realmente “método milenar” o de *nunca alterar os documentos*, e muito menos para adaptá-los à própria tese. *O documento deve permanecer e ser reproduzido como é, sem a mais inocente alteração*, mesmo porque se deve garantir a todos os estudiosos seu conhecimento, na forma genuína em que nos foi transmitido (39).

Adquire, portanto, um esquisito sabor irônico a declaração do nosso *historiador*, em sua resposta, sôbre as “ilustrações do livro” (o seu livro, naturalmente): “sòmente vendo-as se comprova a verdade! Por isso desejáramos vivamente [e, nós mais ainda do que êle!] que o leitor acompanhasse nossa descrição com as páginas abertas. Não fazê-lo será assegurar impunidade à sabotagem, em vez de descobrir a verdade, excluir a possibilidade de conhecê-la diante dos *bluffs*!” E ainda afirma *precisa ser esperto!*

---

(39). — Aposto que o senhor Levillier me chamará ainda de “inflamação ditador de métodos”. Deixo o julgamento ao leitor!

Em todo caso procuremos agora explicar êsse “truque” e as conseqüências obtidas pelo senhor Levillier; vamos segui-lo primeiramente em seu terreno e depois poremos cada coisa em seu lugar.

Nosso *historiador*, portanto, não hesita em afirmar que se traçarmos um paralelo do Cabo Agulhas — colocado, como sabemos, aprioristicamente *por todos os cartógrafos*, em 35° S. — êste paralelo irá dar, no oposto litoral sulamericano,

“algo el sur de un vasto estuario, . . . dejando todavia mas cinco grados de tierra hacia el sur” (AB, II, 9-10).

Para começar, observe-se que é necessária uma boa dose de imaginação para reconhecer, naquele vasto estuário, algo parecido com a foz do Rio da Prata. No desenho do périplo reconhecem-se claramente uma grande península, bipartida, que precede a incisão da costa, e um bom número de ilhas situadas tanto dentro dessa ampla incisão, como ao longo do trecho litorâneo precedente e subsequente a essa mesma incisão. Pois bem, êsse estado de coisas lembra, quando muito, a costa brasileira do Cabo Frio ao Cabo Itaipú, entre 23° e 34° S. e não o estuário platino, onde quase não se encontram ilhas. Finalmente, se — como o senhor Levillier — tomarmos rigorosamente em consideração as inflexões com as quais o mapa representa o périplo brasileiro, seria absurdo concluir que o perfil da curiosa península que precede o estuário, desenhando uma saliência muito marcada em relação ao resto da costa, lembre o calmo, monótono, sempre igual litoral uruguaio que forma a margem esquerda do grande estuário.

Em segundo lugar, prescindindo dessas considerações, há as latitudes, estabelecidas, como dissemos, pela outra gradação (a verdadeira!), que colocam a península bipartida e o estuário em 25° e o término da costa, ao S., em apenas 33°. Também considerando lícito o “truque” que denunciámos, êsses valores alcançariam 30° e 38° respectivamente, sem compreender como o nosso *historiador* possa fixar 45° S. como

“término de la costa según otros indicios” (?; cf. AB, II, 50).

Como sempre, também aqui, “*indícios*”, sempre e somente “*indícios*”, que nem são explicados e que se tornam depois, como a “congruência”, artigos de fé.

Em todo caso, a correspondência entre o Cabo Agulhas e o estuário do Prata, lançada como “verdade eterna” pelo nosso *historiador*, parece desde o início inexistente.

E' bem verdade que se poderia supor que o cartógrafo tivesse alterado as latitudes do périplo de Vespúcio de 1501-1502, como o faz, no mesmo mapa para as latitudes do périplo de Vespúcio de 1499-1500 (40). Mas, à parte o fato de não haver vestígios disso, é evidente que não se pode pensar em um deslocamento do périplo brasileiro de 10°-15° em direção N. — quanto seria necessário para justificar as imaginações do senhor Levillier — porque, neste caso, o Cabo de São Roque, por exemplo, encontrar-se-ia em 13° ou 18° S.! Por outro lado, se a Espanha tinha interêsse em fazer aparecer tal alteração nos mapas, com relação às costas sul-americanas ao N. do Equador, aos portugueses interessava, pelo contrário, dirigir-se o mais possível para o S. na região austral: o limite nesse sentido, considerada a direção de SW. da linha de costa reconhecida por Vespúcio, dependia de intersecção desta com o Meridiano de Tordesilhas, cuja marcação era tão vaga que dava margem às mais diversas pretensões.

Portanto, quem examinar, também neste caso objetivamente, o precioso documento apresentado por Hamy, parece-me dever chegar, se não às seguintes conclusões, pelo menos limitadamente à viagem de Vespúcio de 1501-1502:

- a) se o mapa, como geralmente se admite, é de 1502, não pode ser atribuído originalmente a Vespúcio, mesmo através de cópias. De fato, ninguém naquele ano teria podido, melhor do que Vespúcio, representar contemporaneamente as costas exploradas por conta da Espanha em 1499-1500 e as exploradas por conta de Portugal em 1501-1502. Menos ainda o costumeiro Coelho que, como vimos, nada teve de comum com a segunda expedição de Vespúcio;
- b) a interrupção da linha de costa, em 33° S., não pode ser propositada. O mapa nada nos diz, portanto, sobre o ponto extremo alcançado por Vespúcio nessa direção, *pela simples razão que não o quis dizer*;
- c) o 33° S. (aproximadamente) indica, provavelmente, o ponto ultrapassado pela expedição de Vespúcio, de que o govêrno português não queria que se tomasse conhecimento, a fim de evitar reacções espanholas com base nas cláusulas do Tratado de Tordesilhas.

A êsse propósito, acrescentarei que de nada serve encaixar — como faz Levillier — nas reproduções dos mapas que

(40). — Cfr. AV, 212, e segts. quem queira fazer uma idéia da diferença existente entre a penetrante pesquisa de Magnaghi e as obscuras fantasias de nosso *historiador* pode, como exemplo, comparar o tratamento cêdico por um e por outro à análise dêste mapa que é, talvez, o mais importante entre os chegados até nós, sobre as duas expedições de Américo Vespúcio.

Magnaghi pôs em evidência as razões do deslocamento para o N. das latitudes relativas à costa setentrional da América do Sul; cfr., AV, 215.

examina a linha de marcação resultante de um cálculo moderno (e que nem mesmo parece exato) (41) das longitudes. E isso pelo menos por três razões. Primeiramente porque as medidas de longitudes eram, na época de Vespúcio e por muito tempo ainda, muito aproximadas — na melhor das hipóteses — oferecendo dificuldades enormes. Em segundo lugar porque o Tratado de Tordesilhas deixava muitas questões indeterminadas, e inicialmente não indicava por qual das ilhas do Cabo Verde devia passar o meridiano divisório. Ora, entre Boa Vista e Santo Antônio, os extremos do arquipélago, há uma distância de cêrca de 2° 30'. Em terceiro lugar porque não estava estabelecida qual légua deveria ser usada para a contagem das 370 a W. do Cabo Verde; e enquanto os portugueses usavam a légua de 17 1/2 por grau os espanhóis pareciam preferir a de 16 1/2.

Pode-se também acrescentar que nunca se determinou a *raya*. Deduz-se que estudando os mapas do primeiro quartel de 1500, mais do que o mero cálculo matemático do meridiano divisório, importa conhecer — se possível — a opinião de cada cartógrafo, que, também em relação a êsse assunto, variava de um para outro;

- d) a conclusão a que chega o nosso *historiador* com relação à “península” que deveria revelar-se como o ingresso do estuário do Prata, não procede, pois essa península está situada em 25° e não em 34° ou 35°.

Enfim, Hamy-King prova que, antes de 1502, deu-se a exploração de um trecho da costa do Brasil avançando do Equador até pelo menos 33° S., sem porém podermos marcar o lugar em que essa expedição iniciou a viagem de volta, porque a interrupção do périplo é com certeza propositada e porque — por razões que não conseguimos apurar — não existem vestígios na toponímia.

Passemos agora ao mapa conhecido como Kunstmann II.

Diz Levillier dêsse mapa que

“podria ser la prima tentativa de dar nomenclatura al viaje de 1501-1502,... siendo de notar que casi todos los nombres de santos, puestos a los rios y a las bahias coinciden con las fechas del viaje”.

mas, infelizmente há um “grupo compacto de erros” que fizeram sentir seus efeitos sobre a cartografia posterior (AB, II, 10 e segs.).

---

(41). — Como sempre, Levillier estraga a reprodução (infeliz; e não é a única) de Hamy-King (AB, II, 9) com a “indicación añadida de las jurisdicciones de Castilla y Portugal”, divididas segundo êle, pelo 25° de latitude S. Mas, dado o “truque”, a separação dar-se-ia de fato em 22° S., o que é absurdo também do ponto de vista puramente teórico. Mas, por que deveríamos aceitar o 25° S., é um fato que Levillier não explica em absoluto. *More solito!*

Pois bem, sem entrarmos no mérito das questões levantadas pela toponímia do mapa, é oportuno por enquanto revelar que a interpretação dessa toponímia é dificultada pela falta de indicação de coordenadas geográficas no original. W. Ruge afirma que o Equador e os dois trópicos estão traçados no mapa com linhas douradas (42). Consultando as melhores reproduções conclui-se que, se assim fôsse, o Equador estaria deslocado de cêrca de  $10^{\circ}$  ao N. e que a distância dos dois trópicos não seria a mesma: o Trópico de Câncer estaria sensivelmente mais afastado do Equador do que o Trópico de Capricórnio. Resta identificar o Equador com a linha colorida mais ao sul, a linha que corta a costa sul-americana em correspondência com a curiosa figura de um homem cozinhando, mas também nesse caso tôdas as latitudes do mapa resultariam gravemente alteradas, como veremos, tanto no hemisfério norte quanto no hemisfério sul.

Isso impõe, *a priori*, um grande cuidado ao fazer cálculos sôbre a posição das localidades compreendidas no trecho de costa correspondente ao périplo da expedição 1501-1502, e sobretudo ao tomar o Cabo Agulhas como situado em  $35^{\circ}$  S., conforme o sistema bem facilitado escolhido pelo nosso *historiador*. Se confiássemos nas correspondências entre as latitudes das margens opostas do Atlântico, revelaríamos imediatamente que Haiti, por exemplo, está deslocada de mais de  $10^{\circ}$  ao N., a costa setentrional de Cuba está em frente... da Irlanda, e, com relação à África, o Cabo Palmas ( $^{\circ} 30'$  N.) encontra-se ao sul do Cabo de São Roque ( $5^{\circ} 30'$  S.)! Mas os que têm muita prática de cartografia da época das grandes descobertas não se surpreendem com erros e deslocamentos de latitude; são mais considerados regra do que exceção (43). E' mesmo o caso de dizer: *Adelante, Pedro, con juicio!*

E no entanto, o nosso *historiador* convida o leitor a observar como

“*prescindiendo de la graduación equivocada de la carta (e então?), si se tira del Cabo Agujas africano, que está en 35 grados, una línea dirigida hasta nuestra costa*”

vamos encontrar um

“*golfo o estuario muchisimo mayor que qualquiera otra apertura anterior*” (AB, II, 12)

e que corresponderia ao que o cartógrafo chama Rio Jordán.

(42). — Pelo menos esta é a conclusão a que chega Almagià (RGI, 1950, 183), a quem Levillier reconhece — com razão — como uma “autoridade mundial en cartografia histórica”. Trataremos desse assunto em outro lugar.

(43). — Cfr. W. RUGE: *Aelteres Kartographische Material in deutschen Bibliotheken*, in “*Nachricht. K. Gesell. d. Wissensch. zu Göttingen*”, philol. — hist. Klasse, 1911, 1, 44.

Excluiu, pelas razões dadas a propósito do mapa precedente — cujo périplo Kunstmann II reproduz no conjunto e nos pormenores — que êste estuário possa ser identificado com o Rio da Prata; seria mais natural, em todo caso, reconhecer — sem tomar em consideração a toponímia — a região da Baía da Guanabara.

Admitamos todavia, por um momento, a hipótese do senhor Levillier. Nesse caso, tomando por base a distância entre o Monte Pascoal e a suposta embocadura do Prata, deveríamos concluir que o cartógrafo calculava em 38 graus a diferença de latitude entre o Cabo de São Roque e o Monte Pascoal, e não 11 como é na realidade. E não para aí. O absurdo se repetiria também mais grave em relação aos últimos topônimos: a diferença da latitude entre o suposto estuário do Prata e o Rio Santo Antônio ( $1^{\circ} 10'$ ) seria cartograficamente igual à diferença, mais de oito vêzes maior ( $8^{\circ} 50'$ ), entre o Rio Santo Antônio e o Rio de Cananor, colocado, como o nosso *historiador* pretende — e sem explicar — em  $45^{\circ} S$ . Teríamos, enfim, a curiosa acumulação de cinco topônimos que deveriam estar distribuídos em  $10^{\circ} 25'$  de latitude, dentro de um espaço que é a metade do correspondente, ao N., a  $6^{\circ} 10'$ ! (veremos mais adiante a confirmação dêsse absurdo).

Se, pelo contrário, usarmos o dado, certamente conhecido pelo cartógrafo, de  $11^{\circ}$  (aproximadamente) como diferença de latitude entre o Cabo de São Roque e o Monte Pascoal e o fim do desenho costeiro, temos, para esta, uma latitude de pouco mais de  $25^{\circ}$ , como havia calculado Kunstmann. Curioso é ainda que êsse dado de latitude corresponda ao dado do limite pôsto pelo senhor Levillier no cruzamento da linha divisória segundo o Tratado de Tordesilhas (AB, II, 12, 25), mas, que, no entanto, não parecia ser conhecido na época de Vespúcio.

Em todo caso, mesmo aceitando a hipótese formulada pelo nosso *historiador*, teríamos uma latitude de cêrca de  $38^{\circ}$  para o Rio Cananor e de aproximadamente  $43^{\circ}$  para o fim do desenho costeiro; cifras que não coincidem absolutamente com as registradas pelo senhor Levillier em sua tabela.

A solução mais provável do problema pôsto pela evidente alteração das latitudes em Kunstmann II deve ser procurada, segundo nossa modesta opinião, baseando-se na visível analogia que o desenho do périplo brasileiro revela em relação ao desenho do mapa de Hamy-King. Pode-se, de fato, dizer que, com o acréscimo da toponímia, Kunstmann II seja o complemento necessário de Hamy-King. Assim sendo — e não creio haver dúvidas — a latitude do “estuário” em Kunstmann II estaria em  $26^{\circ}$ - $27^{\circ}$ , a de Cananor em  $30^{\circ}$  e a da extremidade austral da costa desenhada em  $33^{\circ} S$ , como se encontra em nossa tabela.

O que podemos concluir sem possibilidades de erro — parece-me — é que não podemos confiar nem na presença das linhas coloridas que Ruge interpreta como Trópicos e Equador, nem — muito menos — na correspondência das latitudes nas margens opostas do Atlântico, na hipótese — improcedente para Kunstmann II — que o senhor Levillier pôs à base dos seus cálculos.

Mas Levillier quer também dar importância à “ornamentação” com que Kunstmann II decora a costa brasileira: um homem branco amarrado a um pau que um indígena faz virar sobre as brasas.

“Este dibujo”, escreve o nosso crítico, “evoca, a no duarlo, la tragedia ocurrida en el viaje de Vespuccio, revelando a la vez la correlación de la *Lettera* con el mapa, y la del Florentino con el dibujo” (AB, II, 16).

Essa tragédia de que se fala somente na *Lettera*, é rapidamente resumida pelo senhor Levillier, que, não precisaria dizê-lo, acredita plenamente na sua veracidade. Depois de assado e comido pelos indígenas o pobre branco, acrescenta o senhor Levillier:

“La tripulación quería bajar a castigarlos [os indígenas], pero el capitán no los dejó, y pudieron así ver a su compañero pasar al fuego, hasta ser comido por los antropófagos, que les hacian señas de haberse tragado de igual modo dos blancos más, sin duda los criminales deserrados, abandonados por Cabral el año anterior” (*ibid.*).

Precisa observar — *en passant* — que o nosso *historiador* tinha, ao mesmo tempo, publicado o conto dêsse episódio no mesmo segundo volume de AB (361-366). Ora, relata-se nesse conto que, dois dias depois do desembarque no Brasil, isto é, em 19 de agosto de 1501, frustadas as tentativas de entrar em contacto pacífico com os indígenas, os homens da tripulação pediram e obtiveram do capitão permissão para descer

“per vedere che gente erano, et se tenevano alcuna ricchezza, o spetieria, o drugheria” (45).

Ficou combinado que não se afastariam por mais de 5 dias, depois dos quais o capitão teria continuado a viagem mesmo sem êles. Passaram-se, entretanto, seis dias e nenhum dos dois temerários voltou. No sétimo, tendo descido os marinheiros, os indígenas mandaram ao seu encontro muitas de suas mulheres. Todavia, como a recíproca desconfiança não parecia querer diminuir, a tripulação entrou em acôrdo para

(44). — Cfr. E. CASANOVA; *La carta nautica di Conte di Ottomanno Freducci*, etc. Firenze, 1894, pág. 27 e segts.

(45). — O compilador desconhecido da *Lettera* especula aqui sobre uma referência casual que se encontra no fim da carta autêntica de Lisboa: “Vedemo cristallo e infiniti saporì di spezierie e drogherie, ma non son nosciute”.

“mandare a loro uno uomo... che molto faceva lo sforza”, isto é, que era muito corajoso, mas que, como vimos, acabou miseravelmente enfiado num espêto, depois de ter sido morto por uma violenta paulada desfechada na nuca por uma mulher. Os marinheiros tiveram que assistir passivamente ao banquête macabro que os indígenas improvisaram sob suas vistas,

“facendoci segnali co' loro cenni di comê aver morti li altri duo christiani et mangiatoseli”.

Relatamos o episódio usando as próprias palavras do texto dado por Levillier, para que fique claro qual a fonte por êle usada. E' portanto inconcebível como o grande crítico possa depois confundir os dois brancos mortos, segundo a *Lettera*, pelos indígenas antes do terrível episódio... com os dois homens deixados em terra por Cabral dezesseis meses antes, se não se concluisse que, evidentemente, ou o senhor Levillier não lê com atenção os documentos que usa, ou escreve muito depressa (por nossa conta acerditamos na validade das duas explicações). Enfim, com relação não à crítica, mas ao simples bom-senso, era necessário refletir como teria parecido estranho que os dois companheiros de Cabral tivessem feito a pé, e sòzinhos, uma viagemzinha de uns mil e quinhentos quilômetros aproximadamente, em uma terra desconhecida e onde era muito difícil, como vemos, viver sem muitos dissabores, para alcançar a região do Cabo de São Roque e deixar que os tupinambá os cozinhassem no espêto!!.

E' uma historieta verdadeira que vale muito mais do que os contos, com pretensões humorísticas, do senhor Levillier!

Mas deixemos de brincadeiras.

A menção feita à “congruência” entre mapa e carta leva logicamente a estas consequências: ou o mapa é posterior à *Lettera*, e então a data de Kunstmann II deve ser alterada para depois de setembro de 1504, harmonizando-se com a subscrição da própria *Lettera*. Nesse caso a “congruência” nada prova além disto: o desenhista de Kunstmann II (ou um outro) acrescentou, no pergaminho, um pormenor provavelmente — mas não com certeza — tirado da *Lettera* (46). E sua ingenuidade não tira disso nenhuma vantagem.

(46). — Realmente, nem se deve crer que o desenho de Kunstmann II se origine necessariamente da *Lettera*. Poderíamos também achar exequito que, se assim fôsse, esse desenho não tomasse em consideração os outros elementos, como, por exemplo, os que presenciavam, ou eram obrigados a ver de longe, essa cruel execução. Também a carta autêntica de 1502 fala explicitamente do costume que os indígenas brasileiros tinham, além de comer carne humana, de defumá-la, e de assá-la.

Não só, mas a prática da antropofagia tinha sido posta bem em evidência por Vespúcio desde sua primeira viagem; nem os compiladores do *Mundus Novus* e da *Lettera* usavam de muitas subtilizas, distinguindo, pelo menos nesse sentido, os dois setores da América meridional explorados por Vespúcio em suas duas viagens.

Ou o mapa é anterior à *Lettera*, e então é preciso explicar como um episódio desse gênero, que ocupa (aproximadamente) quase um quarto do relatório da suposta terceira viagem na própria *Lettera*, não esteja referido nem no *Mundus Novus* nem na carta autêntica de 1502 de Lisboa; documentos em que se fala de maneira explícita na antropofagia dos indígenas brasileiros. Não só, mas tanto na carta autêntica, quanto no *Mundus Novus* encontra-se relatado que Vespúcio esteve quase um mês com essa gente; na primeira, diz-se que o Florentino viveu e comeu durante todo esse tempo com os indígenas, em cujas moradias notou (e isso o repete também o *Mundus Novus*)

“la carne umana posta a fumo, e molta”,

e, como se não fôsse suficiente, conta-se que um ou outro indígena confessou ao florentino ter comido carne de mais de 200 seres humanos. Pode-se imaginar se na carta de 1502 de Lisboa Vespúcio não teria lembrado o episódio do Cabo de São Roque, sendo ele verdadeiro, nem que fôsse só por piedade para com as três pobres vítimas que tinham sido seus companheiros de viagem. Também não se trata das habituais hipóteses abstratas *ex silentio*. De fato, na carta autêntica relativa à primeira viagem, o florentino, depois de relatar a batalha nas costas da Venezuela, no *porto frechado* (Chichirivichi), não esquece de fazer notar que os muitos seus companheiros feridos conseguiram todos sarar,

“salvo uno che stava ferito nella poppa manca”,

e mais adiante, fazendo o balanço dos lucros e perdas da expedição, conclui que, de volta à pátria, os marinheiros agradeceram a Deus

“che in tutto il viaggio, di 57 uomini cristiani che s’avevano, non ne mori salvo due che amazarono gl’indi”.

O fato, ainda, que o episódio do Cabo de São Roque esteja encaixado na *Lettera* e não no *Mundus Novus* é outro argumento para impugnar a autenticidade da *Lettera*. Realmente a *Lettera* apareceu pelo menos um ano, e talvez dois, depois do *Mundus Novus* e se compreende portanto como o anônimo falsificador tenha pensado em animar a matéria relativa à terceira viagem com um episódio destinado a impressionar o povo miúdo, emprestando os elementos das cartas autênticas de Vespúcio (cfr. AV, 101).

Deixando que o leitor julgue se as nossas precedentes reservas sobre os métodos pseudo-científicos do nosso *historiador* sejam ou não legítimas, passemos ao bem conhecido planisfério composto

pelo genovês Nicolò Canerio (ou melhor Caveri) (47), sem, todavia, nos demorarmos muito. De fato — como vimos — Kunstmann II e Canério procedem, em substância, da mesma fonte, seja qual fôr sua verdadeira data, e devem-se, não há mais dúvida alguma, a cartógrafos italianos (48).

Já não se discute (e foi dito por outros também) que o mapa de Canério não desenha casualmente a costa com a direção de N. a S., e que também o limite imposto na região S. ao périplo seja intencional. As únicas novidades que o senhor Levillier introduz no seu — como sempre — verboso *excursus* sobre esse mapa se reduzem: à maneira como é representado, primeiro exemplo de um desenho feito conforme um tipo aprovado pelo governo português, e portanto... falso; e aos valores de latitude "retificada" propostos e arquivados: Cananor em 38° e o fim da costa 47° (AB, II, 50).

Quanto ao primeiro ponto não se compreende como se possa acusar Canério de ter cometido "crimes cartográficos" (AB, II, 24), quando existe a premissa, como vimos, que as disposições relativas ao desenho desse mapa foram estabelecidas pelo governo português; e quanto ao segundo é preciso... retificar as retificações do senhor Levillier. De fato, para calcular as latitudes destinadas por Canério às várias localidades do périplo sul-americano, não há nenhuma necessidade de recorrer ao Cabo Agulhas, como faz o nosso... revelador de "verdades eternas". De fato, no lado esquerdo do planisfério está desenhada — e bem claramente — a graduação em latitude que, como faz o senhor Levillier (AB, II, 247), é perfeitamente arbitrário declarar errada de cerca de 3° (por falta).

"La altura del Rio Jordán esta colocada por él" — escreve este autor — "con cifras en 32 grados, pero, observando el dibujo del planisferio, se advierte que la boca del estuario corre exactamente con el cabo terminal de Africa, que esta en 35°, y que era entonces un punto seguro de referencia. ¿Cual elegir para nuestra comparación, la realidad geográfica respectada, o el cálculo astronómico erroneo? Hemos acertado el dibujo de Canerio en que el Rio Jordán y el Cabo Agujas se encuentran unidos por un paralelo ideal considerando que el error estaba en la latitud apuntada por él" (*ibid.*).

O raciocínio não teria falhas, se... as premissas fossem exatas. Mas o pior é que o "estuário" é considerado *a priori* como correspondente ao Prata simplesmente porque, ao S. do mesmo pode-

(47) — O nome do autor do mapa é indubitavelmente Caveri (Caverius); cfr. RGI, 1950, 184 p. 1. Continuamos, em todo caso, escrevendo o nome Canério, porque é o mais conhecido entre os estudiosos, dos quais nem tocos fora da Itália, conhecem as conclusões a que nós chegamos sobre esse argumento.

(48) — O parentesco de Kunstmann II com Canério é evidente, apesar da direção mais nitidamente meridiana dada à costa brasileira pelo mapa genovês. Quanto ao caráter italiano de Kunstmann II, é necessário ver a prova dada por Magnaghi (AV, 217). É ainda duvidosa a relação cronológica entre os dois mapas.

mos ler *Rio Jordán*, sem considerar que em correspondência com o próprio Estuário está a *Baía de reis*, isto é, uma localidade que está situada em uma latitude de aproximadamente 23° e que Canério (Caveri) situa em 32°. Com a interpretação do senhor Levillier precisaria admitir que no espaço de apenas 2° o cartógrafo *tivesse condensado* mais de 12°, e até deslocando ao S. do Prata localidades como San Sebastián e São Vicente, que se encontram realmente 10° ao N. do estuário, sem considerar Cananor que — tomada quer como corrupção de Cananéia, quer independente dela — estaria também deslocada de uma maneira inexplicável: em 10° ao S., ou em 9° ao N. das posições certas, ou supostas como tais.

Sempre considerando a graduação de Canério (Caveri), a posição das localidades “típicas” de Levillier, é a seguinte: o estuário em 32°, Cananor em 36°, o “término de la costa” em 38°, o que não impede ao nosso *historiador* de registrar este terceiro e último dado na latitude de 47°! (AB, II, 50).

Finalmente, são válidas também para Canério (Caveri) as observações precedentemente feitas a propósito do perfil característico — aqui conservado — da península bipartida.

Aos motivos já referidos que aconselham de não insistir ulteriormente sobre esse mapa acrescento mais um: é que considero minimamente certa sua datação, o que já foi, aliás, indicado pelo colega Prof. Almagià (49). E’ todavia claro que uma discussão sobre esse assunto nos levaria muito longe. Por enquanto, estou satisfeito por ter mostrado que nem Canério serve para resolver o problema mais importante, isto é, o do ponto extremo alcançado por Vespúcio na sua expedição de 1501-1502. Que Canério seja um mapa “aprovado pelo governo português”, é também mera hipótese; mas se a hipótese for certa, teríamos — parece-me — um motivo a mais para duvidar que aí se possam reconhecer elementos seguros para provar também as outras questões postas por Levillier. Dêste — sempre a propósito de “congruência” — bastará transcrever o seguinte trecho, que ele coloca exatamente no comentário dedicado ao mapa de Canério:

“Los mapas de una y otra Casa de Indias, habían de sufrir, a través del tiempo, las consecuencias de esas dudas [com relação às pertinências políticas codificadas em Tordesilhas], ya que ellas representaban alegaciones de derecho. Y según la explosión de controversias oficiales, se observa en ellos, costas corridas hacia el oriente, rios llevados varios grados al occidente, líneas demarcatorias abusivas, inflexiones suprimidas, nomenclatura tergiversada y divergencias en distancias, longitudes y latitudes” (AB, II, 23).

(49). — Cfr. RGI, 1950, 184.

Depois disso podemos aceitar as... fantasias do senhor Levillier!

Kunstmann II e Canério (Caveri) representam, na opinião corrente, as balisas de um grupo de mapas chegados até nós, que se apresentam, pelo menos quanto aos resultados da viagem de Vespúcio, como pertencentes a uma única família. O grupo compreende os seis mapas já relacionados como sendo os *únicos* de todo o “primeiro período”, que mencionam Cananor. (Um sétimo escapou ao senhor Levillier) (50). Os outros sete, para os quais nos limitamos a calcular as latitudes do ponto mais ao sul alcançado pelo périplo, não servem para resolver o problema colocado por Levillier, porque — sem considerar as diferenças entre essas latitudes (pode-se dizer que não há um mapa que combine com o outro): a) os n.ºs 8, 10, 11 e 13 (da nossa tabela) estão sem topônimo; b) as interpretações apresentadas pelo nosso *historiador* dos simples desenhos baseiam-se em elementos vagos ou insuficientes (n.ºs 7 e 9), ou mesmo antagônicas com as conclusões que se seguem (8, 10, 11 e 13).

Vimos já tudo o que possa interessar com relação ao n.º 11.

Do n.º 7 o senhor Levillier chega a dizer que é uma “burla deliberada” (AB, II, 28) (51), o que não o impede de concluir, depois que serve para demonstrar que antes de 1502 deve ter havido lugar uma expedição que explorou a costa atlântica da América do Sul (alguns graus ao S. da latitude do Cabo de Boa Esperança” até “en la proximidad de 40°” antes (AB, II, 30), e de 39° depois (AB, II, 50). Como sempre, a base para êsses cálculos é a extremidade meridional da África (aqui, todavia, o Cabo de Boa Esperança, em lugar do Cabo Agulhas; quem sabe porquê!). Mas, desde que o mapa desenha claramente tanto o Equador, como os Trópicos, deduz-se que o último topônimo do périplo sul-americano, o Cabo de Santa Maria (o senhor Levillier lê *Marta*) (52) é em 26°

(50). — Dêste mapa me ocuparei em outro lugar.

(51). — Por aquilo que escreve o senhor Levillier (AB, II, 27-28, 247-248) até parece que obter êsse mapa, em Portugal, tenha sido empresa difícilíssima, pacientemente preparada por Cantino. Mas naça disso transparece da comunicação que Cantino faz, de Roma, ao Duque de Ferrara Ercole I, em 19 de novembro de 1502. Ao contrário, Cantino afirma que deixou o mapa em Gênova, com um tal Francesco Catanio, como sendo a coisa mais natural do mundo. O único detalhe notável dessa comunicação é a referência ao custo do mapa, adquirido em Portugal. Em qualquer tempo e em qualquer lugar, as leis são mais ou menos burladas por quem tem interesse em burlá-las!

(52). — Como já havia lido Magnaghi, e outros antes dêle (AV, 144).

Podemos perguntar-nos se essa leitura será correta. Sem entrar, por enquanto, em uma longa discussão a propósito, faço notar que a festa de Santa Marta cai no dia 29 de julho, data que não concorda com o itinerário da expedição 1501-1502. Por outro lado, não temos notícias de pessoas de família, e nem de parentes de Vespúcio, que se chamassem Marta. Se não houvesse outras razões para usar de muita prudência com relação a êsse mapa, pareceria mais lógico supor que Santa Marta fôsse erro de copista, em lugar de Santa Maria. Com isso, porém, não se deve chegar à conclusão de que se trata do atual Cabo de Santa Maria (pouco menos de 35°), pois o nome da Virgem podia ser pôsto também sem referência ao calendário; por exemplo, por uma graça recebida, por uma promessa, ou simplesmente por uma particular devoção.

aproximadamente, e o “término de la costa” em apenas 38° 30' (53).

Como se vê, não se diria que a hipótese do senhor Levillier saia ganhando com isso! E há mais. Magnaghi (AV, 144) observa que “quanto à América do Sul não parece que o desêño e a nomenclatura do planisfério que leva o nome de Cantino sofram a influência da viagem de Vespúcio”. E' em parte baseada no mapa de Juan de la Cosa; e *mais tarde foi corrigido*. Bellio, que examinou diretamente o mapa de Cantino, notou que a costa do Brasil “do ponto cortado pela linha de marcação até um ponto S. onde está assinalada a baía *de todos santos* está correta”. A costa estava marcada muito mais para dentro, e foi colada uma fôlha de pergaminho muito fino, sôbre a qual foi corrigido o contôrno com as consequentes modificações.

Isso explica porque na precedente tabela faltam os dados relativos a êsse planisfério. O que, pelo contrário, não se explica é como o nosso *historiador*, mesmo lembrando mais de uma vez Bellio e Magnaghi (“louco e ignorante”), não tenha tomado em consideração as circunstâncias decisivas que mencionamos. Calha, aqui, muito a propósito a exclamação, com pretensões irônicas, do senhor Levillier: “E' extraordinário tudo o que ignora um crítico quando se propõe não ver”!!

Em todo caso, nem Cantino serve para resolver os problemas postos pelo senhor Levillier, e muito menos aquêlê, mais importante, da latitude mais austral alcançada por Vespúcio.

O n.º 9 corresponde ao mapa-mundi turco de Piri Reis, em cuja análise vamos deter-nos um pouco mais. O nosso *historiador* reproduz um fragmento que compreende aquêlê trecho da costa brasileira que vemos representando em Hamy-King e em Kunstmann II com cujo desêño evidentemente concorda. O parentesco que une êsses mapas é ressaltado com razão pelo próprio Levillier (AB, II, 42). Êle, no breve comentário que precede a reprodução à qual nos referimos, afirma que “frente” sempre ao mesmo “estuário” pode-se decifrar o nome de Santo Antônio,

“rio o cabo que en varios mapas anteriores”

acompanha o Rio Jordán. E assim continua:

“No aparece nombre frente al estuario” (mas não nos disse que “frente a él” havia o nome Santo Antônio? “pero solo a él corresponde tan vasta apertura. Esa parte de la costa, que evoca los cabos Castillo y Polonio se asemeja mucho a Kunstmann II”).

E conclui dizendo que

---

(53). — Se o “término de la costa” fôsse 40°, como diz Levillier, entre o Equador e o Trópico existiriam cerca de 30°!

“aun cuando Piri Reis haya dejado graduación de latitudes y longitudes, se deduce del análisis del fragmento, que concluye varios grados al sur de 40°, como King Hamy, Pesaro, Kunstmann II y Ruysch, y que ratifica con la presencia des estuario al descubrimiento de nuestra [= argentina] costa oriental y nuestro rio [= o Prata] antes de 1513”.

“Se deduce del análisis”: que análise? O texto não faz “análise” nenhuma, mas se perde enunciando a hipótese peregrina de que a península bipartida que precede o estuário corresponde ao trecho de costa uruguaia compreendida entre os Cabos Castillo e Polônio (apenas 4 1/2 milhas de distância!), trecho que reproduz, para a comparação, de um mapa moderno na escala de 1:30.000 (AB, II, 44). Naturalmente, também a reprodução de pequeno trecho do mapa-múndi de Piri Reis que interessa à costa brasileira (AB, II, 43) é alterado pelo acréscimo de 3 topônimos: Cabo Castillo, Cabo Polônio e Rio Jordán (segue-se a cada um desses nomes um ponto de interrogação), de maneira que o leitor que ignora como realmente estão as coisas (e esses leitores são na sua maior parte os que distribuem opiniões sobre Vespúcio e sobre... Levillier!) fique “sugestionado” de início e não se dê o trabalho de verificar.

Inútil dizer que seria difícil imaginar outra hipótese tão inconsistente (e não quero acrescentar outros adjetivos!) que baste sôzinha para dar uma idéia da capacidade... crítica de um escritor.

Como o mesmo Levillier põe em evidência — e já o dissemos — o parentesco que liga o périplo de Piri Reis — mesmo e justamente para o que diz respeito à já famosa “península” bipartida que aparece ao N. do “estuário” (AB, II, 42) — àquêles de Hamy-King e de Kunstmann II (e se poderia acrescentar de Canério) (54), não se compreende porque a identificação proposta pelo nosso *historiador* para Piri Reis não sirva também para os outros. Mas continuemos.

O trecho de costa entre os dois cabos mencionados há pouco representa, pelas suas características morfológicas como também pela sua entidade (no máximo 3-4' de distância entre os dois cabos!), um detalhe quase desprezível na comprida linha de costa (mais de 44° de latitude!) descoberta e reconhecida por Vespúcio em 1501-1502. Se, de fato, compararmos o trecho de mapa topográfico (na escala de 1:30.000) reproduzido pelo senhor Levillier, com o desenho assumido pelo mesmo trecho de costa em um mapa na escala próxima àquela média, dos planisférios do comêço

---

(54). — Levillier acrescenta também o planisfério da Oliveriana di Pesaro, onde desenho e toponímia diferem dos mapas do grupo Hamy-King, Kunstmann II, Canério e derivados.

de 1500, que estamos estudando (55), torna-se logo evidente que aquêlê trecho de costa deveria quase desaparecer (56) em relação a outros bem mais conspícuos e de salientes caracteres, que certamente deveriam atrair bem mais a atenção dos navegantes. Em todo caso, e mesmo concordando que explorações sumárias e rápidas, como as levadas a efeito pelos marinheiros da época pudessem apresentar erros e desarmonias notáveis, não há dúvida que os mapas em que essas explorações eram transcritas — explorações feitas a litorais reconhecidos pela primeira vez com margens de tempo extremamente reduzidos, em meio a dificuldades de tempo, de manobra etc., e a imprevistos de tôda espécie e com meios técnicos primitivos — deviam conservar — como de fato conservam — pelo menos um respeito complexivo e geral das proporções. E isto porque a primeira e mais importante operação que os descobridores cumpriam era a de medir a latitude e a de estabelecer a forma dos pontos considerados aptos a bem caracterizar um determinado trecho de costa.

Conclui-se que, se em um mapa de escala como a dos planisférios que aqui nos interessam tivesse sido encaixado o trecho de costa compreendido entre o Cabo Castillo e o Cabo Polônio, com a amplitude que o senhor Levillier pensa reconhecer em Piri Reis, o litoral do Cabo Santo Agostinho ao Prata deveria aparecer com uma extensão incomparavelmente maior (pelo menos dez vezes maior!). E bem outro perfil deveriam ter, em um mapa dessa espécie, os trechos de litoral perto da Baía e do Cabo São Tomás, aquêlê ao N. de Cabo Frio, a baía de Guanabara e em geral tôda a costa entre 23° e 25°, a baía de Paranaguá, o acidentado litoral brasileiro entre 26° e 28° 30', as características flechas que delimitam as lagoas entre 29° 30' e 34° e assim por diante. Sem falar do absurdo... levillieriano de pôr entre Cabo Castillo e Cabo Polônio (aproximadamente 8 kms.) uma distância de mais do dôbro daquela que há entre Cabo Frio e Cabo Castillo (mais de 11°, quase 1400 kms.)!!

Depois disso, o nosso *historiador* arquiva tranqüilamente Piri Reis entre os documentos que comprovam o conhecimento e a exploração por Vespúcio do Rio da Prata, como também uma latitude mais alta de 40° S. para o ponto mais austral por êle alcançado. Mas não chega. Na tabela, freqüentemente lembrada (AB, II, 50), que resume os dados dos mapas atribuídos ao "primeiro período", o 40° torna-se, como por encanto, 55° tanto com relação ao

(55). — Não posso dizer, nem aproximadamente, qual seja a escala de Piri Reis. A de Kunstmann II é calculada por Ruge em cerca de 1:22,8 milhões; outras estão por volta de 1:10 ou 1:15 milhões; uma escala de 1:5 milhões já seria uma coisa rara.

(56). — Como desaparecem, em geral, nos modernos atlas comuns de consulta.

“término de la costa, según nomenclatura [e veremos como!] y otros indicios” [dos quais não se diz nada], quanto para o “término de la costa según graduación de la carta”, mesmo depois de ter dito, como vimos, que Piri Reis “no *ha* dejado graduación de latitud y longitud”.

Incrível, mas... verdadeiro!!

Quis demorar-me sôbre êsse assunto para que o leitor tenha um exemplo além do “originário” empirismo com que trabalha o nosso *historiador*. Mas não acabou; é necessário refazer a “análise” do mapa de Piri Reis.

E antes de mais nada, não resulta absolutamente que êsse mapa contenha, aqui, o nome de Santo Antônio. Olhando para a grande reprodução do mapa sob a orientação de Yusuf Aksura (57), que contém a transcrição de tôdas as legendas e todos os topônimos, conclui-se, para o trecho de costa que nos interessa, a seguinte série de nomes:

Santaloka	Cabo de São Roque	5°29'
Kav de Santa Augustini	Cabo de Santo Agostinho	8°21'
San Megali	São Miguel	9°50'
San Francesko	Rio de São Francisco	10°45'
Port dali	Pôrto real?	11°59'
Totel Sante	Baia de todos os santos	13°
Abrolok	?	?
Kav Frio	Cabo Frio	22°50'
Sano Saneyro	Rio de Janeiro	23°
Katino	?	?

Êste último nome é aplicado ao “estuário” de que fala o senhor Levillier; depois disso a costa continua, desenhando uma grande curva que deveria chegar a unir-se com a da África, segundo o esquema ptolemaico.

Faltando a graduação — e também o costumeiro Cabo Agulhas! — só resta confiar nas distâncias que o cartógrafo supunha conhecidas. Pois bem, tomando por base a diferença de latitude entre o Cabo de Santo Agostinho e o Cabo Frio, deduz-se que Katino, o último nome, encontra-se em 24°-25° aproximadamente, isto é, em uma longitude muito mais baixa da suposta (não calculada) pelo senhor Levillier. Quanto ao “término de la costa”, que, segundo nosso *historiador* coincidiria com o suposto Santo Antônio, ou seja, com Katino, sua definição é simplesmente absurda, e também em desacôrdo com o método empregado pelo senhor Levillier de relacionar os mínimos detalhes do desenho costeiro, como aparecem nesses primeiros esboços, inevitavelmente imperfeitos e aproximados, àquêles definidos, depois de uns sé-

(57). — *Piri Reis Haritasi hakkinda izahname*. Istambul, Devlet Basimevi, 1935.

culós; pela cartografia moderna. De fato, mesmo depois de Katinó, a costa continua a ter estuários, penínsulas e ilhas, com um “estilo” que o senhor Levillier em último lugar poderia definir como meramente convencional.

Em todo caso, a análise do mapa (uma verdadeira análise, é lógico!) permite concluir:

- a) os mapas de Cabo de Santo Agostinho e de Cabo Frio são certamente anteriores a 1514 e, portanto, à misteriosa expedição Nuño Manuel-Cristobal de Haro — João de Lisboa. E precedem-na de pelo menos um ano e meio, porque o mapa de Piri Reis foi elaborado entre 9 de março e 7 de abril de 1513, enquanto a expedição “com três chefes” encontrava-se na Madeira — diz-nos nosso *historiador* — ainda em outubro de 1514 (58).

*As conclusões de minha precedente pesquisa relativa aos quatro topônimos que distinguem o “segundo período” do senhor Levillier, baseados sobretudo na exata determinação da data a atribuir ao livro de Pacheco, e que Levillier, como vimos, classifica desdenhosamente de “perditempo”, foram confirmados plenamente, enquanto desaba desde os alicerces o conjunto de hipóteses e de fantasias construído para criar o “segundo período” das fontes cartográficas;*

- b) se o mapa de Piri Reis tivesse chegado até nós sem data, o senhor Levillier o teria colocado junto de Kunstmann III, no “segundo período”. Por outro lado, visto que já em 1513 aparecem no mapa os nomes dos dois cabos Santo Agostinho e Frio( de Cananéia falaremos mais adiante), não há nenhum motivo — mesmo relacionando com o nosso *historiador* — de transportar para 1515 a data de Kunstmann III;
- c) a precedente conclusão é confirmada pelo fato de que em Piri Reis o “término de la costa”, mesmo estando em uma latitude muito menos alta da pretendida por Levillier, concorda, em substância — e o vimos — com o de Hamy-King, Kunstmann II e Canério (Caveri), como havíamos calculado.

Como conclusão das conclusões acrescentaremos que o senhor Levillier, não conhecendo convenientemente o mapa de Piri Reis — aliás êle mesmo tem que admiti-lo — melhor teria feito abstendo-se de comentá-lo. Outra conclusão, mas não a última, conforma a exatidão das reservas feitas por nós na

(58). — Com relação a essa suposta expedição, o nosso *historiador* teria podido tomar em consideração as observações de Magnaghi (AV, 186-187), se não o tivessem impedido o desprêzo preconcebido por quem não pensa como êle, e a pressa habitual; evidentemente além de tôdas as outras razões que eu tinha relevado em meu precedente artigo. Eis outra prova da falta de pontualidade em estabelecer o valor que deve ser atribuído a cada documento, falta essa que eu tinha tido razão em apontar e que o senhor Levillier se esforça em vão para refutar com diversivos loquazes.

precedente crítica sôbre os “métodos” dessa... “história imaginária”.

O n.º 13 corresponde ao *Orbis typus universalis* que figura — antes dos vinte mapas modernos — na edição latina de Ptolomeu que apareceu em Estrasburgo em 1513, com os tipos de Joannes Schott. Muitos e abalisados estudiosos consideram êsse Ptolomeu obra de Waldseemüller (problema que não cabe aqui discutir) (59). O nosso *historiador* acha

“además que, a pesar de la fecha de 1513 del Tolomeo en que aparece, y porque es inferior al mapa de 1507 dél geógrafo alemán, [o *Orbis typus*] fue hecho en 1506” (AB, II, 30-31).

Veremos logo o que nos fornece êsse mapa para o problema que nos interessa. Antes, todavia, seja-nos permitido relevar que, depois de algumas páginas, o próprio *historiador* admite que

“la lógica es aqui peligrosa, como en historia, pues no es razón que un mapa sea mas elemental que otros, para que su fecha sea anterior” (AB, II, 42).

Eis outro caso de “congruência” sôbre o qual o leitor pode tirar suas conclusões! (60).

No *Orbis typus* o périplo da América do Sul acaba em 40° S.; ergo, não temos nenhum esclarecimento quanto ao problema central da pesquisa cartográfica tentada pelo senhor Levillier. Resta o desênhô do périplo (61), e aí o nosso autor reconhece imediatamente a “insenatura” que deveria corresponder ao Prata (em 35°, segundo a gradação em latitude do mapa), mas não diz a que deveriam corresponder os outros acidentes litorâneos, de forma ainda mais acentuada do que o desênhô mostra sôbre a mesma costa.

Também o n.º 8 — Mapa-mundi de Silvano da Eboli, do qual o senhor Levillier apresenta duas reproduções, das quais uma ampliada (AB, II, 36-37) — desenha a costa até 40° S. Aproximadamente em 35° é representado — sem nome — um curso d’água que, porém, não termina nem em uma baía, nem, muito menos, em um

(59). — Em todo caso, trata-se sempre de uma atribuição hipotética contra a qual devem ser consideradas as graves objeções apresentadas por Nordenskjöld (FA, 21-22, e P, 178-179).

(60). — É fácil prever como o nosso *historiador* procuraria fazer aparecer inexistente a “incongruência”. No primeiro caso, trata-se de dois mapas do mesmo autor; no segundo, de autores diferentes. Mas não se perceberia, assim, que a hipótese do senhor Levillier (data do mapa) é baseada sôbre uma outra hipótese (atribuição do mapa a Waldseemüller).

(61). — Desênhô muito rústico em que são evidentes as conseqüências da redução de um original de proporções maiores. Como sói acontecer a reprodução do mapa (AB, II, 31) é prejudicada pela superposição das duas armas de Portugal e de Castela colocadas segundo o pressuposto de Levillier. Pode-se observar, em todo caso, que se êsse pressuposto fôsse válido, e reconhecido pelo autor do mapa, teria havido lugar para continuar a costa sul-americana ainda por um bom trecho dentro da zona reservada a Portugal!

“estuário”. Além disso, ao N. dêsse rio aparecem várias inflexões de costa, algumas amplas, e um outro curso d’água que termina, êste sim, em um largo estuário, aproximadamente em 17°. Temos a impressão que boa parte dêsse desenho seja puramente “di maniera”. Em todo caso, Levillier apressa-se em pôr ao rio mais ao S. o nome de Rio Jordán com um ponto de interrogação; mas êle contradiz a interrogação no comentário do texto (AB, II, 37), onde se afirma que êsse “rio... sólo puede ser el Rio Jordán”.

Vivas para o nosso *historiador*! No entanto, as reproduções do senhor Levillier não nos dão o genuino mapa-múndi encaixado por Bernardo Silvano (êsse é o nome do seu autor) (62) no *Ptolomeu veneziano* de 1511. De fato, todos sabem que o Silvano é conhecido por um planisfério coroliforme, que não se pode certamente definir, como faz superficialmente e errôneamente o nosso *historiador*, “parecido a los globos de Toscanelli y de Behaim” (63). Êsse planisfério apresenta o desenho das costas sul-americanas de maneira muito diferente de como aparecem nas reproduções do senhor Levillier. O Cabo Agulhas está colocado em 36° e na mesma latitude (trata-se de um mapa com meridianos e paralelos) termina ao S. da costa brasileira. Portanto, não temos nada de útil para a demonstração que gostaria de fazer o nosso *historiador*. Quanto ao resto, ao S. do Equador foram traçados — “di maniera” — três rios, que desembocam aproximadamente em 10°, 13° e 27°, e dos quais somente um, o segundo, termina em uma larga “ansa” litorânea. Uma outra “ansa” litorânea menor, aparece mais ou menos em 22°. Nenhum topônimo, salvo o nome genérico de *Terra Sanctae Crucis*, que evidentemente se aplica ao inteiro trecho do continente sul-americano.

E então? perguntará surpreso o leitor. Nada de extraordinário. E’ um outro aspecto... metódico da “história originária” do senhor Levillier. Aconteceu apenas isto: o nosso autor serviu-se da reprodução dada por Kretschmer (*Atlas*, tav. X, I), sem procurar minimamente verificar — e teria podido fazê-lo facilmente no texto que acompanha êsse *Atlas* — qual a projeção original do mapa

---

(62). — O senhor Levillier está ainda incerto sobre a nacionalidade dêsse autor, mas já há vinte anos, aproximadamente, a questão foi resolvida, cfr. G. GUGLIELMI-ZAZO — *Bernardo Silvano e la sua edizione della Geografia di Tolomeo*, in RGI, 1925, 37-56, 207-216; 1926, 25-52. O equívoco que fazia dêle um português já tinha sido esclarecido por HARRISSE (confusão entre Eboliensis e Ebo-rensis). Mas tudo isso são “tolices” para o nosso *historiador*.

(63). — O planisfério de Bernardo Silvano foi introduzido muitas vezes, desde época... pré-histórica!; cfr., por exemplo, o *Atlas* que acompanha a *Géographie du Moyen-Âge* de J. Lelewel, Bruxelas, 1850 (pl. XLV, n.º LXVII, 120), onde se conserva a projeção original. Com esta, o planisfério de Silvano aparece, como é justo, na excelente reprodução contida em uma obra do colega prof. R. Almagià (*I primi esploratori dell’America*, Roma, 1937, fig. 41, págs. 394-395), que o senhor Levillier cita em sua resposta!

de Silvano, contente de poder achar um pretexto para a sua “tese” no mapa em projeção globular na qual Kretschmer, com pouca precisão, transformou o mapa-múndi de Ptolomeu 1511. E por aquilo que Levillier escreve de Silvano, é evidente que não conhece, em absoluto, nem esse autor, nem a importância que tem na história da cartografia do século XVI, o que não impede ao desembaraçado *historiador* arriscar, como costuma, as suas opiniões (64).

O n.º 10 (Reisch) prolonga a costa, sem nome, até quase 50º, confirmando assim, no máximo, o dado de Vespucci da carta autêntica de 1502. Mas o melhor é que também o senhor Levillier nota essa “particularidad interesante”, desde que

“revela marcada coincidencia con las afirmaciones de Vespuccio acerca la altura alcanzada por los portugueses (65) en su expedición de 1501-1502”.

Um dos tantos casos de “congruência” inato na mentalidade do senhor Levillier é como essas afirmações podem conciliar-se com a conclusão a que Levillier pensa poder chegar através do exame da cartografia contemporânea — isto é, que Vespúcio chegou realmente até 45º, 46º ou 47º (o Rio Cananor).

Fica, por último, o n.º 12, o planisfério da Oliveriana de Pesaro, cuja análise exigiria mais páginas das escritas até agora e que, por isso, farei em outra oportunidade. Limite-me aqui a observar que pelo comentário ligeiro feito pelo senhor Levillier sobre esse mapa, o leitor menos avisado poderia ter a impressão que tenha sido o próprio senhor Levillier o primeiro a revelar a importância de um documento tão “poco conocido”. Impressão errada, porque já em 1892 o nosso Bellio tinha frisado muito bem o interesse que deve ser atribuído ao planisfério de Pesaro, também para o que diz respeito à América do Sul (66).

Quanto aos problemas postos pelo senhor Levillier, bastará agora lembrar que a Oliveriana não possui graduação, e que o toponímo que se encontra mais ao sul na costa brasileira é *mont pas-quall*. Também o desenho do périplo pouco tem em comum com os mapas do grupo Kunstmann II — Caneris; reconhece-se porém,

---

(64). — E que se trata de ignorância do senhor Levillier — êle chama a todos de ignorantes — cêduz-se das suas próprias palavras: “un planisferio de Silvano de Eboli, parecido a los globos de Toscanelli y de Behaim” (AB, II, 37). Comparação tóla (sòmente uma pessoa que não tenha a mínima experiência de cartografia do século XVI pode encontrar uma analogia entre o glóbo de Behaim e o mapa — e ainda mais só reconstruído pelos modernos — de Toscanelli) e exagerada: sabe-se, de fato, que Toscanelli havia composto um mapa e não um glóbo!

(65). — Notar a subtiliza: não *por Vespúcio*, mas *por los portugueses!*

(66). — Bellio o cefine: “um dos mais antigos e mais interessantes mapas geográficos em que se representa parte da América”, e pensa que é “muitíssimo superior aos mapas portugueses e também àquêlé de Juan de la Cosa”, destacando em vários casos o seu valor em relação a outros mapas contemporâneos.

não obstante uma ou outra variação de forma, o perfil da península bipartida, em cuja correspondência lê-se exatamente o *mont pasquall* de cabralina memória. Logo depois — dir-se-ia nas costas do monte! — a costa se abre em uma “insenatura” cheia de ilhas; seguem-se mais duas inflexões, também cheias de ilhas. Na primeira “insenatura” o nosso *historiador* põe a costumeira inscrição: *Rio Jordán*, que depois no texto torna-se — como sempre — uma coisa demonstrada: o estuário do Prata.

Quanto ao “término de la costa”, que Bellio calculava (ignoro por que critério) mais ou menos em 45°, torna-se logo (sempre sem saber nem ao menos remotamente o porquê) 47° para o senhor Levillier, mesmo se “aproximadamente” (AB, II, 18).

Parece que chega, e assim podemos concluir.

Creemos que já ficou demonstrado e ainda mais excluído que dos mapas relacionados pelo nosso *historiador* em seu “primeiro período” podemos deduzir que a expedição de 1501-1502 chegou até 45° S., em contraposição ao que se conclui da carta autêntica de Vespúcio de 1502 e dos documentos que a confirmam. Somente uma conclusão se impõe — segundo minha modesta opinião, e parece-me irrepreensível: que a grande disparidade das coordenadas geográficas em que aquêles mapas enquadram a costa explorada pelo florentino não permite — conforme nossa premissa — deduções seguras. O próprio fato, documentado, de que no vêio que originou os primeiros seis mapas aparecem propositadamente alterados o desenho, as direções, as posições e as linhas de marcação, sem nunca poder conhecer, e portanto determinar, o valor dessas alterações, torna inúteis *a priori* as tentativas de resolver os problemas postos por Levillier.

Resta a possibilidade de determinar as etapas de expedição de 1501-1502, mas é impossível tratar dêsse problema realmente essencial, se antes não fôr resolvido o das fontes epistolares, que devem encontrar na cartografia uma harmônica integração e não um contraste.

Nesse campo está a questão Cananor-Cananéia, à qual Levillier deu e continua a dar tão grande projeção. Por nossa conta, depois de ter demonstrado que a divisão dos dois períodos iniciais da cartografia sul-americana proposta por Levillier era arbitrária, devemos perguntar-nos ainda se a forma *Cananor*, que se encontra nos mapas mais antigos, ou considerados tais, exclui, sem mais, uma corrupção de um originário *Cananéia*, ou vice-versa.

Levillier afirma decididamente — mas, como sempre, sem a mínima prova — que Cananéia não foi batizada por Vespúcio, mas por João de Lisboa (AB, II, 92), durante aquela misteriosa expedi-

ção à qual alguns relacionam (e entre êles o nosso *historiador*) a famosa *Copia der Newen Zeitung* (67).

Mas, como vimos, os outros topônimos aos quais se liga a idéia que Kunstmann II seja posterior a 1514, foram demonstrados seguramente vespucianos; não poderia ser anterior a 1514, e portanto de origem vespuciana, também *Cananéia*?

A êsse propósito, parece oportuno lembrar um testemunho que o senhor Levillier deveria ter tomado em consideração, ainda mais se tivesse tido sólidos motivos para demonstrar que era inaceitável ou inadequado para resolver o problema.

Nosso Magnaghi — mas contar isso ao senhor Levillier é como agitar uma *capa* escarlate diante de um touro enfurecido! — nosso Magnaghi, então, tinha esclarecido desde 1924 que o nome *Cananéia* devia ter sido dado antes de 1502. E assim argumentava:

“Diz P. Casal [em sua bem conhecida *Corografia Brasileira* (1817) (68)] que, na entrada da barra de *Cananéia*, do lado do continente, sôbre um rochedo, levanta-se, ou pelo menos levantava-se em 1817, um *padrão* de mármore europeu de quatro metros de altura, dois de largura e um de espessura, com as armas de Portugal, sem castelo.

Casal assegura que êsse *padrão*, apesar de gasto, deixa ver que foi colocado em 1503, enquanto que segundo o Beneditino Fr. Gaspar foi levantado em 1501 por um certo Martin Afonso (?). Mas não pode ser nem uma nem outra data. Não pode ser 1501 porque nos mapas de 1502 encontram-se nomes como Rio de Janeiro, Santo Antônio, São Sebastião, São Vicente (êsse último logo antes de *Cananor*) que se celebram todos em janeiro, e Vespúcio tinha partido em 13 de maio de 1501, portanto, já não é mais 1501; não pode ser 1503, porque aqui também a suposta expedição de Coelho (4a. viagem da *Lettera*) tinha partido em 10 de maio de 1503 e não podia, portanto, encontrar-se em janeiro do mesmo ano em *Cananéia*. A coluna não pode ter sido deixada senão pela expedição de Vespúcio em 1502” (AV, 190).

Nada mais fácil — penso eu — para os estudiosos brasileiros controlar se a indicação de P. Casal é, ou não, exata. Pode ser — desejamos admiti-lo *ad abundantiam* — que não o seja; mas *será preciso então demonstrá-lo*. Caso contrário, é pacífico que *Cananéia* precedeu *Cananor*, e não pode ser confundida com êste. E o senhor Levillier deveria ser a última pessoa a fazer essa confusão. Em todo caso, se o *padrão* existe — *ou existiu* — êle sòzinho será

(67). — E' uma expedição, precisamos acrescentar, que não foi, em absoluto, demonstrada. Mas supnhamos que já o tenha sido, para não abrir outros longos parênteses.

(68). — O senhor Levillier dedica quatro páginas (AB, I, 141-144) para derrubar êsse autor, cujos “juicios em materia histórica caren de valor”. Nem podemos dizer que não tenha razão. Mas o testemunho apresentado no texto é, ou deveria ser, um dado de fato, que pode — creio — ser verificado.

suficiente para confirmar que Vespúcio batizou *Cananéia* àquêlê lugar e torna quase certo que *Cananor* deve ter sido uma deformação toponímica surgida no mesmo período. De fato, *Cananéia* permaneceu nos mapas sempre no mesmo lugar, e reaparece logo, enquanto *Cananor* é colocada, em seguida, em uma latitude mais elevada, que porém nada tem em comum com o ponto mais austral alcançado por Vespúcio.

Por outro lado, como dissemos, para quem está convencido que as únicas fontes epistolares autênticas relativas a essa viagem são a carta de 4 de junho de 1501 e a de 1502 de Lisboa, a questão *Cananor-Cananéia* tem — no plano de reconstrução daquela viagem — uma importância secundária. O dado de mais alta latitude atingida por Vespúcio, como foi repetido duas vêzes na carta de Lisboa, e confirmado por outras fontes contemporâneas, apresenta-se com um caráter de aceitação infinitamente maior de quanto — como cremos ter demonstrado — se possa deduzir pelos mapas coevos.

Deve-se também lembrar que as... conclusões cartográficas do senhor Levillier propõem vários outros problemas, cuja importância nosso *historiador* não percebe, ou afoga nos costumeiros... estuários de palavras.

Não percebemos, por exemplo, com que "congruência" se possa fazer Vespúcio viajar na base da *Lettera al Soderini*, que fala de uma direção de SE de 23° ou 32°, quando se afirma, ao mesmo tempo, que a viagem foi feita "ao longo da costa". Não só, mas para não rejeitar como inadmissível o que se lê na *Lettera Ridolfi*, empurra-se Vespúcio para o mar aberto, longe das costas, de maneira a fazê-lo chegar em 50° S. (não se conta, naturalmente, para qual fim!), sem perceber que a carta a Soderini fala em 52° e de uma terra costeada, nessa latitude, por 20 milhas.

Resta a questão do Rio Jordán, ou seja a questão da sua descoberta e da sua identificação com o Rio da Prata, como confirmadas pelos mapas. Mas, mesmo não negando que a análise desses mapas pode fornecer elementos úteis, é claro que a descoberta do grande rio é, em substância, consequência necessária da alta latitude alcançada por Vespúcio, antes mesmo que possível dedução dos mapas coevos, mesmo interpretados no sentido desejado pelo senhor Levillier (69).

Aliás, nem com essa interpretação sabemos, nem nunca saberemos, quanto o Florentino tenha penetrado no vasto estuário.

---

(59). — Alguns desses mapas, além disso, atribuem explicitamente a Vespúcio o mérito da descoberta do grande rio; outro exemplo notável foi dado, há não muito tempo, pelo colega prof. Almagià (RGI, 1950, 187, n. 13).

Quanto à identidade do Rio Jordán com o Prata, Levillier não fêz — repito — por sua conta nenhuma. . . descoberta. Desde que o nosso *historiador* contesta êsse detalhe, só nos resta transcrever os trechos de Magnaghi a que me referi em minha precedente crítica.

“*Rio giordan*. O nome indica o estuário do Prata, representado por um grande gôlfo retangular de SE a NW; e o nome *rio de yordan* já foi lembrado pouco acima ao S. de Rio de Janeiro. E’ surpreendente que em um mapa espanhol, como êste, não apareça o nome do suposto descobridor, Rio de Solis, como resulta dos relatórios de Pigafetta e de Albo. E aliás também o anônimo de Weimar de 1527 e o mapa Castiglioni, embora lembrando a *tierra de Solis*, chamam o rio de *Rio Jordán*.”

De Brito, governador de Ternate, em sua carta ao rei de Portugal, em que dá notícias da viagem de Magalhães coligidas pelos marinheiros da “Trinidad”, chama-o, como Pigafetta e Albo, *Rio de Solis*, acrescentando, porém que os navios portugueses já haviam chegado ao grande rio. No *Roteiro*, pelo contrário, consta *Rio de S. Christoval* e deixa entender que o nome teria sido dado por Magalhães. Coisa pouco provável, porque São Cristóvão festeja-se em 25 de julho e Magalhães tinha chegado ao estuário em janeiro; e, por outro lado, não poderia batizar com um novo nome um rio já conhecido. Também conservam essa forma Roberto Thorne [1527], o anônimo do mapa Salviati da Laurenciana e Maggiolo, mas logo depois também êsses mapas registram *rio jordán*. É certo que se todos os cartógrafos conservaram como nome principal o de *jordan*, o grande rio deve ter sido conhecido por expedições precedentes à de Solis; e dessas só conhecemos com certeza a portuguesa de Vespúcio, que alcançou 50° de latitude S. E, como demonstrei em meu trabalho (págs. 196-197), temos provas seguras que o estuário foi descoberto por êle. Vespúcio pode ter dado aquêle nome se não o tivesse descoberto em 13 de janeiro (batismo de Jesús Cristo), pois se trata de um rio tão célebre, que a lembrança podia apresentar-se independentemente de qualquer ocorrência. Aliás, já em mapas de 1502, como o de Canério, o nome *rio jordán* applica-se a um grande estuário situado em cêrca de 34° S.: estuário que por latitude, forma e dimensões, não poderia deixar de corresponder à idéia do Prata, etc.” (CT, 67-68).

O mesmo, aliás, havia sido dito no precedente volume dedicado a Vespúcio, onde a identidade do Rio Jordán com o Prata — como conclusão de Magnaghi — vê-se claramente no trecho por mim citado. E’ portanto infantil ou mal intencionado (o senhor Levillier diria “sabotagem”!) querer fazer distinção — como tenta nosso *historiador* — entre a opinião de Magnaghi, expressa e frisada.

nos trechos que citei (70), e a... do anônimo autor do planisfério turinês. Maghnahi recorda que esse último considera o *rio jordán* como sendo o Prata, justamente para provar que a identidade, já encontrada em Canério, era um dado de fato sobre o qual não era possível discutir. Nem é mais possível discutir — parece-me — quando encontramos escrito, sempre em Magnaghi:

“o rio jordan... corresponde ao estuário do Prata, e exclui-se de modo absoluto que o nome Jordan tenha sido dado por Solis” (CT, 68, n.º 1).

O que nos permite com plena legitimidade repisar o dilema já colocado: ou o senhor Levillier escreve muito depressa, ou conhece muito pouco a língua italiana. De qualquer maneira, realmente dá dó o saber que um *historiador*, orgulhoso dos seus 44 e mais volumes, desça a uma não se sabe se indigna ou pueril especulação sobre esse detalhe, incomodando Machiavelli, a quem deve conhecer tanto quanto... a língua italiana! Não é preciso ser *es-perto*; basta somente ler com atenção e meditar mais!

Fazendo as somas, é impossível discutir o que o senhor Levillier está repetindo, citando de AB, nos dois últimos parágrafos de sua resposta. Será possível quando êle tiver demonstrado — digo demonstrado — com provas que todos possam controlar, e não novamente com uma fantasia de palavras inúteis, que o Rio Cananor, em 46º S., representa o fim da expedição de Vespúcio de 1501-1502, e que os Cabos de Santo Agostinho e Frio, que aparecem em um mapa datado de 1513, foram, como êle afirma, batizados por um dos três inexistentes protagonistas da não menos inexistente viagem da *Newen Zeitung*.

Sem isso, a sua trabalhosa reconstrução cartográfica permanecerá... na “impossibilidade momentânea” de convencer!

Mas antes de deixar esse argumento — e desprezando questões de somenos importância que será necessário considerar em outra oportunidade — gostaria de esclarecer um outro ponto para que o leitor perceba o “sentido crítico” de nosso *historiador*. Segundo Levillier, portanto, devemos à nacionalidade do cartógrafo

(70). — Bastava que o senhor Levillier se tivesse dado ao trabalho de ler todo o trecho de onde foi extraída a nota 37 de que agora trata, para saber qual a opinião de Magnaghi.

Mas o melhor é que o próprio senhor Levillier acusa-me de ter “singularmente” abreviado uma citação (a êle favorável) do colega prof. Almagià; citação de que êle julga interessante “restabelecer para o leitor a referida parte que foi eliminada”. Refere-se à nota 36 da minha precedente crítica. Se o leitor quiser se dar ao incômodo de verificar, encontrará que o trecho por mim citado naquela nota está à pág. 185 do artigo de Almagià, e a parte que eu teria deliberadamente omitido no fim da página seguinte, encontra-se à pág. 187! Além disso, no primeiro Almagià fala, *em geral*, das conclusões a que chega o senhor Levillier a propósito da segunda viagem; na segunda, *em particular*, da identidade Rio Jordán-Rio de la Plata.

Essas sim que são “chicanas mesquinhas”!

“que os melhores mapas dos primeiros tempos fôsem portugueses e espanhóis; eram os que derivavam diretamente dos originais trazidos dos périplos descobridores, e pouco importava então a nacionalidade do desenhista, pois gravitavam por sua vez sôbre êle, a veracidade do que tinha sido visto e as imposições políticas das Casas de Lisboa e de Sevilha”.

Quanto ao Norte da Europa, os cartógrafos particulares

“de fonte direta se inspiram nos Waldseemüller derivados de Cavério e por muitos anos seus cosmógrafos e cartógrafos andam perdidos por orientações errôneas, enquanto na Itália Agnese, baseando-se ao que parece em Ribeiro, produz um tipo de mapa da América bastante exato das formas do Novo Mundo. Não houve nenhuma continuidade no progresso na Europa do Século XVI”,

como nosso *historiador* quer demonstrar em uma obra “atualmente em preparo” sôbre êsse “tema vastíssimo e de enorme interêsse”.

Começemos observando que se se considera como autor de um mapa não quem o executa materialmente, como simples amanuense, mas quem elaborou o original, utilizando e coordenando os périplos dos descobridores — conceito óbvio — a primitiva história da cartografia americana deve ser refeita em grande parte. A atribuição da paternidade de um mapa a êsse ou aquêle autor limitou-se, de fato, até agora — salvo raras exceções — a tomar nota do nome (e da nacionalidade) do signatário, se existir, sem se propor um problema pelo qual os elementos de que dispomos raramente permitem chegar a resultados concretos.

Em todo caso, sempre considerando o conceito exposto pelo senhor Levillier, dos mais antigos mapas da América do Sul que êle relaciona no “primeiro período” de sua reconstrução, dois sômente são portugueses em sua origem, e dêsses dois um foi com certeza reelaborado por um italiano (Canério ou Caveri), e o outro é certamente uma cópia feita em Lisboa em 1502 (Santino). Pois bem, como vimos, o próprio senhor Levillier define o mapa Cantino como “una burla deliberada”, e acusa Canério (Caveri) de “delitos cartográficos”. Quanto ao resto, não há nenhum mapa português — com data certa — que represente a América do Sul antes de 1534 (G. Viegas) e nenhum dos não datados — sempre segundo o senhor Levillier — antes de 1515; como também nenhum mapa espanhol anteriormente à viagem de Magalhães, com exceção do de Juan de la Cosa, que basta por si só para dar uma idéia da condição em que se achava, no início daquele século, a cartografia castelhana.

Aliás, quanto às regiões reconhecidas e exploradas por Vesúcio — que, como não estava a serviço de Hojeda em sua primeira viagem (1499-1500), assim não ficou subordinado a nenhum

Coelho na segunda (1501-1502) — é claro que os “originais”, isto é, os *padrões* só podiam provir d’ele, a quem se devem também os únicos dados itinerários e narrativos que tenham permanecido sobre as duas expedições (e sobre outras supostas, como a de 1503-1504).

Não surpreende, portanto, que todos os outros mapas relativos à grande viagem decorram ou diretamente de um protótipo vespucciano — e por isso italiano — como Hamy-King e Kunstmann II, ou indiretamente de cópias e reconstituições desses derivados, como é o caso do Waldseemüller. Não queremos exaltar nenhum nacionalismo doentio, constatando que desde o fim do século XIII ao século XVI inteiro o recorde da cartografia teórica (ou científica) e prática foi privilégio nosso. A documentação que possuímos é tão abundante e conhecida, que podemos desprezar com toda a serenidade de espírito as pretensões que, em contrário, são continuamente renovadas por parte dos escritores ibéricos, que têm uma tendência bem pronunciada pelas exaltações patrióticas.

Aliás, essa primazia cartográfica foi somente um aspecto de uma civilização e de uma cultura que, já antes da época das grandes descobertas geográficas, havia conhecido um grande período não experimentado por outros povos europeus. Sem irmos muito longe, limitar-nos-emos a lembrar que uma confirmação clara desse recorde nos vem exatamente de uma das duas nações diretamente interessadas na expansão transoceânica. O Decreto real de 22 de março de 1508, que determina as atribuições e os poderes do lugar de *Piloto mayor* da *Casa de Contratación*, criado para Vespúcio, é, na forma oficial e solene de um ato soberano, uma prova que não admite reservas para as condições — diremos eufemisticamente não brilhantes — da arte náutica na Espanha, ainda mais de uma dezena de anos depois da descoberta de Colombo. E não é uma exceção. Mesmo depois da morte de Vespúcio, conservam-se italianos naquele delicadíssimo lugar para uma atividade sem a qual a Corôa espanhola — foi confessado por ela — não teria podido dispor de pilotos bons para as tarefas que a expansão transoceânica impunha à nação.

Como não esperei, por certo, os protestos do nosso *historiador* para reconhecer que êle tinha tomado a si uma tarefa de fôlego, mesmo — na minha modesta opinião — sem alcançar êxito, e que, apesar de todas as reservas que se podem fazer e que farei, se precisar, os dois grossos volumes da AB encerram também material útil e que merece ser considerado, assim nem o tom de sua resposta me levará a esquecer os limites que a objetividade e a serenidade do julgamento impõem a todo estudioso, mesmo e sobretudo quando o seu contraditor não tenha feito o mesmo.

*La critique est facile et l'art est difficile*: deveríamos concluir que o autor dos dois grossos volumes não seja sujeito a contrôlê, ou que êsse contrôlê deva ser repudiado porque confiado a poucas páginas? Se o senhor Levillier assim pensasse, seria fácil recordar-lhe . . . como êle julgue e mande sumariamente mesmo quem, tendo escrito vários volumes pense diferente dêle. E o fato do meu artigo precedente evocar a diatribe “com o fim premeditado de derubar uma prova que irrita o crítico, advogado de uma utopia que ela destruiu”, significa sômente que o senhor Levillier não me conhece, e que se ilude — penso tê-lo demonstrado — sôbre o valor daquelas que êle chama *pruebas*, ou melhor *pruebas manifiestas*. Nem vejo por que razão minha fé na verdade e na validade da tese que defendo deva ter uma origem menos límpida e honesta da que anima o senhor Levillier.

Para mim é suficiente — por agora — ter provado, e o leitor objetivo julgará se foi sem razão, que a obra de Levillier representa um passo para trás e não para a frente, na história dos problemas vespucianos. E isso essencialmente por dois motivos: porque não resolve, mas complica o problema das fontes, que exigia, como escrevi, outro preparo específico (como também — acrescento agora — um mais profundo conhecimento da nossa língua); e porque o tratamento dedicado ao exame do material cartográfico é também viciado por um empirismo freqüentemente desconcertante. No primeiro caso a idéia pueril de querer conservar tudo do *corpus* epistolar vespuciano levou-o a desvalorizar o pêso das razões que uma crítica várias vêzes secular acumulou contra a admitida, mas não demonstrada (nem passível de demonstração) “congruência” dessas fontes. No segundo, o serviço que assim mesmo prestou, recolhendo um material antes disperso e em parte também mal conhecido, é comprometido pela adoção de pressupostos arbitrários e de hipóteses freqüentemente fantásticas, que impõem uma revisão *ab imis* de todo aquêle material.

E poderia acrescentar que também fui — facilmente aliás — bom . . . profeta! Não faltaram, de fato, conforme previra, *as apressadas e interessadas* apologias à sua obra: apressadas, como a do inglês Davies, de quem falei nestas colunas; interessadas, como a que quis conservar como último tema desta minha réplica, e que é a enésima — mesmo supérflua — demonstração do “sentido crítico” do nosso *historiador*.

Já na *América la bien llamada* lêem-se, a respeito do sábio Revelli, definido depois como (uno de los críticos mas serenos de Italia” (NM, 22), notícias e opiniões que confirmam o que já havia notado o colega prof. Almagià, isto é, que o nosso *historiador* revelase muito mal informado sôbre a historiografia italiana da época das

grandes descobertas (71). Ele, de fato, além de atribuir ao *sabio* Revelli méritos que não tem (e é retribuído) (72), liga-o ao prof. Roberto Almagià em um binômio de cientistas que não se teriam deixado desencaminhar pelas teses do pranteado Magnaghi. Sinto muito ter que desiludí-lo depois de tanto tempo: em sua obra *I primi esploratori d'America*, publicada vários anos depois do conhecido volume de Magnaghi, Almagià escrevia:

“Para Amerigo Vespucci serviu de guia o livro de Alberto Magnaghi, a cujas conclusões o escritor, em substância, se associa” (PE, XIV),

e, considerando demonstrada a natureza apócrifa da *Lettera* e do *Mundus Novus*, aceitava como únicas fontes fidedignas as cartas florentinas de 1500, 1501 e 1502, e, portanto, como realmente efetuadas as duas viagens de 1499-1500 e de . . . 1501-1502. Não resulta que nosso eminente colega se tenha afastado dessa posição nem mesmo depois do aparecimento da *America la bién llamada* (1948) e de *El Nuevo Mundo* (1951). A fim de que não haja dúvida, e cada leitor, querendo, poderá se certificar, frisamos que de ambas as obras do senhor Levillier, Almagià fez a resenha: da primeira, mais ampla (RGI, 1950, 182-188); da segunda, mais brevemente (RGI, 1951, 274), mas não certamente com menos clareza de pensamento.

No primeiro caso, Almagià exprimiu seu completo desacôrdo com o nosso *historiador* primeiramente sôbre o problema das fontes

“Levillier não só não deu um lugar de destaque ao exame do estudo de Magnaghi — com relação ao qual demonstra uma grande falta de consideração, realmente penosa — mas parece que nem compreendeu o imponente, agudíssimo trabalho crítico do nosso cientista e, em todo caso, nem tentou um comêço de refutação das poderosas argumentações, que, mesmo se às vêzes passíveis de discussão, mereciam bem outra consideração!”

portanto sôbre a aceitação da primeira viagem da “tradição”, sôbre a interpretação que deve ser dada à segunda (isto é, a de 1499-1500); e até sôbre a terceira (para nós segunda e última), a respeito da qual diz textualmente que Levillier

“chega, sobretudo em base ao exame comparativo das representações cartográficas, a conclusões de notável in-

---

(71). — Cfr. RGI, 1950, 183, n. 5.

(72). — Assim o senhor Levillier atribui a Revelli o mérito de ter demonstrado como errada a opinião de Varnhagen sôbre o códice Vaglianti (AB, II, 277-278), que, pelo contrário, cabe a Uzielli; e Revelli agradece atribuindo a Levillier, a retificação da data de nascimento de Vespúcio (SC, III, 656), devida a Enrico Masini e já velha de meio século!!

terêsse, mesmo se *nenhuma delas, talvez, possa ser considerada definitiva*" (73).

Quanto ao segundo caso, eis a opinião do nosso Colega:

"sentimos constatar mais uma vez que Levillier não considere devidamente alguns graves argumentos em contrário aduzidos pelo nosso Magnaghi [fala-se, naturalmente, do problema das fontes epistolares]. Pelo contrário, parece acreditar que a tese de Magnaghi tenha sido combatida na Itália por Revelli; isto não é verdade pois Revelli fêz somente vagas e indecisas críticas".

E ainda:

"Levillier nos deixa duvidosos também com relação ao valor de certos documentos cartográficos. Permanece como estava a questão mais grave, a autenticidade da primeira viagem de Vespucci (1497-1498): não nos fornece provas rigorosas sobre a sua realização, e muito menos prova que nessa viagem tenha tomado parte o navegador florentino".

Dessas palavras se conclui, portanto, que incluir o nome do prof. Almagià entre os que "concederam" sua adesão às conclusões do senhor Levillier, adesão que êste último pôs bem em evidência (NM, 46, n. 12), deve ser considerado, empregando uma expressão do nosso *historiador*, "falsa de toda a falsidade", se disser respeito à solução que êle dá — ou melhor, pensa que deu — ao problema das fontes, ou capciosa e inexata, se limitada à reconstrução da viagem vespuciana de 1501-1502, para a qual, como vimos, Almagià mantém-se reservado *com relação a todas as conclusões de Levillier* (74).

Notemos, finalmente, com prazer, que a posição do colega prof. Almagià a respeito das "teses" de Levillier é substancialmente idêntica à nossa, com a diferença que, enquanto êle se limitou até agora a observações de caráter geral, sem documentar suas cri-

---

(73). — Não causa estranheza que Almagià não toque na quarta suposta viagem *tradicional*, que êle tem que considerar inadmissível, de conformidade com a solução dada por Magnaghi ao problema das fontes epistolares; solução que, como vimos, é aceita por Almagià. E também não causa estranheza que não se fale desse assunto nas resenhas de Almagià, dado o mínimo peso que o senhor Levillier, em AB, dá à própria viagem.

Quanto ao que o próprio autor escreve em NM, 46 e segts. será necessário dedicar-lhe um tratamento a parte (e, aliás, dessa quarta viagem não se falava na minha precedente crítica) que servirá para corroborar o que dissemos até agora.

(74). — Pelo lugar que a nota de Levillier ocupa — a propósito da "terceira" viagem — deveríamos concluir que a *adhesion* se refere somente a ela; por outro lado, não pudemos controlar o "diabinho" da casa Kraft onde as *adhesiones* são publicadas, e não podemos excluir que se trate de um consentimento mais largo com relação à "tese" da veracidade de todas as fontes epistolares e das quatro viagens da tradição.

ticas a Levillier e suas reservas particulares (75), “o crítico alheio a êsses estudos” deu no artigo precedente, e no presente — e continuará dando — os motivos de sua atitude, *completamente, decididamente e totalmente* negativa daquelas “teses”, e ofereceu documentações e provas que não foram ainda refutadas, nem por Levillier nem por outrém.

E quanto a Revelli? Não fôsem as relações epistolares entre êsse “sábio” e o senhor Levillier, e a posição adotada com relação a êste último por Revelli durante o Congresso Colombiano de 1951 (já falamos disso), poderíamos pensar que o nosso *historiador* pudesse pelo menos reservar um lugar distinto, entre os mais convictos defensores da reavivada tese tradicionalista, ao seu “sereno” correspondente genovês.

Também neste caso devo causar uma grande desilusão ao senhor Levillier. A “nota” incluída por Revelli — e vimos como — nas *Atas* daquele Congresso refere-se a um outro livro do mesmo sábio, aparecido em 1926 e intitulado *Terre d’America e archivi d’Italia* (76), onde está expressa, conforme afirma o próprio Revelli, a solução dada por êsse “crítico” ao problema vespuciano depois da publicação do conhecido volume de Magnaghi.

Pois bem, até agora houve quem acreditasse nas quatro viagens *tradicionais*, e quem achasse que eram cinco ou seis, quem as reduzisse a três (excluindo a primeira), ou a duas ou a nenhuma. Havia o que escolher. Mas ninguém tinha pensado que se pudesse, ao mesmo tempo, afirmar que as viagens do florentino tenham sido duas e quatro; uma solução tão... original só podia ter sido inventada por... um verdadeiro *sábio*, um estudioso, enfim, que, no meio de tanta disparidade de opiniões, se mostrasse realmente “sereno”.

Percebo que o que estou afirmando poderia mesmo ser considerado mentira, tanto deve parecer “transcendental”! Por isso transcreve a seguir o que o *sábio* fêz incluir nas *Atas* do citado Congresso Colombiano:

“Na parte introdutória do meu livro (isto é, *Terre d’America e archivi d’Italia*) são lembradas, realmente, somente as viagens de 1499-1500 e 1501-1502 (77); mas

---

(75). — Compreende-se que o colega prof. Almagià tem suas boas razões para exprimir a opinião que conhecemos, a respeito de Levillier; e que poderá expô-las, se assim achar, também melhor do que muitos outros, dada sua especial competência.

(76). — Publicada em Milão em 1926. Nunca foi lembrada por Levillier, que no entanto não encontra limites em suas opiniões sobre Ravelli e Magnaghi, chamando um de “sábio” e o outro de “paranóico”!

(77). — Essa expressão poderia levantar dúvidas; deve-se, portanto, lembrar que Ravelli, no volume citado (pág. 39) dá como “provado a falta de fundamento para a viagem de 1497 atribuída a Vespúcio”, e diz que êle levou a termo “para a

isso é devido ao propósito deliberado de fazer referência, em páginas destinadas ao grande público, unicamente às viagens universalmente admitidas; críticas explícitas deviam aparecer em outra parte, em discussões de caráter técnico destinadas aos especialistas” (SC, 650).

Em outros termos, Vespúcio teria feito só duas viagens para o grande público (a quem se pode fazer acreditar tudo), ao passo que essa conclusão não vale para os especialistas, que, em substância, não podem negar fé à tradição das quatro viagens! (78).

Naturalmente o leitor sem malícia pergunta-se por que razão o *sábio* Revelli se dá ao trabalho de justificar em 1951 o que escreveu... um quarto de século antes. E a resposta é fácil. De fato, assim que saiu o livro *Terre d'America e archivi d'Italia*, Magnaghi submeteu-o a uma análise que pôs em evidência as incríveis tolices, além dessa curiosa... duplicidade de opiniões (79). Era, aliás, um trabalho feito outras vezes pelo próprio Magnaghi com outros volumes do *sábio* (80). E cada vez que isso acontecia, o *sábio* entrava em letargo. O mesmo aconteceu no caso de Vespúcio, e o letargo teria certamente continuado ao infinito, se não se tivessem dado dois acontecimentos destinados a interrompê-lo: o desaparecimento do nosso grande estudioso aos 3 de dezembro de 1945, e o aparecimento dos dois grossos volumes de Levillier. Devo acrescentar, todavia, que não obstante o primeiro acontecimento, o *sábio* Revelli não teria ousado recomeçar a escrever sobre Vespúcio, se não tivesse pensado poder aproveitar os “achados” do nosso *historiador* e ter uma fácil vitória — assim pelo menos pensava — sobre seu adversário, que não podia mais responder-lhe. Não tentou porém seu golpe em Gênova, onde se encontrava o colega prof. Almagià e o abaixo-assinado; preferiu esperar a impressão das *Atas*, que estava entregue à sua orientação e à de um comitê em que não se encontrava nenhum especialista.

---

Espanha uma das duas viagens à América meridional” e que “na segunda viagem feita por conta de Portugal (1501-1502), etc.”. Portanto, não se trata de “lembrar”, mas de “admitir” como autêntica somente duas viagens, segundo a tese de Magnaghi. Como se não bastasse na pág. 38 o mesmo Revelli escreve que as acusações de falsidade a Vespúcio, foram levantadas até os nossos dias “na base de documentos em que ele não participou de maneira alguma, os quais, falando de quatro viagens em vez de duas efetivamente realizadas, etc.”, admitindo assim também que o *Mundus Novus* e a *Lettera al Soderini* não foram escritos por Vespúcio.

(78). — E' significativo que, apesar disso, Levillier “demonstra julgar que a tese de Magnaghi tenha sido combatido, na Itália, por Revelli”, como já frisou o colega prof. Almagià (e o vimos há pouco); e isso não é absolutamente verdade.

(79). — Cfr. A. MAGNAGHI — *Fra terre ed archivi...* Palermo, 1927.

(80). — Assim para os três volumes de Ravelli intitulados: *Cristoforo Colombo e la Scuola cartografica genovese*, Gênova, 1937, imenso conjunto de lugares-comuns, de despropósitos e de coisas divertidas; obra que Levillier conhece e cita (AB, II, 248). Veja-se a propósito A. MAGNAGHI — *Di una recente pubblicazione italiana su Cristoforo Colombo*, in “Atti R. Accad. Scienze Torino”, 74 (1938-1939), vol. II, disp. 2, págs. 69-141.

Não obstante isso, achamos que ninguém mais do que o *sábio* Revelli tenha o direito de aparecer entre os autores das “apreciações valiosas” que atestam a larga aceitação dos dois grossos volumes do nosso *historiador* e que a Casa Kraft de Buenos Aires publicou “em un folleto de 34 páginas” em 1951 (assim se faz também para os dentifrícios).

E, por enquanto, coloco um ponto em minha resposta. E’ claro que não é possível esperar que me dê ao trabalho de comentar tudo o que seria necessário pôr em evidência — de acôrdo com as críticas e as reservas já expressas e aqui confirmadas — na obra, ou melhor, nas obras do senhor Roberto Levillier. A êle, aliás — qualquer coisa que pense ou escreva — não responderei mais, pelo menos até quando êle não adotar o tom obrigatório entre estudiosos que se respeitam, e antes de mais nada respeitam a êles mesmos, evitando descer àquela “diatribe” que estava evidentemente em sua intenção.

E se êle chegar a rever sua posição — como todo estudioso deve fazer com as objeções alheias — à luz das seculares experiências por que passou a historiografia da época das grandes descobertas, e sem uma altivez ridícula, esta polêmica não terá sido inútil. Inúteis são, e serão, as tentativas de querer provar por vias transversas, e ainda mais valendo-se da injúria e da “suficiência”. Nenhum desses métodos jamais reforçou, na república dos estudiosos, a presunção de ser infalível, como nenhuma exibição de títulos serve de escudo à crítica, sobretudo quando estiver trilhando um caminho errado.

\* \* \*

#### APOSTILA

Sòmente hoje — 10 de junho de 1954 — recebi o n.º 16 do ano IV (1953) da *Revista de História* onde se encontra o artigo do senhor Levillier que me diz respeito.

Comparando o artigo com as provas tipográficas que me haviam sido mandadas gentilmente pelo prof. Simões de Paula, não encontro outra diferença a não ser o acréscimo de duas tabelas (págs. 408 e 412), de um mapa (pág. 418) e de 9 reproduções de mapas (no fim), que não modificam em nada o que êle já havia dito em AB.

Assim mesmo, deve-se observar que:

1.º — para a tabela à pág. 408 valem as provas por mim apresentadas no texto que precede, tanto para as coordenadas geo-

gráficas marcadas nos mapas para o Rio Jordán, como para as datas atribuídas aos mais antigos desses mapas. A tabela, portanto deve ser refeita;

- 2.º — para a tabela à pág. 412 as coordenadas relativas a Cananéia e sobretudo a Cananor estão em parte erradas, em parte inventadas, como documentei claramente, parece-me, nas páginas que precedem;
- 3.º — entretanto, inadmissível é a reconstrução da segunda viagem vespuciana (1501-1502), apresentada por Levillier no mapa à pág. 418. Esse mapa é fruto de uma infeliz *contaminatio* de fontes diferentes, cujos dados foram embaralhados de qualquer maneira, e de qualquer maneira integrados aos dos mapas. E disso também tratei mais acima;
- 4.º — as reproduções no fim do artigo confirmam, parece-me, o que já havia notado sobre sua medíocre e má execução técnica (típica, por exemplo, a reprodução de Kunstmann II) e sobre a maneira pueril e confidencial com que o senhor Levillier trata os documentos. Mas não é o caso de voltarmos sobre esse assunto. Prefiro acrescentar outras provas às já dadas a respeito da ilegitimidade de assumir, como exatamente faz o nosso *historiador*, o dado-base de 35º S. para a extremidade austral do continente africano.

Essa extremidade é colocada em 40º S. no mapa de Enrico Martello de 1489, em quase 40º no glôbo de Martino Behaim e foi calculada por Bartolomeu Dias em 45º, como resulta entre outras coisas de duas conhecidas apostilas colombianas. Examinadas as magníficas reproduções que Fischer e von Weiser nos deram dos dois planisférios de Waldseemüller (1507 e 1516), pude constatar com exatidão que o cosmógrafo alemão pôs o Cabo de Boa Esperança em, pelo menos, 47º no planisfério de 1507 e em 31º 30' (!) na *Charta marina* de 1516. O leitor calcule as conseqüências

E já que estamos falando desses planisférios acrescentarei — confirma o alegre desembaraço do nosso *historiador* — que:

- 1.º — no grande planisfério de 1507 o *rio de cananorum* está colocado exatamente em 38º 30' S., enquanto no desenho menor que está pôsto no alto aparece em 40º (nem 45º ou 46º ou 47º!);
- 2.º — na *Charta marina* 1516 o *rio de cananorum* está em 35º S., o Rio Jordan em 32º 30' (e há um outro Rio de São Joam

em 19° S.), e o Rio de Santo Antônio em 33° S. Este último aparece em 40° S. no grande planisfério de 1507.

Por outro lado não se acabaria mais de apontar erros e arbitraiedades da imaginação do nosso *historiador*. Deixemos, portanto, para outro artigo, uma nova série de contestações e de provas que devem ser acrescentadas àquelas, já numerosas, até agora recolhidas.

**GIUSEPPE CARACI**

da Universidade de Roma